

NATÁLIA



03

POR JOÃO PEDRO GEORGE



CORREIA

RETRATOS POLÍTICOS III

BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

SÁBADO

NATÁLIA

NATÁLIA

CORREIA

POR JOÃO PEDRO GEORGE

SÁBADO

Coordenação editorial

João Pombeiro

Revisão

João Alexandre

Capa e paginação

PixelReply.pt

Fotografia de capa

Guilherme Venâncio/Lusa/Fotobanco.pt

RETRATOS POLÍTICOS III

Breves Biografias de Políticos Portugueses

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2026 | Medialivre, 2026

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Depósito legal: 560215/26

ISBN: 978-989-9080-40-9

Impresso em abril de 2026 na Norprint.



WWW.REVERSOEDITORA.PT



Natália Correia num comício do Partido Renovador Democrático (PRD),
no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, a 2 de outubro de 1985.

UMA MULHER SEM MEDO

ÍNDICE

09	A INFÂNCIA
15	A REBELDE
23	A MENINA BALALAICA
33	O PALCO DO CORAÇÃO
41	O SALÃO DA INTELLECTUALIDADE LISBOETA
51	DIAS QUE SE AFASTAM DE NÓS
59	ERÓTICA E SATÍRICA
65	SANTA PROSTITUTA
69	DAS TRÊS MARIAS AO GENERAL DO MONÓCULO
75	A HORA TÃO LONGAMENTE DESEJADA
87	O BEIJO DE FOGO
99	NATÁLIA CORREIA <i>VERSUS</i> VASCO PULIDO VALENTE
109	“TRUCA-TRUCA”
117	<i>SHOW</i> ERÓTICO EM SÃO BENTO
123	MORRER É TRIUNFAR SOBRE A MORTE
130	NOTAS
138	FONTES E BIBLIOGRAFIA

CAPÍTULO 1

A INFÂNCIA

Natália de Oliveira Correia veio ao mundo às 19h30 do dia 13 de setembro de 1923, pela graça de Maria José de Oliveira e de Manuel Medeiros Correia, residentes num primeiro andar da Rua Direita, na desconhecida Fajã de Baixo, freguesia a apenas três quilómetros de Ponta Delgada, a capital de São Miguel, ilha pobre e agrícola dos Açores (apesar de ser a maior e a mais populosa do arquipélago).

Maria José e Manuel¹, os pais do bebé, conheceram-se em Fenais da Ajuda, perto da Vila do Nordeste, no extremo sul daquela ilha quase inteiramente branca e católica, e casaram a 14 de novembro de 1918, ficando a viver na referida Fajã de Baixo. Por trás da porta daquele edifício camarário, onde residiram os seis anos seguintes, esconde-se a origem desta história. O primeiro filho do casal, Francisco Manuel, morreu logo após o parto. Seguiu-se-lhe Cármen, nascida 19 de junho de 1921, e, por fim, Natália.

Manuel Correia, além de comerciante e proprietário de terras, era agenciário, possuindo um escritório de negócios que fazia dinheiro com as comissões do negócio do ananás. Maria José era professora da Escola Normal (atual ensino primário ou básico), para raparigas, num colégio de Ponta Delgada que funcionava no piso térreo, contíguo de uma ta-

berna, num edifício que funcionara, noutros tempos, como interposto comercial da venda de ananases. No terreno havia ainda uma horta, um pomar, uma fonte e pouco mais.

Moravam mesmo por cima da escola, onde a futura escritora terá sido concebida, numa noite de Inverno batida pelos ventos atlânticos. Diz quem a conheceu que Natália herdou os traços físicos do pai, mas também o seu carácter explosivo, e à mãe foi buscar a inteligência e a tendência para a contestação, os rompantes caprichosos, os repentes de mau génio, em que dificilmente dava a mão à palmatória, e ainda a sociabilidade bem-disposta, uma secreta insegurança, os momentos de doçura e a criatividade poética.

Quando Natália nasceu, a parturiente Maria José tinha à beira da cama as duas irmãs muito rezadeiras (tias maternas da escritora: Hortênsia de Oliveira, sua madrinha de batismo², e Santo Cristo³), e ainda Cármen, a outra filha do casal, com mais dois anos que a recém-nascida. E Manuel Medeiros Correia, onde estaria ele? Que espécie de homem era o pai de Natália? Segundo a biógrafa Filipa Martins, entregar-se-ia aos prazeres momentâneos do vício, bebendo na sórdida e escura taberna “que atendia no andar de baixo. Brindava à nova vida e acalentava a chegada de um filho homem”.⁴

Ao que parece, Manuel pertencia à comunidade alcoólico-bagaceira daquelas paragens, o que não era incomum num país e numa época em que tantos homens recorriam à bebida como exibição viril, ou apenas para desvanecer tristezas (motivações nem sempre fáceis de destrinçar, por serem, tantas vezes, uma e a mesma coisa)

Este lado taciturno do pai, com o seu vigoroso rosto de português, caracterizado por uma mais que provável debilidade dos laços afetivos, era contrabalançado pelo ambiente

familiar maioritariamente feminino. A casa onde Natália Correia viveu, quando bebé e criança, era uma casa de três gerações de mulheres, todas elas do ramo materno: ali moravam a avó⁵, a mãe, as duas tias, a irmã mais velha (Cármen) e a criada Maria Estrela. Do colo da mãe e das tias para o da avó ou da criada, deslizou a infância de Natália. Um gineceu onde por vezes irrompia a presença desagradável e severa do padre Francisco de Medeiros Correia, seu tio paterno.

O pai da escritora, por causa do vício do álcool, arrastou a família, em mais de uma ocasião, a imprudências que comprometeram o conforto do casulo feminino: Manuel gastava muito mais do que aquilo que ganhava e, em poucos anos, dilapidou a herança e parte dos rendimentos das propriedades.

Completamente falido, incapaz de sustentar aceitavelmente a família, e sem excessivos problemas em romper com a família e a pátria, para escapar aos imbróglios em que se metia, emigrou para as Bermudas. Porém, na sequência de falhanços vários, regressou pouco depois aos Açores, contrariado e humilhado. Algo que a sua soberba e grandiloquência, típicas dos herdeiros e dos favorecidos da fortuna, não podiam admitir. Tão-pouco os credores, aos quais não tardaram a chegar notícias das suas pândegas.

De novo nas malhas das dívidas insustentáveis, sentindo o cerco apertar-se, Manuel voltou a cruzar o oceano. Abandonou a mulher e as filhas, andava Natália pelos seus cinco anos. Agora para a “Terra dos Papagaios”: “Estava no Brasil, esse pai metafísico, a fazer pela vida que dissipara em bebedeiras e play-boiadas”⁶, diria mais tarde a escritora.

Corria o ano de 1929 quando Salazar reforçava a ditadura e implantava o Estado Novo, impondo ao país o aborrecido “Nada contra a Nação, tudo pela Nação”.

Com a partida do pai – “aquele homem bochechudo, luzidamente risonho, do retrato que estava pendurado na parede por cima do sofá de palhinha”⁷ –, a casa ficou, definitivamente, ao cuidado das mulheres, com a mãe da futura escritora no centro da colmeia.

Como a regra consente sempre uma exceção, o caminho que dava para a casa da Rua Direita, na Fajã de Baixo, era frequentemente trilhado por um rapaz, de seu nome Nuno Câmara, colega e amigo de Natália⁸, com quem ela partilhou brincadeiras, passatempos e a alegria da descoberta da fauna e flora da ilha.

O quadro onde se desenvolveram os seus primeiros anos torná-la-ia atenta à condição feminina, apanhando factos aqui e além da relação homem/mulher. Nos Açores localizaria uma espécie de “matriarcado incipiente”, porque, contrariamente ao que acontecia em Portugal continental, a mulher do campo que acompanhava o marido quase nunca caminhava descalça, ia montada ao lado do homem sem sapatos e a pé: “A mulher açoriana tem uma certa consciência da sua posição dentro da família e da sociedade, mesmo ao nível popular, o que significa muito”.

Nos quatro anos seguintes, Maria José e Manuel corresponder-se-iam, com a mulher queixando-se da situação económica da família, que se deteriorava a olhos vistos. Sozinha e com duas crianças para educar, as rendas das terras que Manuel recebera por herança (transferidas pelo cunhado António Medeiros Correia) eram insuficientes.

Com o encerramento da escola da freguesia, em 1933 – ano em que era publicada, em Lisboa, a Constituição do Estado Novo –, Maria José, Cármen e Natália foram para Ponta Delgada, fixando-se na Rua do Passal.

Professora primária de profissão, como já foi dito, a mãe de Natália adquiriu uma formação laica e tendencialmente libertária, e teve tempo de interiorizar os princípios cívicos e culturais do republicanismo, antes do golpe de 28 de maio de 1926, data em que o novo regime tentou inutilmente reprimir e silenciar as ideologias da I República.

No mesmo ano, mudaram-se para a Rua dos Mercadores e, depois, para a Rua Margarida de Chaves (ambas naquela cidade), onde Natália passou a frequentar o Liceu Antero de Quental e as aulas da professora Rosa Aurélia.

Nos tempos livres, brincava com as colegas no Campo de São Francisco – nome de uma praça de Ponta Delgada – e sentava-se, às vezes, no banco onde Antero de Quental se matara em 1891, junto ao muro do Convento da Esperança (onde consta uma âncora e uma placa metálica afixada com a palavra “Esperança”). Com aquele misterioso e melancólico banco, ali colocado para assinalar o local do suicídio do poeta Antero Tarquínio de Quental (nascido a 18 de abril de 1842, na ilha de São Miguel), desenvolveria Natália Correia uma relação quase humana, enchendo a imaginação da criança ora de deleites, ora de terrores.

Por essa altura, conheceu Maria Armanda Falcão (mais tarde conhecida pelo pseudónimo Vera Lagoa), quando esta para ali foi morar com os pais, durante um breve período, selando a partir de então uma sólida e duradoura amizade, que duraria a vida inteira.

Natália Correia e a irmã habituaram-se às tertúlias que a mãe promovia em casa, aos serões, com pintores, escritores e músicos, onde se lia poesia, se falava, se cantava, se dançava, se discutia política, etc. Ali, ambas absorveram a cultura da mãe e o seu amor aos livros e à música. Habitaram-se a con-

viver com artistas e intelectuais, a ouvir as suas discussões, algumas delas protagonizadas pelos deportados ou desterrados políticos, opositores ao golpe militar de 28 de maio de 1926, que tinham sido despachados para os arquipélagos da Madeira e dos Açores (neste último, para a ilha Terceira, sobretudo), onde gozavam de alguma mobilidade de ilha para ilha.

Culta, rebelde, contestatária, livre, moderna, progressista, extrovertida, Maria José Oliveira deu às filhas uma educação invulgar, introduziu-lhes no espírito o entusiasmo pela leitura, a escrita e o amor dos livros, sugerindo-lhes os clássicos do pensamento libertário e do paganismo, os contos e as narrativas fantásticas da mitologia antiga.

Encarnação de um ideal de mulher independente e trabalhadora, capaz de criar duas filhas sozinha, mas simultaneamente intelectual e emocional, pragmática e idealista, muitas destas qualidades transitaram da mãe para Natália Correia. Compreensível é, pois, que ocupe um lugar de destaque nas memórias da filha, a ponto de identificar, nela própria, o influxo da inteligência e criatividade maternas, reconhecendo que “grande parte da minha obra é dedicada à minha mãe” ou “penso que a sua influência determinou o meu interesse literário”.⁹

Maria José tinha elevadas aspirações para si e para as filhas, esperava muito delas. Queria que estudassem muito, que tivessem boas notas, que dessem o seu melhor, e sentiu, por isso, necessidade de sair daquele meio pequeno, mudando-se para uma terra mais cosmopolita.

No final do Verão de 1934, no mês de outubro, Maria José foi viver com as filhas para Lisboa. Na capital teriam outro ambiente, uma mais ampla formação social, intelectual e cultural, veriam mundo, alargariam os horizontes.

CAPÍTULO 2

A REBELDE

Natália Correia tinha 11 anos quando desembarcou em Lisboa. Fascinadas pela grande cidade, onde a cultura letrada nasce e se propaga, as três instalaram-se na Rua do Arco do Carvalhão, em Campolide, perto da Escola n.º 23 da 10.ª zona escolar de Lisboa, na Rua D. Acácio Mascarenhas (também em Campolide), para a qual a mãe fora previamente colocada.

Começou a frequentar o 1.º ano do Curso Geral dos Liceus no D. Filipa de Lencastre – estabelecimento de ensino exclusivamente para raparigas – no dia 14 de janeiro de 1935. A 10 de agosto desse ano matricular-se-ia no respetivo 2.º ano, que concluiu em 1936.

Por essa altura, já a mãe e as filhas moravam noutra casa, no quinto andar do n.º 99 da Rua Tomás da Anunciação. Nesse prédio vivia Maria da Conceição Ferreira, também ela professora na Escola n.º 23 e igualmente separada do marido e com duas filhas, Gabriela e Marília, as grandes amigas de adolescência de Cármen e Natália.

Uma das razões fundamentais da mudança para Lisboa – a qualidade do ensino oficial – revelou-se uma desilusão total: “Fui terrivelmente rebelde a qualquer disciplina de educação. Daí a minha passagem pelo liceu ter sido de ave migratória.

Havia uma situação de disciplina, de imposição e de opressão incompatível com a minha maneira de ser”.¹⁰

Os sarilhos pareciam persegui-la. Antes de concluir o D. Filipa de Lencastre, acabou expulsa, aparentemente por se ter recusado a fazer o caderno diário, tarefa inútil que lhe causava um descomunal aborrecimento. Irrequieta, Natália não gostava de regras, justamente por serem regras. Precisava de ter uma razão para elas: “Estive no liceu e fui expulsa porque me recusei a fazer o caderno diário... Não aceitei essa disciplina que me era imposta de fora, como não aceito nenhuma que me seja imposta, sem que me demonstrem a razão dela. Nunca encontrei uma razão para ter de fazer cadernos diários. De maneira que fui expulsa e entrei num colégio particular, onde fiz os meus estudos.”¹¹

De certo modo, isso libertou-a de uma frustração. Mas a verdade é que Natália também gostava de adornar as suas narrativas, mesmo de inventar um pouco. Entre os arrebatamentos de grandeza, muito seus, conta-se o breve episódio do afastamento do D. Filipa de Lencastre, como parece atestar a consulta do livro de registos dos alunos no ano letivo de 1934-1935, no qual nada é dito sobre esse pequeno ato de rebeldia: “(...) verificámos que no registo n.º 1286 respeitante a sua irmã Cármen de Oliveira Correia, constava um registo de suspensão de um dia, por esta ter saído do liceu, no dia 29 de outubro de 1935, sem autorização superior e que tinha perdido o ano por faltas em 1 de abril do ano seguinte. Quanto ao registo n.º 1288 respeitante a Natália Correia, nada consta, sobre a sua dita expulsão, a não ser que a mesma estava, ao contrário de sua irmã, isenta de pagamento de propinas” (isenção obtida por requerimento datado de 23 de agosto de 1935 à reitora do liceu, assinado pela futura escritora, con-

tendo anexas duas declarações da mãe, de 19 de agosto do mesmo ano, declarando que vivia apenas do seu vencimento líquido de professora na Escola n.º 23, da 10.ª Zona Escolar de Lisboa, em Campolide, e que as filhas estavam inteiramente a seu cargo, visto que o pai, em parte incerta, se desinteressara pelo sustento e educação das mesmas).¹²

Talvez com o intuito de lhe dar um toque de audácia e rebeldia romântica, magnificando, no mesmo compasso, a sua dedicação cívica, Natália Correia deixava correr sobre o seu passado pequenas mitologias, que depois se incorporavam na sua biografia, confundindo-se com a imagem que cada um fazia dela. A história da expulsão do Liceu D. Filipa de Lencastre pertencerá menos à realidade, pois, que à sua atitude subjetiva perante a existência, inclusive à essência da sua personalidade vibrante e arrojada.

Há quem admita a verdade do relato da escritora, deslocando esse toque de audácia para a mãe de Natália, depois desta não ter autorizado a entrada da filha na Mocidade Portuguesa Feminina (MPF). Mas, a ser assim, a expulsão teria ocorrido no ano letivo de 1937-1938, já que aquela instituição foi criada apenas em 1937 – sob dependência da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e um ano depois da organização masculina –, com o objetivo de promover, segundo o artigo 9.º dos respetivos estatutos, a educação moral, social, religiosa e nacionalista das raparigas, estudantes ou não, dos 7 aos 14 anos, formando-as na “consciência da Pátria e da Nação”.

Baseia-se tal convicção, de novo, nas declarações da própria escritora, quando mais tarde, dando o dito pelo não dito, atribuiu a sua exclusão do liceu ao facto de não pertencer à Mocidade Portuguesa (MP), essa “detestável organização”

a que a mãe sempre se opusera: “A minha mãe era libertária, esperantista, naturista, espiritista: tudo o que então era moderno”.¹³ Dois anos antes, noutra entrevista, ao açoriano Eduardo Jorge Brum, dissolvia tudo numa amálgama: “[fui] expulsa do liceu por me recusar a fazer o caderno diário. Mas, sobretudo, porque não pertencia à Mocidade Portuguesa, penso. Entrei para um colégio particular. Abandonei os estudos”.¹⁴

Não há nenhum escritor que não se orgulhe dos primeiros fracassos e Natália obedecia inteiramente a essa convenção. Quando a questionavam sobre a desistência precoce do ensino oficial, não terminando sequer o liceu, escondia-se atrás das referências cultas, evocando Oliveira Martins, Alexandre Herculano, Almada Negreiros e Fernando Pessoa, todos eles sem diploma universitário. Não obstante isto, conseguiram tornar-se grandes escritores, indispensáveis à literatura portuguesa: “Porque é que a cultura havia de ser veiculada só pela Universidade? Eu não gosto que os mestres me escolham. Prefiro escolher os meus mestres!”¹⁵

Um desses mestres, que viria a reverenciar e a contrapor à ausência de estudos superiores, respondia pelo nome de António Sérgio, o pedagogo, historiador e democrata que primeiro fora ministro da Educação no governo de Álvaro Xavier de Castro (1923-1924) e depois adversário do regime fascista do Estado Novo, seguido do exílio (1926-1933) e da prisão (em 1935, 1948 e 1958).

O autor dos célebres *Ensaio*s (em vários tomos), mestre “dos meus ideais libertário-cooperativistas”, que vaticinara “nos meus verdes dons dialéticos e oratórios um grande estro para a advocacia”,¹⁶ exerceu tal influência na mente jovem e tenra de Natália Correia que ela praticamente se deixou per-

suadir a estudar Direito, para com o canudo poder defender a justiça da causa cooperativista, de que Sérgio era infatigável estudioso e grande impulsionador: “O meu querido amigo, e nessa altura mestre, António Sérgio, quis-me persuadir de que tinha dons para ser advogada. Quase me ia convencendo. Ainda me preparei para fazer a admissão a Direito, mas depois desisti, por razões que considereei mais importantes: a minha vocação poética”.¹⁷

Depois de deixar o Liceu D. Filipa de Lencastre, Natália foi frequentar a Escola Machado de Castro, onde permaneceria pouco tempo, até abandonar definitivamente o ensino oficial. Perante a obstinação da filha, que se defendia dizendo que as coisas que aprendia na escola também estavam nos livros que ela lia com muito mais prazer, a mãe redobrou esforços e passou a dar-lhe aulas em casa, impondo-lhe deveres, ensinando-lhe persistência e regularidade, treinando-a na observação psicológica e na anotação realista do universo ao seu redor: “Lancei-me assim no autodidatismo no qual procurei satisfazer a minha sede universal de conhecimentos. Foi esta a minha aprendizagem do universal”.

Em 1938, Maria José Oliveira voltou a mudar de casa, instalando-se com as duas filhas num primeiro andar da Rua Morais Soares, no prédio (n.º 58) onde fundou um estabelecimento de ensino particular, o Colégio Lusitânia, situado no rés-do-chão. Natália aproveitou então para frequentar algumas aulas, enquanto a irmã Cármen participava na direção da escola.

A formação de Natália beneficiou do convívio direto com intelectuais que saíam da craveira comum, não só António Sérgio, antes referido, mas também Almada Negreiros, Victorino Nemésio (açoriano, como ela), Carvalhão Duarte (do

jornal *República*), e, em particular, Manuel Cardoso Marta, poeta, jornalista e etnógrafo que a mãe conhecera nos circuitos da oposição republicana e democrática.

Cardoso Marta trabalhava na secção de Etnografia do SNI: “Com o seu ar prestante e benévolo, o seu lacinho sempre muito bem espetado, havia nele qualquer coisa daquele avozinho idealizado por autores menores de historietas infantis. (...) Cardoso Marta era ainda, em essência, e por fatalidade, admito que por doença de impossível diagnóstico, um bibliocleptomaniaco. Cujas divisas seria, era, com certeza, 'venha a nós o vosso livro'. Isto é: obra que lhe caísse nas mãos, toma, tratava logo de recolhê-la. Daí boa parte da biblioteca dele exibir variados e imprevistos ex-líbris e carimbos: da Sociedade de Geografia ao Clube Tauromáquico; da Academia das Ciências ao Grémio Literário; do jornal *O Século* ao diplomata Santiago Prezado, seu conterrâneo e amigo, e cujo filho, o pintor João Sant'iago, um dia me relatou: 'Convidado para jantar lá em casa, na nossa casa de Santa Catarina, o Marta ia sempre mais cedo. Era fatal. Quase uma mania. E enquanto o meu pai não chegava, fechava-se na biblioteca, enchia de livros um enorme guarda-chuva de onze varas, e ia depois enfiá-lo, discreto, num dos três potes de cerâmica do átrio. Guarda-chuva que ele só na manhã seguinte tratava de ir buscar, atendido por um criado que era bom homem mas lorpa de todo. Quando demos pela falta de uma data de volumes, meu pai, que gostava muito dele, teve pena e não lhe disse nada. Mas nunca mais o deixou entrar sozinho na biblioteca. Era um sujeito assim. Capaz, por uns livros, das maiores vilanias'.”¹⁸

Natália Correia, que incluía Cardoso Marta no seu panteão pessoal, ao mesmo nível, quase, que Antero de Quental

e Vitorino Nemésio, tinha livre acesso às estantes da biblioteca do amigo, repletas de tesouros da cultura – dicionários, gramáticas, obras de história, geografia, filosofia, literatura, arte, poesia erótica, catálogos, livros de provérbios e curiosidades históricas, arqueológicas e etnográficas, etc. – e com isso compensou a ausência de instrução formal.

Cardoso Marta, entre muitos outros, era presença habitual nas tertúlias organizadas por Maria José, por onde circulavam pintores, escritores e músicos, lendo poesia, conversando, discutindo política, dançando, comendo e bebendo. Tertúlias extrovertidas, a que Natália e a irmã assistiam, e que ajudam a explicar o seu interesse precoce pela cultura e pela escrita: “Eu respirava na casa de minha mãe uma atmosfera literária, que me foi situando naturalmente no mundo da criação literária”.

Natália veria nessas experiências precoces a força que lhe daria um sentido e uma direção para toda a vida. O impulso da sua obra e do seu pensamento, dividido entre a cultura do espírito e a cultura da terra, entre o cosmopolitismo e o arcaísmo, a razão e os instintos (ou impulsos do coração), tal como o ativismo político, transmitiu-se-lhe através da mãe, moldando-a de um modo que a escritora sempre reconheceu.

CAPÍTULO 3

A MENINA BALALAICA

A entrada na década de 1940 marca o fim da idade da inocência e o despertar para a política. Dois anos depois da inauguração da Exposição do Mundo Português (23 de julho de 1940),¹⁹ usada pelo Estado Novo para expandir a sua rede de influência e propaganda, Natália casou civilmente com um escrivão do Tribunal da Boa Hora, de seu nome Álvaro dos Santos Dias Ferreira (o qual partiria, mais tarde, para Angola, regressando apenas em 1975, numa das vagas dos chamados “retornados”), o primeiro de quatro casamentos, de que seria seu padrinho o escultor Martins Correia, tendo-lhe este oferecido então um busto intitulado “Poeta”, em sua homenagem.

Estava-se a 14 de setembro de 1942, com o Inverno à porta, e a noiva tinha 19 anos (menos 11 que o noivo). Vários motivos contribuíram para essa união, um dos quais terá sido a obtenção imediata da maioridade, por então fixada nos 21 anos.

Com o casamento da filha mais nova, que se mudara para a Rua Rodrigo da Fonseca, restou tempo a Maria José para enfrentar a escrita e publicar dois romances, assinando simplesmente como *Ana Maria: Almas Inquietas* (1944) e *Plano Inclinado* (1946).²⁰

Em 1944, depois de uma curtíssima carreira como cançonetista de música lenta romântica (ou *slows*) na Emissora Nacional, sob o enigmático pseudónimo de Célia Navarro, Natália Correia foi convidada pelo Rádio Clube Português (RCP) para declamar uns versos num programa açoriano. Graças ao seu vozeirão imponente, logo a convidaram para ficar a trabalhar ali, como locutora, oportunidade de ouro, que não desperdiçaria.

Foi assim que, nos meses seguintes, os ouvintes do RCP passaram a contar com a companhia da voz de Natália Dias Ferreira, nome de casada com que se apresentava aos microfones (a ela juntar-se-ia a irmã, tendo ambas sido batizadas como as “Meninas Balalaicas”). Seria o seu início no jornalismo e os primórdios da sua futura projecção pública. Sobre tudo depois de o seu nome ter começado a ouvir-se, também, no programa literário noturno (espaço onde aproveitaria para ler alguns dos seus poemas).

Em pouco tempo chamaria a atenção do prestigiado jornalista, produtor e crítico Humberto de Mergulhão, que sobre ela escreveu o artigo “Uma Poetisa Açoreana Cantou na Emissora Nacional e é Locutora do Rádio Clube Português”, publicado em *O Século Ilustrado*, onde dava a conhecer o modo como Natália se tornara cançonetista e locutora: “Natália foi um dia aos estúdios da Parede, para dizer versos num dos programas açorianos das segundas-feiras. E de tal modo atuou, de tal maneira a sua voz se afirmou aos directores e técnicos da estação, que logo a convidaram para estagiar como locutora”.²¹

Note-se, para os que passaram ao lado deste pormenor, que nessa altura já Natália Correia era tida na conta de “poetisa”, isto apesar de ainda não ter obra publicada: “Natália –

símbolo de uma carreira artística, facetada mas não dispersa, pois os seus caminhos da poesia e da rádio convergem numa personalidade homogénea, cheia de sonhos e de promessas... que estão, já, a cumprir-se em grande parte” e “Natália, a inspirada e original poetisa açoriana, cedeu a uma casa editora de Lisboa o seu primeiro livro de versos – *Rio de Nuvens* – que obterá, por certo, o êxito a que tem direito”.²²

Acontece que a própria Natália lhe cedera um poema inédito, chamado “Aquela ilha esquecida”, para o incluir na reportagem, dele fazendo (segundo Luiz Fagundes Duarte) o primeiro de Natália Correia a ser posto em letra de forma.

Anunciado em *O Século Ilustrado* – suplemento semanal de *O Século*, jornal diário matutino lisboeta, mas de expressão nacional –, *Rio de Nuvens* só conheceria os prelos três anos depois (1947), aparentemente à sua revelia e por iniciativa da mãe, que lhe fez “uma bela partida: publicou-os. Fiquei triste quando o soube, mas para a não desiludir aceitei o facto. O livro saiu, acabando eu por o retirar das livrarias”.²³

Antes dessa “imprevista” estreia na poesia, já no ambiente de finais da II Grande Guerra e da vitória dos Aliados (Natália, Cármen e a mãe ouviam clandestinamente a BBC, aí se apercebendo dos horrores do “espectro nazi”), época em que a oposição ao Estado Novo ganhou força, Natália intensificou o seu envolvimento na política ativa, assinando em 1945 as listas de adesão ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), que congregava elementos oposicionistas de diversas proveniências e reuniria milhares de assinaturas.

Sabe-se, porém, que ela e a restante família eram vigiadas pela PIDE desde março de 1944; que Natália fora expulsa do Rádio Clube Português (ela e Humberto Mergulhão, em 24 de novembro daquele ano), provavelmente por razões polí-

ticas – o que não impediu a revista *Vida Mundial Ilustrada*, de 14 de dezembro de 1944, de a referenciar como “uma linda voz que vencerá na Rádio” –; e que, dois anos depois, integrava ao sector cultural do MUD, denominado Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas Democráticos.

Em 1945, Natália passou a colaborar no quinzenário *Portugal, Madeira e Açores*, jornal de Angra do Heroísmo (ilha Terceira), mas produzido em Lisboa e criado com o objetivo de “advogar e defender os interesses das ilhas adjacentes”. No jornal trabalhavam alguns amigos da mãe, como Artur Geraldo Soares (chefe de redação e editor – que se dizia, para quem o quisesse ouvir, apaixonado por Natália “até ao delírio”) e Breno de Vasconcelos (que antes trabalhara no *Correio dos Açores*).

A edição de 17 de março informava, na primeira página, que a nova jornalista quisera “princípios pelo jornal açoriano, pelo jornal da sua terra. E vai, dentro em pouco, desempenhar uma das tarefas de maior responsabilidade a que temos metido ombros – a série de entrevistas com individualidades das Ilhas Adjacentes, que já anunciamos aos nossos leitores, sobre o tema 'Como os insulares de hoje veem as Ilhas de amanhã' – tarefa que faria tremer qualquer estrepante que não tivesse as suas brilhantes faculdades”.²⁴

No *Portugal, Madeira e Açores*, o jornal onde começou a sua história como articulista ou colunista, publicou artigos sobre a condição feminina e os direitos das mulheres, além, claro, das entrevistas. Em março de 1946, insurgia-se contra um novo decreto-lei que visava retirar o direito de voto às casadas.²⁵

Naturalmente, Natália usou a tribuna do *Portugal, Madeira e Açores* para dar à estampa, na edição de 7 de abril de 1946,

o seu primeiro poema, intitulado “Manhã Cinzenta – À partida de São Miguel”.

No mês seguinte, divorciou-se de Álvaro Dias Ferreira, na sequência de um doloroso processo em tribunal, onde se discutiram argumentos como o adultério da mulher, por um lado, e sevícias aplicadas pelo marido, por outro (na opinião de Filipa Martins, Natália seria vítima de violência doméstica, daí passar tanto tempo fora de casa).

Ainda em 1946, publicou o primeiro romance, numa editora do Porto (a Astra), intitulado *Grandes aventuras de um pequeno herói*. Ao contrário do que muitos esperariam, não se trata de uma recolha de poemas, antes um romance infantil (género a que a autora nunca mais se dedicaria), com ilustrações de Almeida Araújo.

Tendo como protagonista uma criança de nome Raul, a obra continha já o germe latente dos seus futuros dotes para a agitação política: sustentava, sub-repticiamente, a tese da importância da união dos fracos e oprimidos como arma contra os autoritarismos e totalitarismos.

A 22 de novembro de 1946, subscreveu, como jornalista, o abaixo-assinado “Os Intelectuais Portugueses Protestam” (elaborado pela Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas do MUD), onde expressavam a sua repulsa pelo fascismo, a censura e demais arbitrariedades do regime salazarista, e exigiam a reposição das liberdades e a democratização do país.

Quatro dias depois, por uma estranha coincidência, terminava a sua colaboração no jornal *Portugal, Madeira e Açores*. Nada que a fizesse recuar na sua crítica das injustiças sociais, em textos sobre a marginalização das mulheres ou a liberdade de opinião, de crítica e de pensamento.

Também de 1946 é o livro *Anoiteceu no Bairro*, romance social de cariz queirosiano, com alguns voos líricos que lembram Cesário Verde, habitado por personagens como Luísa (a protagonista, mulher mais forte que a vida, combativa e ousada, despida de preconceitos e puritanismos) e a filha de boas famílias (que engravida e aborta).

Posteriormente, renegaria o livro, por considerá-lo “inautêntico” e por nele perpassar um tom exageradamente ideológico e teologal. Embora as injustiças e desigualdades continuassem a figurar entre as suas principais preocupações, Natália recusava-se a fazer um literatura programática, como os neorrealistas portugueses.

Por esses dias, Natália conheceu o editor e escritor Luiz Pacheco, com ele estabelecendo uma amizade cuja importância ninguém poderia prever. O episódio deixou traço na memória de Pacheco, então a trabalhar como agente fiscal na Direção-Geral de Espetáculos, localizada no mesmo edifício do antigo Ministério do Interior, no Terreiro do Paço, este no primeiro andar, por cima da esquadra da polícia, aquela no 2.º piso.

Responsável por arquivar processos de cinema, de teatros, de distribuidoras, requerimentos de sociedades recreativas para os seus bailes, etc., Luiz Pacheco conheceu Natália quando a escritora tratava da papelada para legalizar o Cine Jade, de Ponta Delgada. No ambiente administrativo do regime, entre gabinetes e papeladas, o encontro destas duas figuras invulgares foi descrito plasticamente pelo autor de *O libertino passeia por Braga, a idolátrica, o seu esplendor*, recordando os pormenores do dia em que viu...

“...entrar uma mocita encantadora (...). Os meus colegas funcionários (e eu. Que monta calar?) andavam numa dobradoira, a atendê-la, a infringir leis e prazos por ela, que se a Natália tem pedido a Lua a Lua lhe daríamos, a autonomia do Cine Jade e da ilha, e que arvorasse o pensão separatista, estávamos no papo, éramos todos voluntários a seu serviço. E entravam e saíam a despropósito, num alvoroço maganão, no finco de uma olhadela ousada, que a peticionária tinha um pername... e cruzando as pernas airosamente fazia eriçar as imaginações lúbricas e não só (...).”²⁶

Em 1947, Natália relacionou-se com Alberto Lello Portela, fundador e diretor do semanário *Sol*, militar (o mais novo aviador português, possuidor do mais antigo *brevet* de piloto aviador, estudioso das grandes questões militares) e político republicano e antissalazarista (tal como o irmão, o advogado Raul Lello Portela). Graças a esse conhecimento, a escritora pôde continuar a desenvolver a sua atividade jornalística, mais a mais num jornal onde colaboravam nomes de grande projeção, como António Sérgio, Maria Archer ou João Gaspar Simões.

Por esses dias, Natália trabalhava também no escritório da “Amadores de Livros, Lda.”, em Lisboa, firma especializada na compra de livros antigos e na distribuição de imprensa estrangeira, controlada pela sociedade internacional COTEC, no Luxemburgo, a qual suscitaria suspeitas na PIDE, ao ponto de os seus administradores terem sido chamados àquela polícia: “No Relatório da polícia política sobre este caso afirmava-se maliciosamente: ‘A Natália é uma rapariga de 24 anos, divorciada, inteligente, vivida, com excecional desem-

baraço, elegantemente vestida e atraente, que reúne todas as qualidades para conseguir aquilo que quer'.²⁷

Nas páginas do *Sol*, os textos da jovem Natália Correia (ainda com 23 anos) abordavam temas como política internacional (leia-se, a título de exemplo, “O Fator 'Tempo' e os Planos de Armamento na Defesa Nacional Americana”, de 3 de janeiro de 1948) ou o papel social das mulheres (na sequência de artigos intitulados “Breve História da Mulher”, que Zetho Cunha Gonçalves coligiu e publicou em livro, em 2003).²⁸

O interesse acrescido por este tema estava certamente ligado ao reaparecimento do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), presidido por Maria Lamas desde 1945 e até 1947 (ano da sua extinção, por decreto governamental). Lamas, que Natália conhecia desde que a entrevistara para o jornal *Portugal, Madeira e Açores*, tinha convidado Maria José Oliveira para pertencer ao CNMP, o que lhe permitiu expandir ainda mais a sua rede de sociabilidades intelectuais, onde se integravam o poeta Campos de Figueiredo ou a jornalista Maria Armanda Pires Falcão (futura Vera Lagoa, para os mais distraídos ou apressados).

Lello Portela era compincha do major Armando Pires Falcão, pai de Maria Armanda Falcão, com quem Natália também retomara o contacto, selando com ela a mais estreita amizade, que se prolongaria muito para além do imediatismo da juventude: viveram juntas debaixo do mesmo teto, ainda em casa da mãe de Natália.²⁹

Nesse final da década de 1940, a escritora começou a dar-se com o etnógrafo Tomaz Ribas e ainda com o advogado Mário Soares, que a descreveria como “iconoclasta, irreverente, provocatória, mesmo exibicionista”, adjetivos que, na opi-

não do futuro Presidente da República, serviam para esconder a “verdadeira” Natália, já que, segundo ele, a escritora era de uma “enorme sensibilidade, idealista, solitária, solidária, empenhada numa profunda transformação social”.³⁰

Os dois viram-se, pela primeira vez, quando ela colaborava no jornal *Sol*:

“Conheci Natália Correia na altura em que ela era muito amiga de Lelo Portela, um coronel proprietário e diretor do jornal *Sol*, que teve um papel importantíssimo a seguir à guerra. Era então uma mulher deslumbrante e, por isso, imensamente requestada. Lembro-me dela na livraria Sá da Costa, às tarde, em infindáveis conciliábulos com António Sérgio, que a adorava e lhe chamava, com um carinho que nunca me pareceu propriamente paternal, 'Natalinha'. Lembro-me também de Natália num célebre jantar de homenagem a Alves Redol, no Café Montanha, acompanhada da Maria Armada Falcão, muito antes de ser Vera Lagoa e também esta muito bela, onde eu estive, na má-língua, talvez porque nos parecessem ambas na altura inacessíveis, com os meus amigos Carlos de Oliveira, Fernando Namora, Ramos da Costa e Piteira Santos...”³¹

Na pacata Lisboa de então, Natália já “fumava por uma enorme boquilha, com os seus ares dominadores e os seus acentuados decotes”, comentários que a própria detestava, porque a tornavam alvo de inúmeras simplificações:

“A maior parte das pessoas viam em mim a fêmea, o corpo, só depois percebiam que eu tinha ideias, talento.

Isso maçava-me muito, e revoltava-me. Daí ter-me dado sempre com homossexuais, eles são os meus melhores amigos, os que melhor me compreendem. As pessoas de sexualidade não linear revelam-se, de uma maneira geral, mais ricas, mais sensíveis, mais profundas, mais imaginativas do que as outras.”³²

Em 1983, ao *Diário de Notícias*, lembraria que:

“Houve tempos em que me atribuíram as coisas mais inacreditáveis e tudo isso começou porque eu era uma jovenzinha não certamente feia, digamos que atraente e as pessoas achavam um escândalo que uma menina bonita pudesse ter ideias, que eram consideradas transcendentais para a sua idade. Então, inventaram coisas extraordinárias, que eu tinha amantes, que eu tinha sei lá, que tomava drogas, que entrava em estados paradisíacos para escrever coisas que não eram dadas à imaturidade da minha mente juvenil!”³³

CAPÍTULO 4

O PALCO DO CORAÇÃO

Em 1948, quando Natália já constava nas suas listas, o MUD foi proibido. Nesse ano, segundo os arquivos da PIDE, a mãe de Natália foi denunciada por fazer propaganda contra o Estado Novo durante uma viagem de comboio. Em consequência disso, a polícia abriu um inquérito e submeteu-a a interrogatório, a ela e às suas duas filhas (sobre Natália dizia a polícia que se tratava de “uma rapariga de 24 anos, divorciada, inteligente, vivida, com excecional desembaraço, elegantemente vestida e atraente, pelo que reúne todas as qualidades para conseguir aquilo que quer”).³⁴

Natália e Cármen seriam também envolvidas pela PIDE no ensaio de golpe militar de 10 de abril de 1947, talvez porque a escritora pertencia à organização Fraternidade Operária de Lisboa, cujos associados organizavam e assistiam regularmente a palestras culturais: “As duas epigrafadas, Cármen e Natália, eram as duas locutoras que o Dr. Duarte Furtado Castanheira Lobo levou ao Entroncamento a fim de prestarem serviço na emissora do 'Serviço de Libertação Nacional' no movimento revolucionário que esteve para eclodir em 10 de abril de 1947”.³⁵

Em 1 de maio de 1948, para assinalar o Dia Internacional do Trabalhador, assinou um artigo no *Sol* sobre o cooperati-

vismo. E, em novembro, dirigiu-se ao Minho, na companhia da irmã Cármen, para fazer uma reportagem sobre o general José Norton de Matos, que ali apresentaria, na sua casa de Ponte de Lima, a candidatura à Presidência da República na eleições de inícios de 1949. Viagem que daria origem ao artigo-entrevista, publicado a 20 de novembro de 1948, com o título “Um encontro inesperado em Ponte de Lima: o ambiente em que vive o general Norton de Matos”.³⁶

Depois disso, decidiu apoiar totalmente aquela candidatura, juntando-se a personalidades como Mário Soares, José-Augusto França, Adolfo Casais Monteiro ou Maria Lamas, participando em palestras e sessões de esclarecimento, e discursando em comícios, como no dia 2 de fevereiro de 1949, no Centro Republicano Dr. Alberto da Costa, em Lisboa, assestando baterias contra o famoso lema do Estado Novo “Deus, Pátria e Família”, ou em locais como o Centro Escolar Republicano Almirante Reis (Lisboa), no Clube de Futebol “Os Águias” (Alpiarça) ou no Teatro Rosa Damasceno (Santarém).

As eleições presidenciais de 1949, efetuadas a 13 de fevereiro, eram as primeiras em que a oposição democrática apresentava uma candidatura. Embora tivesse congregado muita gente, Norton de Matos, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano (1930-1935) e defensor do colonialismo, não alcançaria reunir o apoio unânime dos sectores antissalazaristas.

Nesse ano de 1949, no dia do funeral do seu diretor, o *Sol* foi encerrado por ordem da censura, mas Natália, em compensação, alargou o seu círculo de amigos, conhecimentos e relações, tornando-se próxima da escultora e poetisa Isabel Meyrelles (nome artístico da cidadã portuguesa Maria Isabel Sobral Meireles³⁷) depois de se encontrarem numa festa na

casa/atelier da artista plástica húngara Hansi Staël von Hols-tein, que viveu em Portugal entre 1946 e 1957.³⁸ Segundo Filipa Martins, ambivalência sexual de Isabel terá suscitado a curiosidade e o fascínio de Natália, pedindo-lhe que a usasse como modelo das suas esculturas.³⁹

As sessões dariam origem a uma obra de corpo inteiro re-presentando Natália Correia em toda a sua nudez⁴⁰ e ocorreram na Rua da Lapa, perto do Museu das Janelas Verdes, onde a escritora vivia com o norte-americano William Creighton Hylan (ou apenas Bill), funcionário dos Serviços Meteoroló-gicos da Aviação, no aeroporto de Lisboa, com quem casara, de forma imprevista, em inícios de julho de 1949, no Hotel Rif, com vidros e varandas que davam para o mar de Tânger. Tinham chegado a Marrocos a 29 de junho, depois de atra- vessarem o estreito de Gibraltar.

Bill nascera em 1909 e era, portanto, 14 anos mais velho que Natália. Natural de Thomaston (no Maine), rústica cida- de piscatória da costa leste dos EUA, radicara-se em Portu- gal como meteorologista na companhia aérea TWA (cujos escritórios funcionavam na Praça dos Restauradores). Terá sido aí que se conheceram, durante uma breve passagem pro- fissional de Natália pela agência de publicidade da TWA, ou, como refere Filipa Martins, através da irmã Cármen, quando esta trabalhava na companhia de aviação Aero Portuguesa (antes da sua fusão na TAP), conhecida por fazer as rotas Lis- boa-Tânger-Lisboa e Lisboa-Casablanca-Lisboa (esta última eternizada pelo filme *Casablanca*, de 1942, protagonizado por Humphrey Bogart e Ingrid Bergman).

Bill e Natália chegaram da lua-de-mel, em Marrocos, no dia 11 de julho de 1949 e começaram por instalar-se na Resi- dência América, na Avenida Duque de Loulé, mas voltaram a

sair do país quase imediatamente, para estarem cinco dias no Egipto, entre 14 e 19 do mesmo mês, para dali regressarem a Tânger. Quando estabilizaram em Lisboa, foram viver para a Rua da Lapa, n.º 49 (onde Natália, como referido antes, pousaria nua para a escultora Isabel Meyrelles, ostentando um dos corpos mais desejados de Lisboa).

O casamento com Bill terá sido o ato irrefletido de uma mulher apaixonada por outro homem (Alfredo Machado), ao qual tencionava fazer ciúmes, fazendo-lhe sentir que estava a perder o controlo sobre ela. Conforme diria mais tarde, Natália usou-o para afastar Alfredo do palco do seu coração: “Casei com o Bill a chorar como um vitelo desmamado. A pensar no Alfredo”.⁴¹

Não é de admirar, por conseguinte, que o casamento tivesse persistido tão pouco. O suficiente, ainda assim, para que ambos fizessem uma viagem ao Estados Unidos, onde Natália conheceria a família do marido, residente no estado do Maine, enquanto aproveitaria para colher dados sobre o Tio Sam, que serviriam de base para uma série de artigos a publicar no *Diário de Lisboa*.

Natália Correia era já uma mulher feita, de 26 anos, diferente e audaz, que vestia com elegância, por baixo de uns cabelos negros em nítido contraste com a pele muito branca. Era inteligente, flamante, arrojada, de uma beleza radiosa, vestindo-se com espavento. Nos lábios mordida já a sua famosa boquilha, exalando longas fumaças, uma das suas imagens de marcas, que só largaria no final da década de 1980 (quando deixou de fumar).

Natália e Bill chegaram a Boston – a “Atenas americana”, como os *gringos* chamam àquela cidade – a 7 de junho de 1950. O roteiro que seguiram a partir dali, ao longo da Costa

Leste, umas vezes de autocarro, outras de comboio, abrangeu Portland (Maine), Providence (Rhode Island), New Bedford (Massachusetts), Nova Iorque, Washington, Virginia, Baltimore e, de novo, Nova Iorque (a planeada viagem à Califórnia seria anulada, por causa da greve dos agulheiros dos caminhos-de-ferro). Durante todo esse trajeto, surpreendentemente, Natália foi apresentada a algumas das mais ilustres personalidades.

Relacionou-se com políticos importantes no Capitólio, conheceu professores de excelência, cujo renome enchia os campus universitários da Costa Leste, como o historiador Arthur Schlesinger ou o presidente da New School for Social Research, Bryn Hovde – “a criatura mais encantadora que eu encontrei na América” –, e teve acesso, como já se percebeu, às conferências de imprensa do Departamento de Estado e da Casa Branca.

Nos artigos do *Diário de Lisboa* encontramos retratos e reflexões sobre os estilos de vida diferentes, mais descontraídos, dos americanos (que incluíam uma redução dos valores estéticos – a beleza, a elegância – às determinações sociais: “a minha impressão é de que a estética desempenha na mentalidade desta gente um papel muito insignificante”), a forma como tanta gente abraçava a solidão em troca de poder e de conforto material, a discriminação das mulheres, a divisão do mundo literário entre os que têm índices elevados e vendas e os que não têm, a sobreposição das soluções pragmáticas às questões de princípio, os ambientes pouco iluminados dos clubes noturnos (espécie de buracos negros que engolem a luz e onde os americanos gostavam de se refugiar “por considerá-los sedativos para a tensão nervosa do dia”) ou a questão racial (patente no “choque temperamental de várias raças”),

onde Natália mostra que terá sido uma boa assimiladora das teorias luso-tropicalistas.

No regresso, Natália questionava-se: “gostei ou não gostei da América? Ainda aqui a minha posição é ambígua. É tão impossível gostar da América como não gostar”. O que mais a encantara naquele país era a sua essência trágica, a crise do desenvolvimento, de onde brotavam as suas taras, “a neurastenia da sua solidão acompanhada”, “um romantismo turbulento”, “um puritanismo mórbido”. De certa maneira, o espírito americano era simultaneamente o acelerador e o travão das dinâmicas coletivas: “Objetiva e utópica, intransigente e tolerante, aventureira e calculista, arrebatada e grave, magnânima e egoísta, franca e enigmática, tudo de bom e de mau, de elevado e de mesquinho, nela existe em potencial”.

Natália regressou a Portugal em meados de agosto de 1950. No mês seguinte, a mãe, entretanto reformada do ensino, disse-lhe que tencionava deslocar-se ao Brasil para visitar as irmãs Hortência e Amância, ambas estabelecidas em São Paulo. No entanto, seria proibida de sair do país pelo ministro do Interior e pelos pareceres da PIDE. A razão? Tratava-se de uma mulher casada: Maria José continuava, oficialmente, associada a Manuel Correia pelos “sagrados” laços do matrimónio.

Proibida de viajar sem o marido, apesar de separada dele há vários anos e sem dele saber quase nada, Maria José avançou com a ação de divórcio. Antes, porém, escreveu ao cunhado António de Medeiros Correia, manifestando-lhe o desejo de oficializar no papel a separação do pai das suas filhas. Respondeu-lhe o irmão daquele, o padre Francisco de Medeiros Correia, padrinho de Natália e pároco da freguesia da Achadinha, na costa norte da ilha de São Miguel. Con-

formista enraizado e profundamente conservador, disse-lhe que, estando ela há tantos anos separada fisicamente do marido, o divórcio seria coisa fútil e supérflua (além de contrária às suas convicções e crenças religiosas).

Perante a renovada insistência da cunhada, o sacerdote escreveu de novo, ameaçando deserdá-la caso fosse para diante com o processo de divórcio. Maria José trancou os ouvidos e divorciou-se mesmo – por abandono completo do lar, há vários anos, da parte do marido –, colocando um ponto final nas relações entre ambos, e renunciando assim dos bens patrimoniais e depósitos bancários a que teriam direito, por herança, o que certamente ajuda a explicar o facto de Natália se referir a esse tio, no diário *Não Percas a Rosa*, com absoluto desprezo, acusando-o de devasso e revelando que ele abençoava com a mesma mão com que às ocultas apalpava o rabo à criada.⁴²

Durante esse período, Natália fez-se amiga de Mário Cesariny de Vasconcelos. Os dois conheceram-se numa exposição nos Restauradores, pouco antes ou pouco depois do poeta ter publicado o livro *Corpo Visível*, e compareceram ambos, na Casa da Comarca de Arganil, à leitura da conferência-manifesto *Erro Próprio* de António Maria Lisboa. Começava aí o seu convívio com os surrealistas (Natália era fascinada pelos marginais), sem que nunca se reconhecesse um deles (apesar de considerar o surrealismo uma etapa importante e fundamental da poesia do século XX, o que mais lhe interessava nele era a nota romântica que essa corrente literária dava à vida: o surrealismo, como dizia, e outros antes dela, era a última expressão do romantismo).

Quando estava metida no gabinete, lia e analisava os vários cadernos de apontamentos, com as notas extensíssimas

que trouxera na bagagem. De todo esse trabalho surgiria um novo livro, misto de diário, relato de viagens e reportagem jornalística, sob o título *Descobri que Era Europeia – Impressões duma viagem à América* (1951).

Do título da obra depreende-se que a ida aos EUA correspondeu à busca de um distanciamento que lhe permitiu “descobrir” a especificidade da sua experiência como europeia (mudara de ambiente e isso fê-la tornar-se mais apegada à Europa, criando com ela um vínculo mais forte). Da sua leitura, que agrada de imediato, percebemos que aqueles meses geraram nela uma espécie de polinização cultural.

De certo modo, Natália achou nos EUA uma imagem de si, como num jogo de inversão: “Foi na América que tive a grande revelação. Levara comigo as minhas raízes europeias. Mas uma visão de contrastes e de agressivos antagonismos trouxe-me à consciência os ramos gerados na profundidade das minhas raízes. Descobri então com deslumbramento a minha posição no mundo: era Europeia”.⁴³

CAPÍTULO 5

O SALÃO DA INTELLECTUALIDADE

LISBOETA

Quando Natália terminou a escrita do livro sobre a viagem aos EUA, em agosto de 1951, já ela se divorciara de Bill. A tensão no seio do casamento aumentara de modo irreversível, o matrimónio desfazia-se a olhos vistos. O afastamento entre ambos ter-se-á manifestado ainda do outro lado do Atlântico, com Natália a ver-se na necessidade de recorrer a Alfredo Machado – que contava de meios de fortuna e de consideração social – para pagar o bilhete de regresso a Portugal. Helena Cantos, amiga da escritora, foi mais longe, dizendo (talvez em sentido figurado) que Natália “casou, foi três meses para a América e depois o Sr. Machado foi lá buscá-la”.⁴⁴

Embora ignoremos a data exata em que tal ocorreu, sabe-se que terá sido depois de 1 de maio desse ano, o dia em que pagou ao ainda marido uns avultados 1150 dólares, quantia necessária para agilizar o processo de divórcio. Depois disso, em carta, a mãe enviou-lhe “um grande abraço de felicitações por já estares com a tua situação quanto ao Bill completamente organizada. Os mesmos parabéns não posso endereçar ao teu ex-marido, que passa a ser marido de uma meia mulher... Desgraçado!”⁴⁵

Percebe-se que alguma coisa ocorreu (ou não ocorreu). Mas o quê? Não sabemos. Ter-lhe-á sido infiel, traindo-a

com outras mulheres, talvez com prostitutas? E que significa “ser marido de uma meia mulher”? Será que Bill contraiu sífilis e a transmitiu a Natália, tornando-a infértil, daí nunca ter tido descendência? Pisamos terrenos puramente especulativos, mas não serão sempre as dúvidas pontos de partida para se formular problemas e, a partir daí, imaginar hipóteses?

Coincidindo com um período de dificuldades económicas, Maria José Oliveira obteve finalmente o divórcio e mudou-se para o Brasil, onde já estaria a filha Cármen. Por uma daquelas ironias da vida, no mesmo navio em que chegaram à costa brasileira vinha de volta o ex-marido, sem que aparentemente se tivessem cruzado nas chegadas e partidas. Numa carta de Maria José, escrita posteriormente à filha Natália, há uma referência a Manuel Correia: “Já sei que foi dizer mentiras à porteira: que era fazendeiro e que tinha terra no Brasil. Um mentiroso. Viveu com uma amiga que o pôs na rua. O padre é que lhe pagou a viagem”.

Durante a escala em Lisboa, antes de prosseguir viagem para os Açores, Manuel tentou saber da família, mas só encontrou a filha Natália. Os dois deram um passeio breve pela capital. A escritora convenceu-se a si própria que não havia necessidade de alimentar o confronto que existia entre elas e o pai. Mas, quando se despediram, foi para nunca mais se verem.

Nos primeiros meses de 1952, Natália foi visitar a mãe, a irmã e as tias a São Paulo, com as quais privou e viajou à Argentina. Sobre o reencontro com a mãe, diria: “Fui ao seu encontro acabrunhada de amor, e de saudades. Via-a e logo a sua pessoa me surgiu em toda a nitidez dum grupo humano a que eu não pertença. Convivemos durante uma viagem à Argentina. E minuto a minuto torturava-me a consciência de que me era muito mais fácil amá-la à distância”.⁴⁶

Natália Correia voltou a Lisboa com o intuito de conquistar Alfredo Lage Machado. Com sucesso e retumbante: em 1953, os dois casaram. Estava-se a 31 de julho e como testemunhas e padrinhos estiveram presentes o escultor Joaquim Martins Correia (que lhe ofereceria como presente de casamento um busto de pedra com a palavra “Poeta” inscrita na base) e o professor e escritor Manuel Cardoso Marta, por quem a noiva sentia um afeto especial, tendo-o convidado a ir viver com eles, depois de saber que tinha sido despejado do quarto em que morava, na Rua da Misericórdia.

Ao ouvir isto, a poeta disse-lhe que tinha um quarto vago na nova casa, onde o velho amigo se podia instalar: “Convidei-o para que viesse viver em minha casa até porque o sentia abandonado. Cardoso Marta foi um querido companheiro doméstico e, quando me casei, fez parte do enxoval com grande satisfação por parte do meu marido, a quem ele dedicava grande ternura”.⁴⁷

Quando Cardoso Marta morreu, Natália Correia ficou com o seu património, que estava todo em sua casa. Segundo a escritora, o amigo deixara-lhe tudo em herança, não só a sua ampla e riquíssima biblioteca, como várias obras de arte, de criadores como Almada Negreiros, Stuart Carvalhais, Cristiano Cruz, Jorge Barradas, entre outros. O caso teve contornos menos claros e envolveu inclusivamente advogados, como se percebe pelo testemunho de Luís Cajão: “Natália Correia, com quem privei largos e aprazíveis tempos, contou-me que algumas vezes a mãe (companheira do mórbido pilhador de livros) fora descobrir, desolada, pastéis de nata e chocolates e outras guloseimas debaixo do travesseiro da cama onde ele, diabético, penava de mais uma crise. O que equivalia, manifestamente, a um suicídio, esse de teimar em comer

doces às escondidas. Em dado passo, este, apesar de tudo, meu muito mas muito simpático patrício, decidiu (tal como eu em Agosto de 96) doar todas as 'suas' obras à terra natal. Quando, porém, faleceu, logo Natália Correia (debilidades de um tão radioso espírito) tratou de assumir-se como enteada, falso parentesco que lhe permitiu arrogar-se como única herdeira de Cardoso Marta. Ora a verdade é que um ao outro eles não eram nada. Absolutamente nada. Amigos, quando muito, de circunstância. Deste modo, e dado o seu feitio volta e meia rebelde, rebarbativo e escabroso, é que ela se recusou a entregar à Biblioteca Pública Pedro Fernandes Tomás, da Figueira da Foz, os livros, cedendo tão-só uma mínima parte deles. E, ainda assim, de nariz torcido”.⁴⁸

Alfredo Machado, por seu turno, era natural do Porto e empresário da hotelaria – do Hotel Império, de que era sócio-gerente – e tinha uma filha do primeiro casamento. Alto e esguio de compleição, Alfredo dominava todas as fórmulas de cortesia burguesas, fazendo de Natália Correia objeto da inveja de muitas mulheres. Pacato e discreto, quase vinte anos mais velho que Natália (“Sempre gostei de homens mais velhos do que eu... ora nesta altura, com a idade que eles têm, já não funcionam”⁴⁹), circulava a alta sociedade alfacinha, onde se integravam figuras proeminentes do Estado Novo, como João Mendes da Costa Amaral, administrador da Companhia Colonial de Navegação e amigo de Salazar. Por seu lado, Natália abriu-lhe as portas de uma sociedade requintada pelo espírito e pela cultura.

O casal começou por assentar arraiais na Rua Marquês de Fronteira, mas pouco depois mudou-se para a Rua Rodrigues Sampaio, alugando o quinto andar esquerdo, o último do número 52, um prédio típico da arquitetura peculiarmen-

te lisboeta, sobretudo daquela zona (entre a Avenida da Liberdade e o Conde Redondo).

O apartamento onde montaram casa, amplo e com 16 divisões, ficava no prédio da Pastelaria Smarta (contração de Santa Marta, pela proximidade da rua e hospital designados “de Santa Marta”), a poucos metros do Hotel Império, à distância do lançamento de uma pedra. Além de um amplo salão com as paredes forradas de estantes cheias de livros, contava com várias obras de arte e inúmeras peças decorativas, vários quartos, etc.

O centro de convívio e o coração da casa eram as divisões da sala de estar, que incluíam a biblioteca, um escritório amplo e a zona de refeições. No centro desta última, destacava-se uma mesa gigantesca de mármore negro e pés esculpidos a dourado. Completavam o cenário um candeeiro de haste, poltronas de rebordo, amplos cadeirões, um quadro de grandes dimensões sobre a lareira, ao alto (um autorretrato dela como jovem, que a própria fez depois da morte da mãe, em que, deprimida, se dedicou à pintura: “Pinteí como terapia. Ferida, nessa altura, pela notícia da morte da minha mãe, que estava no Brasil, agarrei-me, rangendo de dor, aos pincéis e fechei-me num quarto durante um ano”⁵⁰) –, e outras obras de arte e fotografias de família. Era aí que se realizavam os saraus literários e as reuniões de resistência contra o salazarismo.

Antes de se chegar à sala, percorriam-se portas com reposteiros no cimo e um longo corredor com grandes estantes de um lado e quadros do outro (corredor que abria com um quadro de Bual, em tons azuis e verdes). No quarto de dormir da poeta, sobressaíam uma cama com dossel e paredes também com algumas estantes.

Praticamente ao lado de casa, bastando atravessar a rua, o edifício do hotel era composto por cinco pisos concebidos pelo arquiteto modernista Cassiano Branco. Propriedade do industrial Joaquim Ribeiro de Almeida, abriu a 13 de outubro de 1944, “com todas as condições de higiene, comodidade, modernismo e bom gosto”. Todo um acontecimento que mereceria notícia nos jornais, como o *Diário de Lisboa*: “Além do chefe do Estado e da senhora de Fragoso Carmona, assistem ao ato os srs. subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, administrador geral dos CTT, membros do governo e outras entidades oficiais, além de numerosos convidados e particulares”. Ao jantar, que se realizou à noite, compareceram cerca de 100 pessoas, entre as quais alguns dos elementos mais destacados do Turismo e da Imprensa.

Dispondo de barbearia, manicure e biblioteca para uso exclusivo dos clientes, o hotel contava com as presenças habituais do casal Manuel e Rita Pereira de Melo, Tomás Ribas, Francisco de Sousa Tavares, Sophia de Mello Breyner, os Condes da Covilhã e da Lousã, ou o magnate Antenor Patiño, o empresário boliviano a que todos chamavam de “Rei do Estanho”, por controlar o comércio daquele mineral, dono de uma famosa quinta em Cascais, com o seu nome, onde fez uma festa de arromba, em 1968, com mais de mil convidados, pela qual desfilaram ultrafamosos como Audrey Hepburn, Zsa Zsa Gabor, Gina Lollobrigida, o príncipe Haroldo da Noruega ou a primeira-dama da Indonésia.

Natália Correia fazia do Império uma espécie de extensão de sua casa: o Volkswagen e o chofer, bem como os cozinheiros do Império, estavam às suas ordens, sobretudo nas festas ou convívios que organizava com a fina flor da intelectualidade lisboeta, ou nas reuniões políticas, onde nunca faltavam

champanhe, caviar e vitualhas da melhor qualidade. No salão de Natália Correia marcavam presença, nas décadas de 1950 e 1960, individualidades da cultura como Almada Negreiros, Urbano Tavares Rodrigues, Luiz Pacheco, Manuel de Lima, Mário Cesariny de Vasconcelos, António Sérgio, David Mourão-Ferreira, Palma-Ferreira, Francisco Sousa Tavares, João Gaspar Simões, Tomaz Ribas, Isabel da Nóbrega, Sophia de Mello Breyner, José Cardoso Pires, Fernanda Botelho, o advogado António Maria Pereira, etc.

Luiz Pacheco descreveu a casa da Rodrigues Sampaio, cujas condições excepcionais não passariam ao lado do seu olhar cortante e irónico (onde ele e outros se sentiriam como se estivessem noutra galáxia). Quando a porta de Natália se abria, o “escritor maldito” era assaltado pelo aroma quente e maravilhoso das refeições vindas do hotel. Na mesa de jantar havia uma espécie de abundância natural, como se alguém lhe tivesse despejado para cima o conteúdo de várias cornucópias. Pacheco, em particular, apreciava muito toda a comida que era servida:

“E a mesa?! frigorífico atestado sempre, uma cozinha como poucas! talvez a melhor cozinha do Império, olé! naquela casa nunca faltava o belo faisão doirado, em-balsamado de trufas... Petiscos de arromba! (...) E os vinhos?!... Velho-Reno, Xerez, Champanhe. E do melhor. (...) Convidaram-me uma vez e fui lá. Festa magnífica, magnificente! Ambiente intelectual e artista dos mais escolhidos. Ali eram convidados todos os espíritos cultos ou quejandos, as celebridades de passagem por Teruel, a nata das natas, e passavam-se horas em transe de espiritualidade e beleza, por exemplo, em curiosos fascinantes

debates sobre o que é o Amor. Vede, senhor, que galante-ria: bebendo os vinhos mais excelsos, saboreando pitéus de estucha servidos por criados com libré do Império e ouvindo a anfitriã recitar (...).⁵¹

Aquela casa terá sido, nesse período, o centro da vida literária e intelectual de Natália Correia. Além das tertúlias político-literárias, dos jantares e dos debates, em que passavam horas a beber café, a discutir os problemas do país e a tentar perceber o que fazer com eles, faziam-se também lançamentos de livros (como o *Manual de Prestidigitação*, de Mário Cesariny, editado em 1958 pela Contraponto de Luiz Pacheco), leituras de poesia e representações teatrais à porta fechada (no Verão de 1955, da peça *Huis-Clos*, de Jean-Paul Sartre, autor proibido pela censura, mas que a própria Natália Correia traduziu, montou e interpretou, com encenação do também açoriano Carlos Wallenstein e cenografia do pintor João Santiago),⁵² conceberam-se cartas a políticos (como em 1968, a Marcello Caetano, exigindo a liberalização do regime), entre muitas outras iniciativas, como sessões de espiritismo ou jogos de póquer a dinheiro.

No final das noites, quase sempre bem regadas, a anfitriã hospedava todos quantos precisassem de teto, para dormir ou para fazer amor (a oportunidade de socialização de alguns dos melhores espíritos do seu tempo, corria parilhas com os encontros galantes, alguns deles sexuais).

Muitos desses homens teriam um fraquinho por ela, ou sentir-se-iam presos ao seu encanto. Ela sabia-o e disso se servia para acicatar o desejo deste e daquele. Um deles seria o delicado, divertido e subtil Manuel de Lima, escritor e músico amador pertencente ao grupo do Café Gelo (ao qual Natá-

lia se juntava por vezes, onde as mulheres eram uma raridade, partilhando, não raro, as mesmas pretensões intelectuais dos homens), com quem Natália terá encetado uma relação amorosa (o casamento com Alfredo Machado, além de nunca ter conduzido à concepção de filhos, não implicaria necessariamente uma monogamia estrita) e de colaboração literária (em 1952, escreveu em coautoria com Manuel de Lima a peça infantil *Dois Reis e Um Sono*, levado à cena pelo Teatro do Gerifaldo, de A. M. Couto Viana, o mesmo acontecendo depois com o texto dramático *Sucubina ou a Teoria do Chapéu*, obra que só viria a ser publicada em 2013).

Frequentadores habituais do São Carlos, Natália e Manuel de Lima trabalharam na edição do libreto da ópera *Wozzeck*, do compositor austríaco Alban Berg, inspirado da peça (incompleta) *Woyzeck*, do alemão Karl Georg Büchner: ela traduzindo o texto⁵³ (em colaboração com Rosário Corte-Real), ele escrevendo o prefácio. A edição era de Luiz Pacheco, na Contraponto,⁵⁴ e foi posta à venda no São Carlos, no dia em que subiu à cena (20 de fevereiro de 1959) – antes de começar a representação, os arrumadores vendiam aos espectadores, por apenas cinco escudos –, mas seria prontamente retirada de circulação.

Por aqui se percebe a irrequieta cumplicidade que unia Natália Correia, Manuel de Lima e Luiz Pacheco (um e outro, se eram capazes ser amigos verdadeiros, também era capazes de se transformar em inimigos implacáveis; poucos os igualavam em ironia e sarcasmo), a vida intelectual e o trabalho de crítica e de sátira que partilharam. Os três criaram mesmo um pseudónimo coletivo – Delfim da Costa –, denominado *O Cangalheiro da Cidade*, autor de folhas volantes ou folhetos satíricos, que podiam variar entre os 300 e os 1000 exem-

plares (uns editados, outros dactilografados), enviados pelo correio ou distribuídos em mão, na rua, nos cafés, no Parque Mayer, nas redações dos jornais, por onde calhava. Os textos eram escritos ora por um deles, ora por dois, ora pelos três, muitos deles projetados e concebidos na casa de Natália. O primeiro panfleto foi impresso em papel amarelo, numa tipografia da Imprensa Médica, na Rua Barbosa do Bocage, escrito por Manuel de Lima, com achegas de Natália e de Pacheco: “Juntaram-se Manuel de Lima, Luiz Pacheco e Natália Correia, em casa desta, e fizeram um papel com pretensões a anónimo, assinado Delfim da Costa e titulado *Requiem pelos corpos penados mais em destaque no cemitério ulissiponense*”.⁵⁵

CAPÍTULO 6

DIAS QUE SE AFASTAM DE NÓS

O grande e acolhedor apartamento da Rodrigues Sampaio, como refere Filipa Martins (citando Cruzeiro Seixas), foi cenário de outras paixões e outros prazeres físicos: “A Natália voava bastante, mas teve uma relação que toda a gente sabe com uma amiga nossa, muito próxima, que era a Isabel Meyrelles, e amabilidades com um senhor ou outro de vez em quando, que estava mais próximo”.⁵⁶ Quando esta última vinha a Portugal (desde 1950 que vivia em Paris, para onde fora estudar escultura), ficava em casa de Natália, num quarto contíguo ao da amiga, unidos por uma porta de ligação, próximos da cozinha (Alfredo Machado dormia sempre noutra quarto, ao fundo do corredor), e quando Natália passava pela capital de França hospedava-se em casa da escultora.

Natália e Isabel escreveram juntas, pelo menos, um cadáver esquisito (*cadavres exquis*),⁵⁷ com uma dimensão claramente lésbica, que continha os seguintes versos: “E nada poderá deter o seu ímpeto/através da hora/em que a nossa sombra/é o ponteiro dos meus dias/completos na lentidão das minhas mãos /invadindo os teus membros” ou em “É tarde para ir ao encontro da noite/tarde para penetrar o teu corpo /onde o rumor do mar é a voz que me destinas/porque eu só sou a sombra duma flor no vento/preso nas espáduas do dia que se

afasta de nós”.⁵⁸ Para Natália, havia uma materialidade na linguagem escrita que era tão ou mais importante que a linguagem do corpo e da sexualidade. Isto, que a ela lhe parecia óbvio, não o era para os outros, que a viam como uma mulher ousada e ardente, de inesgotáveis necessidades sexuais, e um passado de desenfreada devassidão. Tão insistentes eram tais proclamações que a própria se viu forçada a rejeitar, com todas as forças, esses rumores. Definindo-se como uma mulher praticamente assexuada, debatendo-se num corpo de mulher atraente, Natália Correia seria apaixonada, intelectual e marital, mas, ao mesmo tempo, casta. A perspectiva de um casal estável seduzia-a mais do que as relações sexuais episódicas. Respondendo a Edite Soeiro, quando esta deu entender que ela seria uma mulher de grande experiência amorosa, disse:

“(…) se tivesse uma grande experiência amorosa, se a tivesse concretizado na vida, não precisava de a realizar na literatura. Como sabe, a literatura vem sempre satisfazer carências. Não veja, portanto, nesses dois livros o sintoma de eu ter uma grande experiência amorosa. Agora se me perguntar se tenho essa experiência, não o posso negar. Se a não tivesse, nem sequer me sentiria realizada como mulher e seria incapaz de me reconhecer como tal ao olhar-me ao espelho.”⁵⁹

Insistência renovada no seu diário: “Acusam-me de promíscua. O problema é que eu quase não tenho libido. O sexo nunca representou grande coisa para mim”. Na sua opinião, “as pessoas têm a obrigação de se amarem umas às outras; mas, infelizmente, a maior parte das pessoas não sabe fazer-se amar”.⁶⁰ E quem nunca amou nunca se conhecerá a si

mesmo – por isso, duvidava dos que nunca tinham amado –, porque amar é a vivência na sua inteireza. Isto é válido, segundo ela, para o homem e para a mulher. O amor é uma grande expressão de liberdade, é transformação espiritual e dos valores mentais e morais, porque os amantes não conhecem normas, não aceitam as leis do mundo. E a sociedade não suporta isso, sobretudo a máquina do Estado.

Nesse meio-tempo, em janeiro de 1956, depois de publicado o seu segundo livro de poesia – *Poemas* (1955) –, a mãe morreu-lhe no Brasil. Acontecimento arrasador, que muito a abalou, atirando-a para o leito da depressão, provocando-lhe, durante um brevíssimo período, uma certa *secura literária*. Diz Luiz Pacheco que a amiga “teve uma crise, depressão nervosa, até tendências místicas, mandou às ocultas rezar missinhas por alma da defunta, o que não lhe está nada no feitio, acima dessas tretas de sacristia, declarada vocação iconoclástica”.⁶¹

Só no ano seguinte, em 1957, voltaria a publicar um livro de poesia, *Dimensão Encontrada* (contendo aquele que, porventura, será o seu poema mais conhecido e declamado, pela impregnação física e emocional das palavras: a “Queixa das almas jovens censuradas”, que a voz e a música de José Mário Branco transformariam num hino antifascista). Pouco antes ou pouco depois, editou também o poema dramático *O Progresso de Édipo*, no qual se rastreiam várias influências surrealistas, enquanto acentuava a sua participação na vida política, defendendo uma visão intervencionista da literatura e opondo-se ao ideal do bardo na Torre de Marfim.

Nessa altura, foi dela a iniciativa de escrever um manifesto de intelectuais e artistas aos futuros deputados da União Nacional – intitulado “Manifesto dos intelectuais portugueses

sobre o problema da Censura” (1957) –, perguntando-lhes qual a posição deles em relação ao problema da censura e “instando-os a que acabassem com ela”. O texto, segundo informação da PIDE, foi gerado na casa da Rodrigues Sampaio, tendo as assinaturas sido recolhidas por ela, com a ajuda de Urbano Tavares Rodrigues.

Em meados de outubro desse ano, depois de ter apresentado uma comunicação no 1.º Congresso Republicano, em Aveiro, participou numa reunião da Oposição onde marcaram presença nomes como Manuel João da Palma Carlos, Câmara Reis, Manuel Sertório, Arlindo Vicente, José da Cruz Ferreira e Rui Cabeçadas, fazendo com que a PIDE, atenta a esta e a outras atividades da escritora, a classificasse como elemento subversivo com ligações ao PCP.

Após as eleições legislativas, realizadas no dia 4 de novembro de 1957, quando já se pensava em qual deveria ser o candidato presidencial da oposição no sufrágio do ano seguinte, Natália Correia começou por apoiar Arlindo Vicente e subcreveu o documento “Por uma frente de toda a oposição num bloco eleitoral intervencionista”.

Havendo muitos democratas descontentes com a influência excessiva dos comunistas, começou-se a falar de outros nomes (entre os quais Jaime Cortesão), porém, a escolha recairia sobre Humberto Delgado, por sugestão de Henrique Galvão com a concordância de António Sérgio e o apoio declarado de Azevedo Gomes, Vieira de Almeida, Almeida Braga, Francisco Sousa Tavares, Lino Neto, António Alçada Baptista, Rolão Preto, Manuel Mendes, Piteira Santos (tantos e de tão diversas proveniências políticas seriam os apoios, desde republicanos a monárquicos, passando por alguns católicos e socialistas, que Arlindo Vicente, depois do

patrocínio do PCP, acabaria por desistir a favor de Delgado). No ano seguinte, em 1958, pertencendo ela à Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa, cujo objetivo era unir a Oposição para as eleições do ano seguinte (algumas reuniões dessa comissão realizaram-se nas instalações da revista *Seara Nova*, no Centro Republicano Elias Garcia e também em sua casa, na Rodrigues Sampaio), Natália juntar-se-ia à constelação de escritores, intelectuais e políticos – como Mário Soares, Urbano Tavares Rodrigues, David Mourão-Ferreira, Carlos Vilhena, Raul Rego, Abranches Ferrão, Guilherme Filipe ou José Manuel Tengarrinha – que apoiaram a candidatura à Presidência da República do general Humberto Delgado, com quem contactou pessoalmente a pedido do próprio, por se considerar admirador da poesia da autora de *Dimensão Encontrada*. O encontro entre os dois terá ocorrido numa praia da costa de Lisboa. Segundo Ângela Almeida, “como a PIDE se encontrava espalhada por todo o lado, e apesar de detestar banhar-se no Verão, Natália viu-se forçada a nadar juntamente com o 'General Sem Medo', para que pudessem conversar em paz (já que a PIDE também estava dentro de água)”.⁶²

Foi a comícios organizados por Humberto Delgado, participou em refeições ao lado do general (como o jantar histórico realizado em Castanheira de Moura, para a apresentação da candidatura) e fez parte da respetiva Comissão Feminina, à qual também pertenceriam Vera Lagoa e Maria Barroso. Com isto, Natália assumia ativamente a sua oposição ao regime, desafiando-o abertamente, quer em atividades diretamente políticas, quer escrevendo textos que seriam confiscados e proibidos de circular pela censura.

Durante o período da candidatura do general, viajou (ao Norte de África, por exemplo, com o marido e uma sobri-

na), deu ao prelo o ensaio *Poesia de Arte e Realismo Poético* (edição própria) e o livro de poesia *Passaporte*, escreveu a peça *D. João e Julieta* (somente publicada em 1999).

Na sequência da fraude eleitoral, promovida pelas autoridades, Delgado foi derrotado nas eleições presidenciais de 25 de junho de 1958. No ano seguinte, Natália Correia foi a primeira subscritora de uma carta que convocava os intelectuais democratas a participar num banquete de homenagem ao romancista e ensaísta Aquilino Ribeiro, que estava a ser visado politicamente e judicialmente. Em seguida, assinou uma exposição coletiva ao governo exigindo o arquivamento do processo-crime instaurado contra Aquilino Ribeiro pela publicação do romance *Quando os Lobos Uivam*. Com tanta atividade política, a PIDE tinha cada vez mais razões para observar a escritora e conseguiu colocar um agente no Hotel Império.⁶³

Nunca remetendo a escrita para um plano subalterno, e depois da desilusão de ver Jorge de Sena a excluí-la da antologia *Líricas Portuguesas* (os dois detestavam-se com incansável dedicação), Natália publicou, no ano seguinte (1959), na Contraponto, o poema dramático *Comunicação (Auto da Feiticeira Cotovia)*, o qual seria prontamente proibido de circular (em outubro) e, ato seguido, apreendido pela PIDE nas livrarias (em novembro). Foi o primeiro livro de sua lavra a ser apreendido pela polícia política.

Dizia o ofício da Censura que “a Autora quer referir-se, julgo, à condenação à morte da Poesia, no País. O introito, a forma derrotista como apresenta o Poema (felizmente não na íntegra!), a volúpia, a devassidão e a falta de senso moral, bem verificados, levam, sem sombra de dúvida, a não autorizar a sua circulação”.⁶⁴ Um dos poemas que, previsivelmen-

te, terá incomodado o censor foi este, de título “Inquisidor”: “São seios como venenos/São pernas com meias pretas/São os postais obscenos/Que fechamos nas gavetas//São as vigílias eróticas/Com que o demo nos assalta/São solteironas neuróticas/E o amante que lhes falta//São os truques insolentes/Dum prestidigitador...”. O relatório da Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos, da Inspeção dos Espetáculos, considerava ainda que “o estilo irreverente e por vezes pornográfico da linguagem empregada em frequentes passagens de algumas das quadras, levam-me a votar pela recusa da peça (...), nem sequer se torna possível sujeitá-la a quaisquer cortes de saneamento” (o parecer da Comissão, redigido a 25 de agosto de 1959, teria o aval do censor no dia seguinte). Perante isto, Natália Correia escreveu ao diretor da PIDE protestando contra a decisão, por violar a sua liberdade criadora, e ameaçava recorrer ao ministro do Interior, através do advogado Manuel Sertório.

Escrito para “exorcizar” o desaparecimento da mãe, na sequência da crise, abalo ou depressão nervosa originada pela morte de Maria José⁶⁵, *Comunicação* é considerado um dos mais violentos ataques ao Estado Novo.

A partir daí, a PIDE passaria a observar ainda mais atentamente a sua atividade, fazendo da década de 1960 um período especialmente assinalado pelo combate à censura, e dela a escritora com mais obras proibidas pelo Estado Novo, algumas antes, outras depois de terem sido publicadas.⁶⁶

CAPÍTULO 7

ERÓTICA E SATÍRICA

Enquanto Portugal continuava discutir o colonialismo em África, mantendo-se teimosamente isolado na cena internacional; enquanto os movimentos independentistas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau desencadeavam várias ações de guerrilha, que culminariam numa guerra de libertação que durou cerca de 13 anos (iniciada no norte de Angola, a 15 de março de 1961, a que se juntariam a Guiné em 1963 e Moçambique em 1964); enquanto a Índia anexava os enclaves portugueses de Goa, Dão e Diu (agosto de 1961); e enquanto Henrique Galvão, ao largo das Caraíbas, em coordenação com Humberto Delgado e o apoio de um grupo de exilados políticos portugueses e espanhóis ligados ao Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), capturava o paquete Santa Maria, para assim chamar a atenção do mundo para o que se passava em Portugal, enquanto tudo isto (que é sobejamente conhecido) acontecia, Natália Correia redigia (inspirada pelas notícias da “Operação Dulcineia”, assim denominada pelo próprio Galvão, por referência a uma peça de teatro de Carlos Selvagem, intitulada *Dulcineia ou a última aventura de D. Quixote*, de 1943) o breve poema épico *Cântico do País Emerso*, também editado por Luiz Pacheco e publicado no mesmo dia – 10 de novembro de 1961 – em que Galvão

lançou milhares de folhetos sobre a capital portuguesa, a partir de uma aeronave da TAP desviada por Palma Inácio em Marrocos, num voo entre Casablanca e Lisboa. Uma semana antes, a 1 de novembro de 1961, Luiz Pacheco escrevia ao poeta António José Forte: “A Natália foi ontem para o Porto, com uma grande trupe de amantes dos dois sexos, gerar o livro dela. É claro que eu, simples editor, fiquei com o pé no estribo e perdi a boleia em favor não sei de quem. Mas o livro sai para a semana (espero). Assim, temos Contraponto a inaugurar a época com obras formidáveis!”.

Considerado paradigmático da sua escrita naquela época, *Cântico do País Emerso* assentava na ideia de que a poesia estava “ligada aos momentos mais importantes da vida coletiva e individual”. Segundo ela, era este o critério que orientava a sua poesia. *O Cântico*, em particular, integrava a temática portuguesa compreendida entre a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e a *Ode Marítima* de Fernando Pessoa.⁶⁷

No momento da publicação (e apreensão pela PIDE) deste poema, Natália defendeu – em entrevista ao *Jornal de Letras e Artes*, a Bruno da Ponte, em 22 de novembro de 1961 – que “a arte e a sociedade são inseparáveis. A sociedade produz a arte e o produto aperfeiçoa a sociedade”. E acrescentava: “A poesia encontra-se ligada aos momentos mais importantes da vida coletiva e individual”.

Em março de 1962, mês e ano em que Salazar proibiu as comemorações do Dia do Estudante e deu ordens à polícia de choque para ocupar a cidade universitária de Lisboa e carregar sobre centenas de jovens, dando assim origem uma das mais significativas insurreições estudantis contra o Estado Novo, Natália foi a Florença para participar no II Encontro da Comunità Europea degli Scrittori (COMES) de apoio aos

escritores que trabalhavam sob condições repressivas, sujeitos a grotescas comissões de censura. No final, assinou, ao lado de Jean-Paul Sartre, Marguerite Duras e Camilo José Cela, entre tantos outros, uma mensagem dirigida ao então presidente dos EUA, John F. Kennedy, posicionando-se contra o embargo a Cuba e a expulsão deste país da Organização dos Estados Americanos (OEA).⁶⁸

Ainda com as revoltas estudantis provocando os mais vivos clamores, o que ajudaria a dinamizar e a desinibir a oposição ao regime, Natália Correia publicou, nesse ano, o ensaio *A Questão Académica de 1907* (1962), prefaciado por Mário Braga, onde examinava a crise académica daquele início do século XX, também ela criada e reproduzida num ambiente de contestação ao poder estabelecido, cujos princípios dominantes eram traduzidos fielmente nos métodos de ensino universitário, e respetivo impacto na implantação da República em 1910.

Nesse ano, começou a conviver com o então jovem poeta (e futuro realizador de cinema) Dórdio Guimarães, filho do pintor, caricaturista e cineasta Manuel de Guimarães. Dórdio viria a ser seu prestantíssimo amigo, desenvolvendo por Natália um fascínio que raiava a obsessão, idolatrando o chão que ela pisava (como antigamente se dizia). A partir desse momento, Dórdio mover-se-ia sempre na sua órbita.

Depois de Dórdio, seria a vez de José Carlos Ary dos Santos travar estreita amizade com Natália, tornando-se a partir daí – 1963 – uma das presenças mais notadas e enfáticas nas tertúlias da Rodrigues Sampaio.

No ano seguinte, em 1964, vamos encontrá-la a redigir a peça de teatro *O Homúnculo – Tragédia Jocosa com Quatro Ilustrações da Autora*, que editaria no ano seguinte, novamente

na Contraponto de Luiz Pacheco, e novamente proibida pela censura.

Peça satírica absurdo-surrealista em cinco atos, o *Homúnculo* passa-se num país chamado Mortocália, com uma população de dez milhões de habitantes, dirigido por um “senhor absolutíssimo”, El-Rei Salarim (espécie de morto-vivo, pois se podia dizer que, “por meios naturais, era de esperar que já tivesse morrido há muito tempo”), cercado por cortesão como um bispo “ricamente paramentado”, um general (definido pelo próprio bispo, como “um borda-d'água falante”) e um bobo da corte, de nome Mnemésicus, vestido de catedrático e, debaixo do braço, sempre que aparece em cena, com o *Tratado de Mnemónica ou Método Facilíssimo para Decorar Muito em Pouco Tempo*, escrito por um autor cego. A proximidade semântica e fonética entre Salarim e Salazar são quase óbvias, não sendo igualmente difícil de vislumbrar na figura do bispo uma referência mais ou menos nítida ao cardeal Cerejeira, ou entre as instituições de Mortocália e as do Estado Novo (começando no Exército e acabando na Universidade de Coimbra, de onde Salazar saíra para controlar todo o país).

Antes disso, no ano em que Humberto Delgado e a sua secretária e companheira foram mortos pela PIDE, em 13 de fevereiro de 1965 (os corpos seriam descobertos dois meses depois, a 24 de abril, junto à fronteira espanhola), em que o regime resolveu encerrar e extinguir a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), a pretexto da atribuição do Grande Prémio de Novela a Luandino Vieira, então preso no Tarrafal, acusado de atividades terroristas (a autora de *O Homúnculo* juntaria a sua assinatura aos 180 subscritores do abaixo-assinado de protesto contra a decisão do ministro da Educação, a mando de Salazar),⁶⁹ e enquanto se realizava no Porto, en-

tre 7 e 9 de outubro de 1965, o 1.º Encontro de Escritores Portugueses, organizado pelo Círculo Almeida Garrett, mas com o alto patrocínio do Estado Novo e da Igreja Católica (no qual a biografada se negaria, liminarmente, a participar), e quando os estudantes desciam à Feira do Livro na Avenida da Liberdade para protestar contra o regime, nesse ano de 1965, dizíamos, Natália Correia lançava mãos à obra num novo e importante projeto literário: a preparação, organização e coordenação de uma *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica: Dos Cancioneiros Medievais à Actualidade*, publicada, no ano seguinte (1966), na Afrodite, de Fernando Ribeiro de Mello, com ilustrações de Cruzeiro Seixas, texto das badanas de David Mourão-Ferreira, e seleção, prefácio e notas dela própria. O antologia retrocedia a Martim Soares (século XIII) e terminava em Dórdio Guimarães, passando por muitos outros. No total, eram 94 os poetas antologados, 90 dos quais homens e quatro mulheres (desses todos, 23 ainda estavam vivos em 1966).

O assunto era demasiado vasto para o seu gosto e temperamento. Natália Correia não era uma historiadora. Conforme revelou Isabel Cadete Novais, este projeto recuperava, parcialmente, um outro iniciado, vários anos antes, por Manuel Cardoso Marta, a que este dera o título de *O Purgatório dos Poetas – Poesias Eróticas d’Alguns Escritores Portugueses dos Séculos XV a XIX*, que começara a reunir em 1935. Quando herdou a vasta biblioteca do amigo, vasculhando entre os papéis pessoais e os caixotes de Cardoso Marta, a poeta encontrou o esquema e os rascunhos para aquele livro, incompleto e mantido em suspenso durante mais de 20 anos. De imediato, decidiu dar-lhe nova vida, revendo-o e acrescentado autores contemporâneos.

A antologia teve vida efêmera nas livrarias, já que a edição foi quase imediatamente retirada do mercado, apreendida e proibida de circular, e os principais envolvidos levados a Tribunal Plenário. Pela quarta vez em apenas sete anos, Natália Correia era alvo da Censura salazarista, saindo daí reforçada a ideia de que os maus servem para fazer os bons ainda melhores...

Com base na argumentação de que o livro continha pornografia, era obsceno e representava um atentado à moral pública, o regime conduziu ao banco dos réus, por abuso de liberdade de imprensa, Natália Correia, Luiz Pacheco, Mário Cesariny de Vasconcelos, E. M. Melo e Castro, José Carlos Ary dos Santos, Fernando Ribeiro de Mello e ainda Francisco Esteves (empregado de escritório) e Artur Geraldo Soares (jornalista de *O Século*, que morreria no decurso do processo, a 1 de abril de 1967, vítima de tumor pulmonar), estes dois últimos por supostamente terem cedido à organizadora poemas inéditos de alguns autores contemporâneos falecidos anos antes (como Silva Tavares, António Botto ou Carlos Queiroz).⁷⁰

Em 21 de março de 1970 (pouco depois, portanto, do escândalo dos *Ballet Rose*), a sentença considerou a obra ofensiva do pudor geral, da decência e da moralidade pública e dos bons costumes e sentenciou os arguidos por abuso de liberdade de imprensa: Natália Correia e Fernando Ribeiro de Mello, desde logo, em 90 dias de prisão correcional cada um (substituíveis por igual tempo de multa a 50 escudos por dia e mais 15 dias de multa à mesma taxa).

CAPÍTULO 8

SANTA PROSTITUTA

Em 1966, enquanto o processo da *Antologia* levantava ferverura, Natália Correia publicava novo livro de poesia, *O Vinho e a Lira*, também na Afrodite e igualmente proibido de circular pela Censura, na sequência de um novo relatório assinado pelo mesmo Joaquim Palhares (isto depois de o livro ter ido para a Feira do Livro, inaugurada pelo Presidente da República, Américo Tomás). Composto por 43 poemas, o livro não só era desprovido de qualquer valor literário – dizia o censor –, como continha expressões erótica e imorais, o que, segundo a estreiteza moral da ditadura, era absolutamente inadmissível.

No ano seguinte (1967) pôs a circular *A Pécora*, numa versão policopiada e apenas entre um grupo restrito de leitores. Por muitos considerada a melhor peça de teatro da autora, *A Pécora* aborda, de modo simbólico e indireto, as aparições de Fátima (em 1917) e respetivos milagres económico-financeiros, feitos pelos negócios vários ligados à exploração das crenças e sentimentos religiosos dos milhares de portugueses que se deslocavam ao santuário erguido no lugar da Cova da Iria. Em contraponto a esse ambiente de superstições e de miséria moral, aparece a figura da “santa prostituta” que vive em liberdade e em comunhão com a natureza. Talvez por

isso, a obra só aparecia em livro quase dez anos depois do 25 de abril, em 1983, e seria representada apenas em 1989, por João Mota, do Teatro da Comuna. Não em Portugal, mas em França, em Saint-Étienne, no âmbito do I Festival da Convenção Teatral Europeia.

Em 1968, após uma reunião em sua casa, Natália Correia e um conjunto de outros escritores e intelectuais escreveram uma carta ao novo Presidente do Conselho, reclamando-lhe uma maior abertura e liberalização do regime. Marcello Caetano aceitou falar com alguns elementos do grupo de signatários, mas a menção do nome de Natália Correia deixou-lhe o sobrolho carregado e negou-se a recebê-la, por ter sido ela a organizadora da *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*.

De 1968 é também a edição de outro livro de poesia (*Mátria*) e de um romance (*A Madona*), e ainda o início da sua colaboração no *Diário de Notícias*, com uma série de crónicas genericamente intituladas “O Poeta e o Mundo”. De tudo isto, salta aos olhos a referência implícita à ideia de maternidade, desde logo nos títulos, *Mátria* (neologismo que designa pátria numa perspectiva feminina, utilizado por Miguel de Unamuno para se referir à feminização da ideia de patriotismo, ou por Jorge Luís Borges quando falava, metaforicamente, da natureza-mãe) e *Madona* (do italiano *Madonna* – em português “Nossa Senhora” ou “Virgem com o Menino” –, referindo-se o termo às representações artísticas da Virgem Maria com Jesus ao colo ou em braços).

Nos últimos meses de 1968, Natália Correia e Alfredo Machado começaram a enfrentar algumas limitações de ordem financeira, em resultado de um estilo de vida mais distendido. Que incluía sessões de jogo, em particular *bridge*, no Es-

toril e no Império, com as pessoas bem da sociedade lisboeta. Em *O Botequim da Liberdade*, Fernando Dacosta garante que existia no Hotel Império um casino clandestino, onde havia, entre outras diversões com apostas a dinheiro, o jogo da roleta, ao qual os mais amigos e os clientes habituais se entregavam madrugada dentro.

Talvez a melhor maneira de evocar o ambiente retratado consista em reproduzir uma frase da escritora, escrita no contexto da viagem do casal ao Norte de África, a bordo do navio Vera Cruz: “Joguei canastra. Disseram-me que jogo muito bem. Creio que podia ganhar a vida como jogadora nos paquetes, explorando doces velhinhas que jogam para se sentir vivas”.⁷¹

Diz Filipa Martins, biógrafa de Natália, que desde o final da década de 1950 que a situação económico-financeira do hotel vinha atravessando dificuldades crónicas. Tanto assim que Alfredo Machado se viu forçado a pedir, “por carta de 30 de maio de 1959, ao chefe da Repartição de Turismo do SNI que o Império passe à categoria de hotel residencial, escusando-se a manter um serviço de refeições à carta que se revelava oneroso, 'ocasionando avultados prejuízos'. O pedido foi indeferido”.⁷²

Em 1969, concluiu a peça de teatro *O Encoberto*, igualmente proibida pela Censura no início de 1970, por “inconveniência política” e por ser “o desenvolvimento em estilo de 'paródia' de assunto histórico, com não poucas pinceladas pornográficas à maneira de Natália Correia, com alusões ao povo português ou a figuras históricas com expressões de chacota e uma clara intenção de ridicularizar”. Conclusão: “Julgo ser de proibir, por inconveniência política e ser pornográfica” (o que aconteceria por despacho de 3 de fevereiro de 1970).

Se *O Homúnculo* continha alusões a Salazar e *A Pécora* às aparições de Fátima, *O Encoberto* remetia os leitores para o ambiente mental do “Sebastianismo” ou do “Mito Sebástico”, uma das principais crenças ou movimentos proféticos surgidos em finais do século XVI, na sequência da morte ou desaparecimento do rei D. Sebastião em Marrocos, na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, responsável por uma crise de sucessão em Portugal.

Em 1969, Natália Correia integrou a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), criada especificamente para disputar as eleições legislativas a realizar a 26 de outubro daquele ano. Nessa altura, a escritora assinou o documento eleitoral intitulado “Dos escritores ao país”, reclamando liberdade, democracia (política e social) e a libertação dos presos políticos, e um manifesto sobre o “Exame Prévio” (eufemismo criado pelo regime para substituir o termo “censura”).

CAPÍTULO 9

DAS TRÊS MARIAS AO GENERAL DO MONÓCULO

Foi como diretora literária da Estúdios Cor que Natália assumiu a decisão, ousada e corajosa, de publicar o livro *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Velho da Costa (então com 34 anos e a trabalhar como assistente no Instituto Nacional de Investigação Industrial), Maria Teresa Horta (com 36 anos, jornalista) e Maria Isabel Barreno (com 35 anos, investigadora no Instituto Nacional de Investigação), cuja edição ficara concluída em finais de abril de 1972, após o que foram distribuídos nas livrarias mais de 1300 exemplares (dos quais seriam comercializados, em pouco tempo, cerca de 1200).

Formadas por mais de 100 textos, entre cartas (de descendentes e familiares de Mariana Alcoforado, de soldados portugueses a combater na guerra colonial – guerras de libertação do ponto de vista africano – e de emigrantes), poemas, relatórios (nomeadamente, um relatório psiquiátrico sobre o estado mental de uma mulher), fragmentos de diários íntimos, pequenos ensaios, citações, papéis e bilhetes isolados encontrados entre as páginas de diferentes livros, narrativas em miniatura, provérbios e adágios populares, transcrições do código penal português e redações escolares, as *Novas Cartas Portuguesas* eram um lugar de meditação crítica que interpelava todos os portugueses. Sobre o poder e a ordem

patriarcal – e suas ressonâncias na condição desfavorável das mulheres na sociedade, discriminadas como uma subespécie inferior dentro da espécie humana –, sobre a sexualidade feminina, sobre a guerra colonial, sobre a emigração, sobre a importância de desmasculinizar a história e a política, sobre o sistema judicial, sobre as regras e as convenções sociais e literárias que deviam ser revistas, contrariadas e refutadas, enfim, e em poucas palavras, sobre a necessidade de questionar uma série de concepções de longa duração baseadas em permanências ou estagnações estruturais.

O livro, naturalmente, foi rotulado de imoral e pornográfico, entrando em rota de colisão com a moral ou pudicícia públicas, e, naturalmente, proibido de circular pela sempre controladora Censura. Com Natália Correia e “As Três Marias”, como ficariam conhecidas as autoras do livro (tratando-se de um projeto eminentemente coletivo ou de equipa, as autoras assumiram, entre si, o compromisso de nunca revelarem a autoria individual de cada texto), foi também indiciado, feito arguido e levado a tribunal o administrador Romeu de Melo, o qual chamaria a si, inteiramente, a responsabilidade pela edição das *Novas Cartas Portuguesas*, para assim retirar peso ao papel da diretora literária da Estúdios Cor e evitar que fosse parar à cadeia (recorde-se que Natália estava então a cumprir pena de prisão suspensa na sequência do julgamento da *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*).

A 7 de maio de 1974, o juiz Acácio Lopes Cardoso acabaria por decidir que *Novas Cartas Portuguesas* não era pornográfico nem imoral. Pelo contrário, admitia que se tratava de uma “obra de arte de elevado nível” e determinava improcedente a acusação.⁷³ Enquanto o processo ainda estava suspenso, e regressando aos últimos meses de 1970, Natália Correia edi-

tava *As Maçãs de Orestes*, e no ano seguinte, com a escultora Isabel Meyrelles (regressada, entretanto, a Portugal, depois de anos a viver em Paris com a sua companheira Emilienne Paoli), aventurou-se a abrir o famoso bar-restaurant Botequim, no número 79 do Largo da Graça, em Lisboa. Não era a primeira experiência comercial da escritora, que antes criara com o marido e uma amiga açoriana, Maria Mendonça, uma sociedade para gerir uma loja de móveis e antiguidades, a Rodapé, situada na Rua do Salitre, bem como uma empresa que fornecia serviços domésticos, a “S.O.S. – Serviços Domésticos” (fazia e servia jantares, lavava roupas e passava-as a ferro, limpava carpetes etc.), criada com a amiga Branca Miranda Rodrigues, na Rua Ramalho Ortigão.⁷⁴

Tais iniciativas – a loja e, depois, o bar – surgiram num contexto do agravar das dificuldades financeiras do marido, Alfredo Machado, cada vez mais dependente do jogo, onde gastou parte do dinheiro com que sustentava a vida de esplendor e de faustos do casal, desde logo os jantares e encontros mundanos na casa da Rodrigues Sampaio, levando enfim à falência do Hotel Império. Quando Alfredo ficou sem trabalho, criaram, à falta de melhor, um bar-restaurant.

Para gerir o Botequim, que ocuparia o espaço de uma antiga carvoaria, formou-se a Correia e Meyrelles Lda., uma sociedade por quotas de responsabilidade civil, gerida por Alfredo Machado (a sociedade extinguir-se-ia em 1977, na sequência do regresso de Isabel Meyrelles a Paris). Aberto até às cinco da madrugada, nele podia-se jantar e cear. Quando aparecia, Natália chega habitualmente tarde, entre as onze e a meia-noite, altura em que jantava uma segunda vez – rosbife ou o bife à Botequim –, não raro com um copo de uísque a acompanhar: “Deitava-se tarde 'porque o dia divide e a noite

une': 'O poeta tem de banhar-se na lunaridade da festa noturna. De contrário é um tecnocrata do verso que só conhece metade da vida'.⁷⁵

No Botequim, onde cabiam 40 pessoas sentadas (mas onde chegaram a estar mais de 200, alguns habituais, outros circunstanciais), passariam a decorrer os serões e as tertúlias que Natália e Alfredo antes organizavam em casa. Tal como nesta, ali cantava-se, fazia-se música, declamava-se poesia, deitava-se conversa fora e organizava-se sessões de espiritismo. Natália Correia, com a sua boquilha imensa, que lhe dava um ar altivo e distante, era o centro de gravitação e das atenções dos amigos e conhecidos, que incluíam poetas, músicos, escritores, artistas, políticos (incluindo, depois do 25 de Abril, vários deputados, ministros e até um Presidente da República), jornalistas, académicos, etc.

O Botequim atravessou, ileso, as turbulentas fases do final do Estado Novo, do 25 de Abril, do PREC, do Verão Quente e do 25 de novembro, período em que Natália acentuou a sua intervenção cívica e política, sobretudo na imprensa, tendo ali ocorrido (além dos notáveis já referidos) ministros, generais e até um Presidente da República.⁷⁶

Um ano depois da criação do Botequim, numa altura em que era igualmente vista nos *vernissages* das exposições de arte, em particular das galerias Interior e 111, lançou na Livraria Quadrante, em 1972, o livro *A Mosca Iluminada*.

Em 1973, editou *O Anjo do Ocidente à Entrada do Ferro*, conjunto de poemas com a chancela das edições Ágora, e mais duas antologias, por ela coordenadas e prefaciadas: *O Surrealismo na Poesia Portuguesa* e *A Mulher* (esta última sobre o tratamento poético da “Mulher” ao longo dos séculos portugueses, com 22 ilustrações a cores, *hors-texte*, de Martins

Correia e diversos poemas de vários autores e períodos literários, desde D. Dinis a Herberto Helder, passando por Camões, Bocage, Cesário Verde, António Nobre, Florbela Espanca ou António Ramos Rosa.

Ainda em 1973, Natália Correia substituiu a direção literária da Estúdios Cor (de onde saiu por ter entrado em divergência com a administração) pela coordenação da Editora Arcádia, período em que saíram obras de autores como Italo Calvino, Henry Miller, David Mourão-Ferreira, Manuel da Fonseca, Artur Portela Filho (os primeiros volumes de *A Funda*), Reinaldo Ferreira (ou Repórter X), Mário Soares (*Portugal Amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*) e António de Spínola (*Portugal e o Futuro: análise da conjuntura nacional*).

No final de 1973, com o intuito de convidar António de Spínola a publicar uma entrevista que este concedera à revista *Vida Mundial*, mas que fora censurada e circulava apenas em fotocópias, Natália dirigiu-se a Bissau, na então Guiné portuguesa, onde o “General do Monóculo” era governador. Nessa ocasião, Spínola disse-lhe que tinha algumas coisas escritas sobre a situação do país e que, quando decidisse revelá-las, as entregaria a ela, para que as publicasse na Arcádia. Tratava-se, como a escritora compreenderia depois, quando teve acesso ao manuscrito, do original de *Portugal e o Futuro*, cuja edição, em fevereiro de 1974, desencadearia um terremoto no regime então liderado por Marcello Caetano, seguido pela rápida irrupção do 25 de Abril.

Na noite anterior, enquanto ocorriam as operações militares que levariam à queda do Estado Novo, Natália Correia estava no Botequim a ser entrevistada pelo escritor e editor francês Dominique de Roux. Com ele estava o poeta francês

André Coyné, então correspondente e colaborador na *Politica Hermetica*, com quem estivera em Luanda, quando Dominique de Roux era ainda “um jornalista sem jornal, um repórter sem televisão, um agente sem organização, em suma, um escritor simplesmente”.⁷⁷

CAPÍTULO 10

A HORA TÃO LONGAMENTE DESEJADA

No dia 25 de abril de 1974, por volta das cinco da manhã, Natália Correia começou a escrever um diário, onde anotaria, ao pormenor, o processo político do período entre o 25 de abril de 1974 e o 20 de dezembro de 1975: “Tanques no Terreiro do Paço; colunas militares sobre Lisboa; movimentos de tropas em vários pontos do País; a torre de controlo e a pista do aeroporto tomadas por destacamentos da Escola Prática de Infantaria de Mafra; etc., etc... Rádio Clube Português. Está ocupado por 'comandos'.”⁷⁸

Durante anos, muita gente partilhou, senão a certeza, pelo menos uma certa esperança, por ténue que fosse, de que havia de chegar a hora em que o regime cairia. Aquele era o dia tão longamente desejado.

Como se tivesse duvidado, pouco antes, do que estava a acontecer, a ansiedade transformava-se em alegria incontida: “Finalmente, às sete menos um quarto da manhã, estando sintonizada no RCP, as marchas militares são cortadas pelo emissor do Comando das F.A., e inicia-se uma transmissão de canções proibidas. A minha comoção atinge o auge quando ouço cantar um poema em que desabafei o meu nojo pelos ratos da censura salazarista: *Queixa das Almas Censuradas*. Empolgo-me com essa mediocridade do meu panfletismo ju-

venil. (...) Mas há uma estética efémera da exaltação coletiva que eleva à categoria de belo aquilo que, na ordem das coisas em repouso, ofende o bom gosto. E tudo isto é exaltante porque em tudo isto se desprende para mim o canto livre de Afrodite que, em ondas de ouro, se propaga na cidade. Abro a janela. Rompe a estrela da manhã”⁷⁹

Durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC)⁸⁰, o Botequim fez-se um dos centros do debate político lisboeta. Nele conviviam políticos dos mais diversos quadrantes, desde alguns capitães de Abril ao grupo dos nove moderados do Conselho da Revolução, entre os quais Vítor Crespo, Vítor Alves, Vasco Lourenço, Sousa e Castro e Ernesto Melo Antunes, mas também Otelo Saraiva de Carvalho, António Raimundo Eanes, Francisco da Costa Gomes, António Almeida Santos, Mário Soares, José Medeiros Ferreira, Francisco Sá Carneiro, Snu Abecassis, Helena Roseta, Joaquim Magalhães Mota, Miguel Veiga, Francisco Lucas Pires, Adelino Amaro da Costa, Alda Nogueira, Ilda Figueiredo, Octávio Pato, Mota Amaral, Manuel Alegre, António Sousa Gomes ou Henrique Medina Carreira.

Além, claro, dos jornalistas, escritores, artistas, intelectuais, médicos e académicos, como David Mourão-Ferreira, António Alçada Baptista, José-Augusto França, Luiz Pacheco, Ary dos Santos, José Cardoso Pires, Isabel da Nóbrega, Germana Tânger, A. H. de Oliveira Marques, António Vitorino de Almeida, José Saramago, Eduardo Luís Cortesão, Moisés Espírito Santo, José Manuel dos Santos, Fernando Dacosta, Maria João Pires ou Júlia Babo.

Como narra Cândida Pinto, na sua biografia de Snu Abecassis: “Os dias agitam-se, as noites também. Snu e Vasco passam a frequentar, quase todas as noites, o bar Botequim,

de Natália Correia. Lá encontram políticos de esquerda, de direita, de todos os quadrantes, os militares do MFA, carregados de histórias para contar soltas pelos copos, 'o Vítor Crespo a explicar-me a estratégia toda da Marinha no 25 de Abril, como é que iam fazer' e Vasco Abecassis 'fascinado com aquilo tudo'. É política em carne viva, 'o Botequim é uma espécie do bar Rick's do *Casablanca* de Ingmar Bergman e Humphrey Bogart'."⁸¹

O 25 de Abril foi celebrado com grande entusiasmo, no entanto, as más notícias quanto ao curso da revolução não tardariam a merecer-lhe comentários altamente negativos, levando-a a expressar a sua preocupação e o seu pessimismo sobre o futuro da ainda incipiente democracia portuguesa, ameaçada, segundo ela, pela mentalidade estalinista do PCP. A consciência de que algo podia correr mal surgiu-lhe quando começou a ouvir nas ruas as palavras de ordem, gritando por vingança e exigindo sangue. Opondo-se à caça às bruxas, ao “desenfreamento piolhoso da justiça popular”, aos “caçadores de 'pides' numa odienta, monstruosa correria”, ao “Mata! Assassino!”, que alguns reclamavam logo no dia 25 de abril.⁸²

Cada vez mais apreensiva com o evoluir dos acontecimentos, parecia-lhe que a democracia se abeirava perigosamente do abismo de uma nova ditadura. Foi com esse espírito que começou a colaborar no jornal *A Capital*, a convite do seu novo diretor, David Mourão-Ferreira, redigindo regularmente textos de análise política. Crónicas de combate, crónicas comprometidas, crónicas de intervenção de uma escritora contra a torre de marfim, assumindo o papel de excitar consciências, apelando à responsabilidade dos intelectuais e ao espírito radical de crítica livre, posicionando-se a favor

da intervenção dos poetas na sociedade, a primeiro foi publicada no dia 15 de julho de 1974, numa coluna a que deu nome de “Crônicas Vagantes”, como explicaria no seu diário: “Mantenho assim uma coluna em *A Capital*, sob o título genérico de 'Crônicas Vagantes'. Vagantes porque o âmago oculto desses escritos é o acratismo que no fundo me irmana à subversão goliardesca contra o meretrício do poder”.

Em 1975, ano marcado por um clima de constante instabilidade (11 de março, assaltos aos jornais *República* e *O Século*, protestos dos retornados e dos inválidos da guerra colonial, manifestação do Terreiro do Paço, rebentamento da Rádio Renascença, sequestro da Assembleia Constituinte, destruição – saque e esventramento – dos palacetes da Embaixada de Espanha, na Rua do Salitre, e da residência do Embaixador, na Palhavã, ou a iminência de uma guerra civil, anulada depois do 25 de novembro), as críticas de Natália ao PCP seriam ainda mais impiedosas e extremadas.

Na crónica “Que democracia?”, interrogava-se sobre o tipo de democracia que o MFA pretendia construir. Considerando o PCP uma força política especializada na manipulação das massas trabalhadoras, contrapunha-se à unidade sindical, porque tal representaria o fim do democratismo e da constitucionalidade do programa do MFA, e a submissão dos trabalhadores a sindicatos únicos ou a centrais sindicais únicas tuteladas por uma facção política totalitarista. Favorável à liberdade sindical, explicava que o autoritarismo “não é menos odioso por ser subsidiado pela retórica mistificadora dos falsos salvadores do povo”.

Na sequência do “11 de março”, censurou o PCP por, a pretexto de romper a resistência das forças reacionárias que estariam na origem do golpe abortado nessa data, tentar pre-

capitar a implantação do socialismo contra a via eleitoral. Depois, e perante a perspectiva de um fracasso nas eleições, cada vez mais provável, o PCP mexera-se no sentido de ampliar e consolidar as suas posições de poder nos meios de comunicação social, na cultura e no campo político-económico, através da nacionalização da imprensa, dos bancos e das instituições.

Naturalmente, e como seria lógico esperar, as suas crónicas n'*A Capital* foram apelidadas de reacionarismo e de perversão contrarrevolucionária, e haveriam forçosamente de contribuir para o clima de antipatia que foi criado em torno do seu nome. Apesar de ter sido uma figura destacada da resistência ao fascismo e de por este ter sido perseguida (oito obras proibidas pela censura e uma condenação em Tribunal Plenário), o facto de se ter mostrado opositora ao gonçalvismo fez dela uma “burguesa decadente” e uma “cadela de guarda do capitalismo”, como muitos lhe chamavam nas rodas de café. Os comunistas, enfurecidos, ergueram uma cortina de ferro em torno dela, acusando-a de desmoralizar a classe operária. O melhor era que se calasse (ou que falasse de outra coisa).

A 19 de junho de 1975, Natália Correia foi ao comício do PS na Alameda D. Afonso Henriques, que ficaria conhecido como “Comício da Fonte Luminosa”. Nove dias antes, o PS abandonara o IV Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves. Mas as divergências entre socialistas e comunistas vinham de trás, desde, pelo menos, janeiro de 1975, após o debate em torno da unicidade sindical, depois agravadas pelas celebrações do 1.º de Maio, quando Soares foi impedido de subir à tribuna do chamado “comício unitário”, para que assim Álvaro Cunhal pudesse brilhar sozinho no palco. Isto semanas depois de o PS ter sido o partido mais votado

nas eleições de 25 de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte, tendo obtido 38 por cento, muito acima do PCP, que tivera apenas 12,5 por cento (se bem que, nas ruas, através de frequentes manifestações, e nos órgãos de informação, maioritariamente controlados pelo PCP, a perceção fosse diferente).

Um mês depois do “discurso da vida de Soares”,⁸³ no final de julho de 1975, no dia 28, o Conselho da Revolução, através da Comissão de Trabalhadores do jornal *A Capital*, e aproveitando a ausência do seu diretor, David Mourão-Ferreira, de férias no Algarve, impediu a publicação da crónica intitulada “Pede-se um rosto”, qualificando-a de reacionária, e Natália Correia demitiu-se, determinando assim o fim da sua colaboração naquele jornal. Nos primeiros dias de agosto, os trabalhadores do jornal esclareceriam em comunicado: “A não inserção em *A Capital* na segunda-feira, 28 de julho, da habitual coluna da escritora Natália Correia 'Crónicas Vagantes' tem sido motivo de algumas notícias e ilações menos corretas vindas a público em diversos órgãos da informação”.

Vista como um atentado contra a liberdade de expressão, a decisão do jornal desencadeou uma série de reações (*A Capital* não era, propriamente, uma folhazeca), a começar por Mourão-Ferreira, que se solidarizou com a amiga e pediu a demissão, a 3 de agosto, do cargo de diretor de *A Capital*,⁸⁴ e passando por Miguel Torga, que redigiu uma carta aberta onde lhe garantia o seu total apoio, ou por alguns elementos do “Grupo dos Nove”, frequentadores do Botequim, nomeadamente Vítor Alves, Vítor Crespo e Ernesto Melo Antunes, que expressaram o seu repúdio por aquele gesto de censura.

Por esses dias, o *Jornal Novo* anunciava na primeira página, como título principal da 3.^a edição de 7 de agosto de 1975,

véspera do dia previsto para a tomada de posse do V Governo Provisório: “Documento Melo Antunes. O grupo não-radical propõe uma alternativa para a crise política”. A edição esgotou rapidamente e levou os responsáveis do jornal a publicar novamente o documento, em parangonas, no dia seguinte, mas agora sob a designação “Documento dos Nove”. Uma vez que defendia um modelo de sociedade diferente daquele que era advogado no “Documento Guia de Aliança Povo – MFA”, os oficiais do Comando Operacional do Continente (COP-CON) viram-se forçados a responder, publicando uma “Auto-crítica revolucionária do Copcon/Proposta de trabalho para um programa político”.

O impacto do “Documento dos Nove” foi, naturalmente, anotado por Natália Correia no diário: “E a tempestade ergueu-se. Um documento. Um texto explosivo, assinado pelos nove moderados do Conselho da Revolução. Entre estes, sobressaem os *habitués* da resistência que assiduamente faz escala noturna no 'nicho dos conjurados' do Botequim: Vítor Crespo, Vítor Alves, Vasco Lourenço, Sousa e Castro e Melo Antunes”.⁸⁵

Naquele 8 de agosto – dia em que caiu o IV Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, depois da saída do socialistas, e em que tomou o posse o V Governo Provisório, igualmente chefiado por Vasco Gonçalves –, Natália Correia redigia a resposta ao esclarecimento dos trabalhadores de *A Capital*, que enviaria ao jornal com um pedido de publicação, em carta datada de 11 daquele mês. A qual seria publicada na edição de 14 de agosto: “Aí se diz que a crónica não foi cortada como tem sido incorretamente divulgado mas *suspensa para análise* nos vários sectores do jornal, em virtude da sua leitura ter provocado em alguns camaradas

dúvidas quanto à sua integração no Estatuto Editorial de *A Capital*. Não logra a tardia explicação camuflar o ato censório que foi praticado. Antes o torna mais visível. Suspender um texto para *análise* também a censura fascista o fazia a título de *exame prévio* após o qual se verificava ou não o corte. Não adiante, pois, recorrer a eufemismos que mais comprometem quem, exercendo censura, nem sequer tem coragem para assumir tão condenável prática.”

Depois, revelava o nome do jornal que lhe pedira a publicação da crónica – *Portugal Socialista* –, e dizia que idêntico pedido lhe fizeram do semanário *Expresso*, “mas como a publicação do texto devia ser acompanhada por uma entrevista minha, entendi não dever fazer declarações até ao regresso do diretor de *A Capital* em cuja ausência se cometera o abuso censório que me atingiu”. Explicava, finalmente, que o facto de a sua crónica ter saído no *Portugal Socialista* não significava “qualquer partidarismo da minha parte. Significa, sim, que este semanário se antecipou a obter de mim a sua publicação, oferecendo-se para dar ao público aquilo que lhe era destinado e que a censura interna de *A Capital* lhe sonegou”.⁸⁶

A crónica de Natália Correia, publicada no *Portugal Socialista*, a 30 de julho, era um ataque a toda a linha contra o MFA e continha frases como “Hoje não sabemos o que é o MFA”, “o MFA não se mostra de frente”, “o 'socializante' passou a ser 'socialismo', e a via, de democracia formal, passou a democracia direta”, “Tudo isto se passa muito acima da cabeça do povo”, “o povo já disse o que queria”, “o MFA que nós não sabemos o que é tem misteriosos auscultadores que lhe permitem ouvir a vontade de um povo que não existe”, “Se um partido não exprime o voto das massas que representa (e foi a massa que por centenas de milhares de bocas 'obrigou' o sr.

Mário Soares a cometer o crime que horrorizou a 5.^a Divisão), esse partido não é partido. É uma farsa. E para farsas já basta a assinatura que os partidos da coligação puseram num pacto que os atava ao poste das superiores decisões do MFA que não sabemos o que é”. E, como última frase, de onde saíra o título da crónica: “O que se pede é um rosto que seja o espelho da vontade da nação”.⁸⁷

No dia 29 de agosto, o caso chegaria ao Parlamento, já depois de Natália ter começado a colaborar num outro jornal – *A Luta*, dirigido por Raul Rego –, em 25 desse mês. Uma dessas novas crónicas, intitulada “Ou autoridade ou autoritarismo”, de 29 de setembro, aludia à ocupação de herdades, chamava pilhagem à reforma agrária e criticava o roubo de material de guerra para armar milícias populares, sob o pretexto da defesa da revolução. Com a intenção, declarava ela, de gerar o caos e a desagregação, provocando assim a necessidade de uma reorganização autoritária. No fim de contas, “a fórmula do autoritarismo e dos métodos repressivos tanto se aplicava à direita como à esquerda”.

Lembrava ainda a série de ofensivas que estivera iminente, incluindo um golpe de estado, planeado para a noite de 1 de outubro de 1975, e contestava severamente a indiferença do PCP perante tal ameaça, não repudiando os SUV, nem as investidas contrarrevolucionárias de micropartidos nem a conspiração do RALIS, que decidira armar milícias populares.

Tais acontecimentos tinham ocorrido após o regresso de Natália Correia de São Miguel, onde estivera em setembro, quando as ambições separatistas de alguns grupos de açorianos estavam em plena efervescência, quando o independentismo do arquipélago dos Açores era jogado, por muitos moderados, contra os gonçalvistas do MFA (e, em geral, contra

a política da metrópole). Ainda estava ela nos Açores quando soube que o V Governo Provisório tinha caído e Vasco Gonçalves definitivamente afastado (esse “pobre xamã do magismo comunista”, como Natália Correia chamou a Vasco Gonçalves), tendo sido substituído por Pinheiro de Azevedo.

De regresso ao continente, a 9 de novembro de 1975, a Comissão Nacional de Mulheres para a Defesa da Revolução organizou uma manifestação de apoio ao executivo de Pinheiro de Azevedo, o chefe do último Governo Provisório, composto maioritariamente por militantes do PS e do PPD. Vera Lagoa, Maria Barroso, Fernanda Botelho, Pilar Mourão-Ferreira, Ju Távora e Natália Correia foram a São Bento, descendo pela Calçada da Estrela, com o objetivo de apoiar o governo de Pinheiro de Azevedo. Quando desciam a rua, um bando de meliantes, com matracas nas mãos, atacou algumas mulheres, para as fazer debandar e desistirem de se manifestar. Segundo Vera Lagoa: “Fomos espancadas por membros dos partidos que constituíam a FUR [Frente de Unidade Revolucionária]. Fomos insultadas por esses energúmenos, apanhámos pontapés no ventre, fomos chicoteadas, apanhámos com matracas na cabeça, fomos ameaçadas com navalhas”.⁸⁸

A 15 de novembro, depois do cerco ao Palácio de São Bento e respetivo sequestro dos deputados no seu interior, ocorrido nos dias 12 e 13 daquele mês, e face aos rumores de que poderia haver uma onda de violência contra algumas personalidades públicas (entre as quais a escritora), Natália já tinha saído de Lisboa, protegendo-se em Tomar.⁸⁹

Em resultado do 25 de novembro, o país ficou vários dias sem informação escrita. Os jornais estatizados foram suspensos durante mais de 15 dias. Quando retomaram a sua ativi-

dade – passou-se com o *Jornal Novo*, *A Capital*, o *Opção*, etc. – os seus diretores eram outros. Por exemplo, Cunha Rego e Mário Mesquita (PS) ocuparam os lugares de Luís de Barros e de José Saramago (PCP) no *Diário de Notícias*; Augusto Abelaira foi demitido da direção da revista *Vida Mundial* e Natália Correia foi nomeada para o substituir (algo a que a redação se opôs durante meses, fazendo com que a poeta, na prática, só substituísse Abelaira na direção da *Vida Mundial* em maio de 1976); no *Diário de Lisboa*, Fernando Piteira Santos assumiu o lugar de José Cardoso Pires como diretor-adjunto. *O Dia*, criado nessa altura, tinha Vitorino Nemésio como diretor e David Mourão-Ferreira como diretor-adjunto, e *O Diabo* reapareceu, mas conotado com a direita (tratava-se de um título de esquerda, fundado na década de 1940) e dirigido por Vera Lagoa (em maio de 1976, passaria a diretora de *O País*, criado pouco antes, depois de ter sido julgada por ofensas ao Presidente da República, cometidas nas páginas de *O Diabo*; antes de ser absolvida, Raul Rego, David Mourão-Ferreira e Natália Correia foram suas testemunhas de defesa).

O esforço e a dedicação colocados ao serviço da luta política (sobretudo através da imprensa, que ela considerava um instrumento para combater “as afrontas de quem lesava a cultura”, contra isso, dizia, “não dispenso de erguer a minha voz”, fazendo dela, simultaneamente, uma poeta da política e uma política poeta), não a impediram de continuar a escrever e a publicar livros.

Em 1974, apareceu o polémico *Uma Estátua para Herodes*, ensaio onde a escritora criticava o “criancismo” dos adultos, ou seja, aqueles homens e mulheres que atuavam como “crianças fora de época”, contaminando os domínios da política e da cultura de imaturidade e irresponsabilidade. A obra

analisava ainda um planeta demograficamente explosivo, assinalado pela “incontinência populacional” e a “multiplicação autofágica da humanidade”. Contra essa tendência, defendia uma revolução na sexualidade, que desvinculasse os seres humanos dos valores morais que os impelem à multiplicação da espécie. Amarrados a essa espécie de obrigação ou tirania social, Natália exaltava o “eu” (na linha sterneniana do anarquismo)⁹⁰.

Foi para esta obra, curiosamente, que a escritora remeteu quando a jornalista Antónia de Oliveira lhe perguntou porque é que não foi mãe, porque é nunca quisera ou nunca foi capaz de dar vida. Em resposta, disse-lhe: “(...) isso é muito íntimo. Não fui mãe porque não quis, mas isso é tão complicado... Está ligado à minha mãe, e leia-se o meu livro *Uma Estátua para Herodes...*”⁹¹ (não seria essa a única razão, atrevo-nos a dizer: a poeta não teria muito jeito para o papel de mãe, era irrequieta e impaciente, demasiado obcecada com a literatura e com o palco, para dar atenção a crianças, que desarrumavam, desorganizavam, berravam, adoeciam, etc.).

CAPÍTULO 11

O BEIJO DE FOGO

Em 1975, a Dom Quixote lançou *Poemas a Rebate*, coletânea da poesia censurada em livros anteriores, e no ano seguinte editou *Epístola aos Iamitas* (na mesma editora), opúsculo de poesia (20 sonetos distribuídos por quatro capítulos, antecedidos por uma introdução em prosa poética) que contestava a ascensão do comunismo e o modo precipitado como tinha decorrido o processo de descolonização em África (o qual favoreceu muito mais os interesses da União Soviética naquele continente do que os interesses portugueses e, sobretudo, os dos novos países independentes).

Foi por via dos livros que Natália e Snu Abecassis (a dinamarquesa que fundara as Publicações Dom Quixote, em 1965, quando ainda vivia com o rico e cosmopolita Vasco Abecassis, que conhecera numa escola inglesa e com quem se casara em 1961) ficaram amigas: “Normalmente a dinamarquesa mantém uma relação formal com os autores. À exceção dos que passam a ser seus amigos, como é o caso de Natália Correia, que frequentemente espalha a sua exuberância pela Luciano Cordeiro [nome da rua em que ficavam as instalações da Dom Quixote, uma moradia no n.º 19 daquela Rua Luciano Cordeiro]. Apesar das grandes diferenças de personalidade, Snu e Natália Correia entendem-se bem.”⁹²

Nos últimos dias de 1975, ou logo a seguir à passagem de ano, numa carta para Francisco Sá Carneiro, a escritora escrevia-lhe da amiga e editora comum (o líder do PPD tinha terminado de publicar na Dom Quixote, na coleção “Participar”, em 1975, os livros *Por uma Social-Democracia Portuguesa e Poder Civil: Autoridade Democrática e Social-Democracia*), com quem o líder do PPD nunca se cruzara pessoalmente, embora nos meses anteriores tivessem falado algumas vezes ao telefone. Apesar de não gostar especialmente da vida mundana, Sá Carneiro tinha o hábito de surgir por vezes no Botequim, para conversar com a escritora, que o conhecera em 1974.

Nos primeiros dias de 1976, Sá Carneiro almoçou com Natália Correia no restaurante Tavares, “para tentar saber mais coisas sobre a dinamarquesa de nome estranho” [Ebba Merete Seidenfaden era o nome de batismo de Snu, oriunda de uma família nórdica muito bem relacionada no mundo dos jornais e da literatura, inclusive da Academia Nobel].

Segundo Miguel Pinheiro, biógrafo do líder do PPD, o diálogo entre os dois deixou-o curioso em relação à editora dinamarquesa: “- 'Natália, que tal é a nossa editora? Você conhece-a bem e...' - 'É melhor não querer saber como ela é. É uma princesa nórdica que jaz adormecida num esquife de gelo à espera que venha o príncipe encantado dar-lhe o beijo de fogo. Esse príncipe encantado é você. Porque ela é a mulher da sua vida! Corra para ela! Telefone-lhe e convide-a'.”⁹³

A frase de Natália Correia despertou o interesse de Sá Carneiro. E este, a partir desse momento, tudo fez para conhecer a “bela adormecida”, levando-o a pedir à secretária (e confidante) Conceição Monteiro que telefonasse a Snu Abecassis, chamando-a para almoçar. A 5 de janeiro, Conceição Monteiro ligou a Cristina Potier, secretária da editora da Dom

Quixote, dizendo-lhe que “o senhor doutor gostava de convidar Snu para almoçar amanhã na Varanda do Chanceler” (na versão de Miguel Pinheiro, a dinamarquesa já estava de sobreaviso, pois Natália contara-lhe do interesse de Sá Carneiro: “Menina, o príncipe encantado por que esperas vai aparecer-te”).⁹⁴

Sá Carneiro anotou na sua agenda pessoal: “Dia 6 de janeiro às 13 horas. Almoço com Snu Abecassis”. Chegado esse dia, pouco antes da hora combinada, Sá Carneiro chegou à Duque de Loulé, entrou no automóvel (um Citroën preto) e pediu ao motorista que o conduzisse ao restaurante combinado, famoso pela vista soberba, que evocava beleza e serenidade, sobre as águas do Tejo.

Quando voltou ao escritório, Snu sentia-se perturbada, segundo o testemunho da sua secretária, notando-lhe “no rosto a transformação, o *coup de foudre*. Snu não resiste a comentar que acabara de almoçar com 'um homem fantástico, inteligente, com uns olhos extraordinários', que a visitaria nessa tarde”. Ele, por seu lado, entrou eufórico na sede do PPD. Quando se dirigia para o gabinete, parou no caminho, virou-se para trás e disse a Conceição Monteiro: “Ela é brilhante”.⁹⁵ Ou, segundo outra versão: “(...) Sá Carneiro chega ao seu gabinete do PPD com uma expressão diferente do habitual, bem-disposto 'com um brilhozinho nos olhos', a dizer a Conceição Monteiro que Snu é uma mulher 'de uma inteligência extraordinária, muito culta, muito calma'.”⁹⁶

No início de 1976, Natália continuava a escrever para o jornal *A Luta*, porém, tal colaboração cessou no dia 22 de março desse ano. Um mês depois foi convidada para dirigir um suplemento político, o *Século-Hoje* (vendido como encarte do jornal *O Século*), pelo seu diretor, João Gaspar Simões.

O primeiro número do novo suplemento chegou às bancas a 23 de abril de 1976, já dirigido por Natália Correia. Na véspera das primeiras eleições para a Assembleia da República, a escritora revoltava-se aí contra o chamado “dia de reflexão”, uma formalidade bacoca que, na sua opinião, restringia a liberdade de expressão dos portugueses. Para que ficasse bem claro, o suplemento publicava na primeira página, a vermelho e em caixa alta, a frase “Visado pela Comissão de Reflexão”. A ironia era óbvia e aludia aos tempos da censura, quando todos os jornais eram obrigados a ostentar a expressão “Este número foi visado pela Comissão de Censura”.

Durante o breve período em que Natália Correia dirigiu o *Século-Hoje*, o suplemento publicou artigos que atacavam as tentativas de tomada do poder pelo PCP, o processo de descolonização em África ou a ação política do general Costa Gomes. Descontentes com a linha editorial do suplemento, os membros do Conselho da Revolução, na reunião de 29 de abril, decidiram encerrar o *Século-Hoje*, sob o argumento de que publicava artigos que “não só prejudicam o processo democrático como são ofensivos e caluniosos para o Conselho da Revolução e para as Forças Armadas, quer no seu todo, quer nas pessoas de alguns militares” (como ficou registado na ata dessa reunião, a sugestão ou proposta de extinguir o suplemento partiu do Presidente da República). A decisão tinha efeitos imediatos, o que fez com que o último número fosse o do dia seguinte (no total, o suplemento teve apenas nove números).

Em reação, Natália concedeu uma entrevista ao *Jornal Novo*, na edição de 4 de maio de 1976, com chamada de primeira página: “Natália Correia. Visada pela 'censura' – entrevista em exclusivo ao *Jornal Novo*”.

Considerando-o um atentado à liberdade de expressão e de espírito, Natália Correia diria que “os adversários da democracia preparam-se para dejetar na sanita que Portugal tem sido e é para eles os ditames da sua mediocridade e do seu despotismo. Com a suspensão de *Século-Hoje* foi dado o primeiro golpe contra os resultados eleitorais”. De seguida, acentuava que o apodo “imprensa reacionária” era utilizado pelos conselheiros da revolução para aplicar a todos os órgãos que não eram manipulados pelo PCP. Ao mesmo tempo, dizia que o PS apoiara a decisão de fechar o suplemento (pertencente a um órgão estatizado), por tê-lo considerado partidariamente sectário, por recorrer à calúnia, à insinuação e não respeitar o pluralismo.

Praticamente sem solução de continuidade, a 6 de maio, Natália Correia assumia a direção da revista *Vida Mundial*, suspensa desde 30 de outubro de 1975, quando era dirigida por Augusto Abelaira. Nesse ano, a *Vida Mundial* tinha uma tiragem média de 18 776 exemplares.

Foi através da *Vida Mundial* que as relações entre Natália Correia e António Ramalho Eanes se foram estreitando. Na edição de 17 de junho de 1976, com uma fotografia de Eanes na capa e o título “O rosto de um candidato”, a escritora examinava no editorial a mesa-redonda da RTP que colocou frente-a-frente os candidatos presidenciais: Octávio Pato (“despachadamente fiel ao *ritornello* da consabida fórmula, no que até pôs mais eloquência e estilo que o seu confrade Cunhal”), Pinheiro de Azevedo (“mais *lui-même* no piadético do gesto do que na soltura da palavra, que foi murcha”), Otelo Saraiva de Carvalho (“nem mais nem menos que Otelo, e qualquer semelhança entre ele e um candidato à Presidência da República é mera coincidência”).

Enquanto diretora da *Vida Mundial*, Natália foi à Líbia assistir a uma conferência de imprensa de Kadhafi (o artigo resultante dessa deslocação, com as suas notas de viagem, foi publicado na edição de 20 de agosto de 1976 da *Vida Mundial*; os seus escritos jornalísticos, abarcando mais de 30 anos de crónicas e artigos para imprensa, em sítios como *A Capital*, *Jornal Novo*, *A Luta*, *O Dia*, *O Jornal*, etc., dispersos entre 1 de outubro de 1949 e 24 de janeiro de 1984, eram reunidos no volume *A estrela de cada um*).

Durante o breve período em que dirigiu a *Vida Mundial*, a escritora publicou uma espécie de ajuste de contas com *O Século*, por intermédio de um artigo assinado por Roby Amorim, onde denunciava a obediência dos jornalistas daquele jornal às orientações comunistas. Segundo ele, quer a linha editorial quer a administração d'*O Século* estavam quase totalmente dominadas por elementos afetos ao PCP. Em 1975, a administração, reduzida a alguns escassos elementos partidários, nomeara Joaquim Benite para chefe de redação, “perante a oposição passiva dos elementos da mesma e (ironia) após um ano de trabalho em cujos 365 dias dera mais de 50 por cento de faltas...”. Conselho de redação, diga-se, onde pontificavam o novelista romântico Urbano Tavares Rodrigues, guiado pelos interesses da linha partidária comunista, a qual tomaria uma forma ainda mais acentuada após o 11 de março de 1975 e no auge do gonçalvismo. A partir desse momento, *O Século* era controlado por quem “episodicamente” comandava o Palácio Foz, altura em que o projeto de Correia Jesuíno seria retomado por Almeida Santos, cuja habilidade lhe permitia “ocupar sempre um cargo ministerial desde que há governo – seja ele qual for – após o 25 de Abril”, lançando *O Século* na “via revolucionária em curso”.⁹⁷

No início de 1977, David Mourão-Ferreira, secretário de Estado da Cultura do I Governo Constitucional (cargo que já ocupara no anterior Executivo, o VI Provisório), chamou Natália Correia para trabalhar com ele, na qualidade de consultora para os Assuntos Internos da Secretaria de Estado da Cultura. A poeta juntava-se assim a Nikias Skapinakis, responsável pelos Assuntos Externos, e a Rogério de Freitas e Lima de Freitas, os responsáveis pela Direção-Geral dos Espetáculos e da Ação Cultural, que tinham tomado posse a 30 de dezembro de 1976, no dourado Salão dos Espelhos do Palácio Foz, em cujo ato marcara presença, naturalmente, David Mourão-Ferreira, o qual aproveitou para fazer o elogio do ministro Henrique de Barros (neto do romancista Teixeira de Queirós e filho do poeta João de Barros), de cuja tutela dependia a SEC. Antes disso, Natália Correia, que estava na cerimónia de posse, estivera presente no congresso do MRPP, no seu comício de encerramento.

No dia em que foi oficialmente nomeada, a 20 de janeiro de 1977, Natália Correia assinava o seu último editorial na revista que dirigira durante 38 semanas consecutivas (em sua substituição, como diretor-interino, ficaria Tomás Ribas, até ao seu fim definitivo, em agosto de 1977).

Ainda em janeiro de 1977, rebentou a notícia da nomeação polémica de Dórdio Guimarães para adjunto da administração da RTP, contestada por grande parte dos trabalhadores. Mais ou menos na mesma altura, José Niza e João Palma-Ferreira substituíram Carlos Cruz na direção de Programas, e o Teatro Maria Matos anunciou para breve a estreia da peça *O Encoberto*, de Natália Correia, com financiamento da SEC. De imediato, os jornais qualificaram estes acontecimentos como a “escalada de Natália Correia” e descreveram

o Botequim “como um antro de promoções”. Em resposta, a escritora chamou-lhe uma “campanha vil” da imprensa, que a pretendia atingir “de uma maneira torpe”. Em carta a Mário Soares, de 24 de janeiro de 1977, revelava que “resta-me porventura abandonar esta terra onde a liberdade por que tanto lutei é usada contra mim pelos que dirigem jornais pagos com o dinheiro do povo”.⁹⁸

Sobre a passagem de Natália Correia pela SEC, a biógrafa Filipa de Martins revela que “grande parte do trabalho da escritora era dar pareceres sobre a fundura dos bolsos (quase rasos) da Secretaria de Estado para responder a tão distintas solicitações, como a edição de poetas desconhecidos, a aquisição de coleções a editoras em falência ou os encontros lúdicos de corporações de bombeiros da província...”. Aparentemente, a poeta também não tinha horário certo: “Era raro chegar cedo à Secretaria de Estado da Cultura. Estacionava o seu Volkswagen na Avenida da República depois de almoço e entrava no prédio sobranceiro ao restaurante Galetto, junto ao Saldanha, subia de elevador e assomava no nono andar já a queixar-se da falta de tempo para comer”.⁹⁹

Em 1977, mais exatamente a 11 de fevereiro, a Companhia Repertório-Cooperativa Portuguesa de Teatro apresentou no Teatro Micaelense (Auditório de Ponta Delgada) a encenação da peça *O Encoberto* (publicada nesse ano nas Edições Afrodite), o mesmo acontecendo em Lisboa, no Teatro Maria Matos, mas a 2 de março, dirigida por Carlos Avilez e subsidiada, como referido antes, pela SEC, onde Natália Correia era então conselheira.

Inscrevendo *O Encoberto* na contemporaneidade, a autora negava-se a vê-lo como uma “abominação do passado”. Para ela, entre o “Encoberto do século XVII”, o “Encoberto do re-

gime fascista” e o “Encoberto do PREC”, à vista de todos durante os dois primeiros anos (ou mais seriam) subsequentes à Revolução, não existia uma diferença radical. Tanto nuns casos como noutros, a alienação dos povos e o medo da feroz liberdade democrática eram semelhantes, pois convergiram sempre para uma espécie de messianismo, uma crença que não estimula a autonomia dos cidadãos, não apoia a liberdade crítica nem o desabrochar de um pensamento próprio, não contribui para a formação de opiniões pessoais nem para a prática de pôr em questão as ideias preconcebidas, antes faz com que as pessoas se deixem conduzir pelos políticos oportunistas (e outros parasitas), que falam em nome de um super-rego generalizado (a Nação, a Pátria, etc.), usando os mesmos chavões de sempre.

Em janeiro do ano seguinte, o I Governo Constitucional (liderado por Mário Soares) caiu, em resultado de uma moção de confiança rejeitada pelo Parlamento, e a 23 do mesmo mês tomou posse o II Governo, também chefiado por Soares, mas em coligação com o CDS, que acabaria por retirar o seu apoio formal ao Executivo socialista a 24 de julho, obrigando o Presidente da República, Ramalho Eanes, a exonerá-lo a 29 de agosto de 1978 e a formar um governo de iniciativa presidencial, para cuja chefia nomearia Alfredo Nobre da Costa. Esse governo duraria apenas 85 dias, na sequência do chumbo do respetivo programa no Parlamento, a 7 de setembro, sem praticamente ter tido tempo de dirigir o país. Demitido a 15 de setembro, Nobre da Costa manter-se-ia em gestão até à indigitação, no mês seguinte, de Carlos Alberto da Mota Pinto, também num governo de iniciativa presidencial.

Segundo Isabel Tavares, biógrafa de Ramalho Eanes, o Presidente da República, antes de escolher Mota Pinto – já

a escritora tinha sido exonerada da SEC, em março de 1978 –, “tinha, em cima da mesa, vários nomes possíveis para ocupar o cargo de primeiro-ministro, entre os quais Isabel Magalhães Colaço, Nobre da Costa, Mota Pinto e... Natália Correia”.¹⁰⁰

Em 1978, causou sensação a publicação do seu diário, na D. Quixote (coleção “Participar”), sob o título *Não Percas a Rosa – Diário e Algo Mais*, com as impressões recolhidas entre a madrugada do 25 de Abril de 1974 e o dia 20 de dezembro de 1975, onde voltava a mostrar-se desiludida com o gonçalvismo e contestava a política pós-revolucionária.

Relato, sobretudo, da agitação e da incerteza política pós-revolucionárias (e das sua principais personagens, de Mário Soares a Francisco Sá Carneiro, passando por Álvaro Cunhal, Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves, Ernesto Melo Antunes e outros), reapareciam também, a par e passo, as afinidades ligadas à sua formação anterior, em particular a substância ideológica que transportava desde a infância e depois.

Em julho de 1978 ocorreu um ponto de viragem na sua vida, um daqueles momentos que marcam ou determinam mudanças de rumo na vida de uma pessoa: o seu ingresso no Partido Social Democrata. Este envolvimento na vida partidária do PSD, sobretudo na campanha para as eleições legislativas de 2 dezembro de 1979, alcançou o seu ponto alto com o hino da AD, com letra de sua autoria (e música de José Calvário), ouvindo-se, muito e sempre, em todas as ações da coligação de direita liderada por Sá Carneiro (a canção seria gravada num single amplamente distribuído em todo o país).

Antes das eleições, ainda em 1979, publicou o livro de poesia *O Dilúvio e a Pomba*; foi aos Açores, à ilha natal (São Mi-

guel), acompanhar as gravações de um telefilme com guião seu, *Santo Antero* (uma reconstituição biográfica do escritor Antero de Quental), realizado por Dórdio Guimarães, que seria exibido publicamente, pela primeira vez, no 9.º Festival Internacional de Cinema de Santarém (em novembro de 1979), mas que estrearia apenas a 1 de março de 1980, no Auditório de Ponta Delgada.

Durante toda a década de 1980, Natália escreveu e apresentou vários programas para a RTP, sempre dirigidos pela câmara de filmar de Dórdio Guimarães: *Neste Lugar Onde*, 1981-1982 (sobre lugares, factos e personalidades importantes para a cultura portuguesa); *Aí Vai Lisboa* (1982) e *O Natal Português* (especial de 75 minutos, transmitido pela RTP, em 1982, sobre as tradições de Natal em Portugal, com a poeta a explicar aos telespectadores o significado de práticas religiosas e culturais como a Ceia de Natal, a Missa do Galo ou as Janeiras); *Soror Saudade* (telefilme de longa metragem, de 1983, sobre a vida e a obra de Florbela Espanca); *Mátria* (transmitido entre 1984 e 1987, centrado na presença e participação das mulheres na construção do país através das épocas, o que muito contribuiu para a divulgação da sua obra e para o reforço do prestígio que já a envolvia). Simultaneamente, a Secretaria de Estado da Cultura atribuiu-lhe um subsídio para a realização de um estudo “sobre poesia do período barroco acompanhado de antologia”.¹⁰¹

Em 2 de dezembro de 1979, ocorreram as eleições intercalares, vencidas pela coligação da Aliança Democrática (AD), conquistando 45,26 por cento dos votos. Natália Correia, que integrara as listas do PSD, foi eleita deputada independente, tendo como missão proteger um estatuto cultural na Assembleia da República. Segundo ela, porque a AD era a

melhor garantia de “uma economia livre numa sociedade justa e fortalecida pela garantia de segurança dos cidadãos e do exercício firme da ordem democrática”.

Francisco Sá Carneiro, advogado de formação e católico, originário da alta burguesia do Porto, achou-se obrigado a informar o PSD da sua situação conjugal e pôs mesmo o lugar à disposição do partido, caso a direção considerasse a situação inoportável politicamente.

CAPÍTULO 12

NATÁLIA CORREIA VERSUS VASCO PULIDO VALENTE

Durante o processo de formação do governo, Natália alimentou o sonho de ser escolhida para a pasta da Cultura. Afinal, não fora ela a autora das propostas para a área da cultura integradas no programa eleitoral da AD? Programa que, segundo ela, “o Pulido Valente rapinou, alterando-o”. Mas, em vez disso, apontaram-na como vice-presidente da Comissão de Cultura no Parlamento, enquanto Vasco Pulido Valente era indigitado secretário de Estado Adjunto de Sá Carneiro para os assuntos políticos, em acumulação com o cargo de secretário de Estado da Cultura.

Aos poucos, Natália Correia foi-se tornando muito crítica da gestão de Pulido Valente: tardava em proceder à classificação do património, em contratar mais trabalhadores qualificados para os museus, muitos deles encerrados por falta de pessoal, desprezava os criadores. No final do ano, o diretor do Teatro Nacional D. Maria II, Lima de Freitas, convidou-a para escrever uma peça sobre a figura e a obra de Luís Vaz de Camões, que coubesse no âmbito das comemorações do IV centenário da morte do poeta de *Os Lusíadas*, a celebrar no dia 10 de junho de 1980. Natália aceitou o convite no início de janeiro desse ano e, quase imediatamente, pôs-se a escrever o que viria a ser *Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente*.

Apesar do tempo ser escasso – a escrita da peça teria de estar concluída daí a alguns meses –, a escritora não se absteve de enviar uma carta ao primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro, datada de 25 de janeiro de 1980, protestando contra a eventual substituição de Lima de Freitas por Jorge Listopad¹⁰² à frente do D. Maria, onde se dizia indignada "com a anunciada nomeação do estrangeiro Jorge Listopad para diretor do Teatro Nacional. (...) a escolha desta esquisita individualidade para tão alto posto num centro de decisão cultural não pode deixar de assombrar quantos estão empenhados na dignificação da cultura portuguesa".

No início de fevereiro, Vasco Pulido Valente, o responsável pela ideia de nomear Listopad para a direção do D. Maria, fez chegar a Lima de Freitas a sua oposição a que uma peça de Natália Correia (qualquer peça) fosse levada à cena no Teatro Nacional. No dia 4 daquele mês (fevereiro de 1980), Lima de Freitas escreveu a Natália Correia avisando-a da voz discordante do secretário de Estado: "Sabemos que o vosso trabalho se encontra bastante adiantado; estamos vinculados a um compromisso verbal consigo; não podemos, pois, deixar de alertá-la para as eventuais consequências da decisão do secretário de Estado da Cultura".

O grave conflito que se instalou entre Natália Correia e Vasco Pulido Valente estava ao rubro e, em breve, tornar-se-ia público (se a primeira tinha sangue na gueltra, o segundo estava em guerra com o género humano). Nos jornais associados ao PS, começaram a aparecer notícias sobre Pulido Valente, contando, por exemplo, que o secretário de Estado da Cultura, e adjunto do primeiro-ministro, conseguira ser provido, em 1973, num posto de assistente universitário depois de assinar uma carta à PIDE onde desdizia algumas an-

teriores declarações oposicionistas. Nas semanas seguintes, Natália Correia terá procurado mobilizar a sua teia de conhecimentos e relações, que incluíam o próprio primeiro-ministro, para ultrapassar o problema e desviar do seu caminho o obstáculo Pulido Valente (não escondendo a antipatia ou o menos apreço que lhe votava).

Em maio, as coisas pareciam bem encaminhadas. O diretor do Nacional, Lima de Freitas, por carta, assegurava-lhe que a encomenda da peça inédita se conservava, mas teria de estar concluída, o mais tardar, no fim do mês de junho. Caso contrário, teriam de adiar a estreia para o ano seguinte (1981), quando o objetivo era que fosse levada à cena ainda em 1980, em novembro ou dezembro. Uma vez que a secretaria de Estado tinha determinado uma série de cortes, para desse modo dificultar o cumprimento da promessa feita à poeta, o governo garantira o reforço do orçamento do D. Maria com uma verba suplementar destinada à montagem da peça de Natália Correia.

Em resposta às boas notícias, a escritora solicitou um mês de suspensão do seu mandato como deputada para concluir a peça. Até porque, entretanto, o ministro de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Francisco Pinto Balsemão, lhe pediu que escrevesse o discurso que iria ler no Brasil, a convite do Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), durante as comemorações do 10 de Junho de 1980, presididas pelo general João Figueiredo, o presidente da ditadura militar brasileira.

A 27 de junho de 1980, dentro do novo prazo acordado, Natália terminava a versão dactilografada de *Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente*, o título da sua peça sobre Camões. Dias depois, já em julho, as novidades não eram as melhores.

Pulido Valente, aparentemente, estava a fazer de tudo para boicotar o programa do Teatro Nacional, utilizando como estratégia as dificuldades financeira crónicas das instituições da cultura. Em nova carta para a amiga, Lima de Freitas admitia que “a situação é gravíssima. (...) O Teatro Nacional encontra-se sem dinheiro para funcionar até ao fim do ano, sequer para cumprir um programa modesto, e não poderá pagar ordenados muito em breve caso seja transformado em Empresa Pública em setembro, jamais discutido, 'superiormente decidido', pelo governo (a crer nas palavras de Pulido Valente)”.

Entretanto, os jornais de esquerda não largavam Pulido Valente, continuando a criticá-lo duramente e noticiando, refira-se a título de exemplo, uma sessão da APE, de 30 de outubro de 1980, onde tinham participado três antecessores na pasta da Cultura, João de Freitas Branco, António Reis e David Mourão-Ferreira. Contundente, este último (autor de livros como *Lira de Bolso* ou *Música de Cama*) taxou-o de “mero aprendiz de fascista” e “simples larva de energumeno-zito”, considerando que António Ferro alcançava mais longe que ele e desmontando dez meses de atuação governativa no pelouro da Cultura com a menção de que tal não passara de “legislativo furor interino”. A diatribe fora publicada no *Expresso*, acompanhada de um comentário de Vasco Pulido Valente sobre a sessão, onde falava “de mentiras e maldições”. Quanto à APE, denominou-a de “sucursal do PCP”. Segundo *O Jornal* de 11 de novembro de 1980, a continuação de Pulido Valente na secretaria de Estado da Cultura tinha os dias contados. Já se falava disso antes mesmo das afirmações de Mourão-Ferreira, que tinham entusiasmado, inclusivamente, alguns elementos do PSD. No próprio partido,

diziam, muita gente esperava a sua demissão, desde Helena Roseta à poeta Natália Correia.¹⁰³

Meses mais tarde, pouco depois de Pulido Valente ter sido nomeado assessor para os assuntos políticos do primeiro-ministro Pinto Balsemão, em Fevereiro de 1981, os jornais lembraram que o cronista e historiador, ao aceitar o cargo, abandonava o objetivo, anunciado com grande jactância (noutros meios, dir-se-ia “com os pelos do peito orgulhosamente expostos”), de emigrar caso Eanes ganhasse as eleições (segundo ele, não estava disposto a viver num país que tivesse Ramalho Eanes como Presidente da República). Tal como abandonava a preparação, que o próprio fizera circular, de uma biografia de Sá Carneiro.

Apesar de Pulido Valente ter boicotado o financiamento do D. Maria – o que faria com que a peça não fosse encenada pelo Teatro Nacional –, Natália Correia apresentou, em outubro, o dactiloscrito de *Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente*.

A 5 de agosto de 1980, o Teatro Nacional D. Maria II passava para a dependência direta da SEC (e, a 13 de julho de 1981, seria publicado o respetivo estatuto orgânico – decreto-lei n.º 209/81 –, deixando assim de funcionar em regime de instalação). No final do ano, entre a resignação e a impotência, Lima de Freitas escrevia à poeta com expressões de encorajamento: “Querida Natália: a sua peça é a realidade única que ficará de toda a espuma suja deste ano de 1980; o Pulido Valente passará – alguma vez existiu? – como se nunca tivesse sido”.¹⁰⁴

Quanto à obra, manter-se-ia inédita durante cerca de um ano, até ser publicada pela Afrodite, em 1981, numa edição de luxo, com uma tiragem de 4200 exemplares, 1500 dos quais em folha dobrada (o que levaria o próprio Fernando

Ribeiro de Mello a reconhecer, mais tarde, que o livro foi “desde o início da sua comercialização e durante muitos anos, um verdadeiro desastre comercial, não estando ainda esgotado ao fim de 10 anos”).

Durante o lançamento da obra, no *foyer* do Teatro Nacional de D. Maria II, Lima Freitas lembrou aos presentes – entre os quais o então ministro da Cultura, Francisco Lucas Pires – que a produção e encenação da peça só não acontecera porque Natália Correia fora “cancelada” (dir-se-ia hoje) pelo anterior responsável da pasta da Cultura. Ao ouvir isto, Lucas Pires abandonou a mesa da apresentação de *Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente*, explicando depois que o fizera por discordar da confusão ali reinante entre política e cultura, e que não podia admitir que ali fossem levantados autos administrativos ao seu ministério, mesmo se “respeitantes ao passado”.¹⁰⁵

A peça seria encenada, mas muito mais tarde, em 1988 (a estreia ocorreu no dia 27 de outubro e esteve em cena até 26 de novembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do ACARTE). Em 1991, as edições *O Jornal* publicavam a segunda edição de *Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente*, contendo no seu interior a seguinte informação: “Esta peça seria encomendada à Autora pelo Teatro Nacional D. Maria II, para celebrar em 1980 o 4.º Centenário da morte de Luís de Camões. A 'Má Fortuna' que, em vida, perseguiu o poeta, atravessou-se neste projeto impedindo a sua concretização, por critérios que deslustram quem os assumiu” (o que originou uma queixa judicial do editor Fernando Ribeiro de Mello por quebra unilateral de contrato ainda em vigor).

De permeio, depois de se ter encontrado e conversado com o escritor argentino Jorge Luís Borges (que começara

uma visita a Portugal no dia 1 de outubro de 1980), Natália voltava a ser eleita deputada à Assembleia da República (também pelo PSD, integrado na AD), a 5 de outubro, para a nova legislatura de 1980 a 1983, e a 21 do mesmo mês e ano, Mota Amaral subscrevia o Decreto Regulamentar Regional n.º 49/1980/A, do Governo Regional dos Açores, que adotava oficialmente o Hino Oficial da Região Autónoma dos Açores, com letra de sua autoria e música de Teófilo Frazão (aprovado cerca de 15 dias antes, a 18 de setembro).

Em dezembro de 1980 vivia-se um período de grande tensão entre o primeiro-ministro (Francisco Sá Carneiro) e o Presidente da República (António Ramalho Eanes). Não só em torno do que fazer com o Conselho da Revolução (que o governo pretendia dismantlar, enquanto a Presidência se revelava incapaz de romper politicamente com os militares do Conselho da Revolução), mas também por um certo conservadorismo do Presidente da República, que continuava a não ver com bons olhos a relação do primeiro-ministro com outra mulher que não a sua esposa legítima, ao ponto de ter afastado Snu Abecassis de alguns compromissos oficiais.

Apesar disso, Natália Correia mantinha boas relações com o general Ramalho Eanes (cujas recandidatura, em 1980, fora apoiada pela poeta, contra o general Soares Carneiro, apresentado pela AD, em cuja comissão política Vasco Pulido Valente teria um papel essencial). A escritora começara a apreciar Ramalho Eanes quando este, na qualidade de diretor de programas e presidente do conselho de administração da RTP (cargos que exerceu entre 28 de outubro de 1974 e 11 de março de 1975), decidiu repor em antena o programa de Vitorino Nemésio *Se Bem me Lembro*, que fora saneado, imediatamente a seguir ao 25 de Abril, pelas forças de esquer-

das, debaixo da acusação de “reacionário”. Com a passagem do tempo, os dois foram consolidando uma amizade pessoal e tornaram-se cada vez mais próximos politicamente, ao ponto de Natália Correia ter sido designada para representar o Presidente de República em diversas viagens oficiais e convidada para integrar a comitiva presidencial em visitas de Estado (em julho de 1982, por exemplo, representou Eanes numa viagem aos EUA, no âmbito das comemorações do Dia de Portugal; em outubro do mesmo ano, integrou a comitiva presidencial numa viagem à Áustria; a 10 de junho de 1984, seria convidada para discursar em Viseu, nas cerimónias oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas).

A partir de finais da década de 1970 e ao longo da década de 1980, a obra de Natália Correia alcançaria cada vez maior reconhecimento público. Em 1977, seria galardoada com *La Fleur de Laure*, diploma entregue pelo Centre International d'Études sur Pétrarque, que lhe atribuíra o Prémio do Comité para o Prémio de Poesia Neolatina; em 13 de julho de 1981, Ramalho Eanes condecorou-a com a Ordem Militar de Santiago da Espada (grau Grande Oficial); e em 1983, quando representava o Presidente da República no Dia de Portugal, em Newark, no estado norte-americano de New Jersey, ser-lhe-ia entregue uma placa pela Comissão que coordenava o acontecimento.

No final do ano de 1980, ocorreu a tragédia de Camarate, o desastre aéreo que vitimou o primeiro-ministro, Francisco Sá Carneiro, a sua companheira, Snu Abecassis, o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, a mulher deste último, Maria Manuel Simões Vaz da Silva Pires, o chefe de gabinete do primeiro-ministro, António Patrício Gouveia, e os dois

pilotos da avioneta Cessna (Jorge Albuquerque e Alfredo de Sousa), que caiu no bairro das Fontainhas, em Camarate, pouco antes de levantar voo, no dia 4 de dezembro de 1980. Deslocavam-se ao Porto, para participar no último comício de apoio ao candidato presidencial da AD, o general Soares Carneiro.

CAPÍTULO 13

“TRUCA-TRUCA”

A celebridade e a popularidade de Natália Correia na Assembleia da República estariam associadas ao debate sobre o aborto, que se estenderia muito para além de 1982, ano em que o PCP apresentou os seguintes diplomas: proteção e defesa da maternidade (projetos de lei n.º 307/II), garantia ao planeamento familiar e à educação sexual (n.º 308/II) e interrupção voluntária da gravidez (n.º 309/II).

Entregues no Parlamento a 4 de fevereiro – a 8 de fevereiro, o conselho permanente da Conferência Episcopal Portuguesa criticava o projeto-lei do PCP relativo à interrupção voluntária da gravidez que acabara de dar entrada na Assembleia da República –, seriam divulgados em plenário a 2 de março, pela deputada comunista Zita Seabra (de permeio, a 26 de fevereiro, o PS apresentou uma moção de censura ao governo, a qual seria votada e rejeitada no dia 3 de março).

Natália Correia esteve ausente no primeiro debate. Porém, fizeram-lhe chegar o teor da declaração de um deputado em particular, João Morgado, do CDS: “O aborto tem a ver com a vida de um ser. Simplesmente, essa vida resultou de um ato, da cópula da mulher e do homem. E eu queria perguntar à sr.ª deputada [Zita Seabra] se não transforma a mulher num objeto quando a desliga da função de maternidade no ato da

cópula. Isto é, se a mulher é ou não um objeto quando se desliga a sua função materna da prática do ato sexual”. Para depois acrescentar, em protesto contra as afirmações de Zita Seabra, que “a Igreja Católica proíbe o aborto exatamente porque entende que quando se pratica o ato sexual é para se ver o nascimento de um filho”.

Inspirando-se nestas declarações do democrata-cristão, a poeta decidiu escrever o famoso poema “Truca-truca” (manuscrito em papel timbrado da Assembleia da República, que a própria distribuiu e que chegou a todas as bancadas parlamentares e, naturalmente, aos repórteres): “Já que o coito – diz Morgado –/Tem como fim cristalino,/Preciso e imaculado/Fazer menina ou menino;/e cada vez que o varão/sexual petisco manduca,/temos na procriação/prova de que houve truca-truca./Sendo pai de um só rebento, lógica é a conclusão/De que viril instrumento/só usou – parca razão! –/uma vez. E se a função/faz o órgão – diz o ditado –/consumada essa exceção,/ficou capado o Morgado”.

Ao contrário do que tantos pensam, estes versos jocosos nunca foram lidos no hemiciclo. Foram, isso sim, publicados nos jornais, dando assim notoriedade e enorme projeção mediática a João Morgado, o autor da frase “o ato sexual é para fazer filhos” (convertendo tais versos em parte do acervo popular da política portuguesa).

Entretanto, a Comissão Permanente do PSD aceitou a abertura de um debate sobre o aborto no *Povo Livre*, órgão oficial do partido, em grande parte impulsionado por Natália Correia. Depois de ali terem sido publicados artigos de opinião dos militantes sobre o tema – “textos que só responsabilizavam os seus autores, não podendo ser confundidos com a posição oficial do partido”, avisava o jornal –, a edição de 10

de março de 1982 publicava um abaixo-assinado de 65 dos 82 deputados sociais-democratas solicitando à Comissão Política Nacional que “apoie a promoção de um amplo debate nas estruturas do partido e entre a população sobre a melindrosa e grave questão do aborto”. Pediam ainda que o grupo parlamentar do PSD defendesse a inclusão, no texto da Constituição, da possibilidade de recurso ao mecanismo do referendo sobre grandes questões nacionais, de que o aborto podia ser exemplo, e que fosse encarregado de concretizar o disposto no programa do PSD (revisão da incriminação do aborto). Assinavam o documento, entre outros, Nuno Rodrigues dos Santos (presidente do Congresso), Francisco Sousa Tavares (primeiro vice-presidente do grupo parlamentar), Helena Roseta, Jaime Ramos, Margarida Salema, Mário Raposo, Rui Amaral, Natália Correia e Adelaide Paiva.

O tema do aborto encheu páginas de jornais e revistas durante meses, até 10 e 11 de novembro de 1982, quando se iniciou a discussão conjunta, na generalidade, dos projetos de lei apresentados pelo PCP (e um outro – n.º 374/II – sobre direito ao planeamento familiar apresentado pelo PSD). A 11, dia em que o projeto de lei n.º 309/II – interrupção voluntária da gravidez – foi rejeitado, Natália Correia inscreveu-se para falar e, numa longa intervenção, lembrou os “muitos milhares de mulheres que, dolorosamente impelidas por circunstâncias inibitórias de uma maternidade saudável, arriscam a sua vida em tenebrosos desvãos de curiosas. Sangue e tragédia com que a efetiva não coatividade e não funcionalidade real da penalização legal do aborto tece a rede da sua prática clandestina!”.

Nas galerias, chegou o momento da votação, muita gente não arredou pé durante toda a noite. Isto apesar das ameaças

da polícia, que queria expulsar os homens e mulheres que ali permaneciam. Por sugestão do PCP, os deputados votaram um a um, o que colocou ainda mais em destaque a posição de Natália no contexto da sua bancada: “A favor, levantou-se Natália Correia (PSD), uma poetisa que não poderia pactuar, exemplo de dignidade”, diriam os jornais. Os votos ficaram assim distribuídos 127 votos contra e 105 a favor. Durante a votação, Jaime Ramos e Pedro Pinto (PSD) abandonaram o hemiciclo e Margarida Dalema nem sequer apareceu no debate. Jorge Miranda e Vilhena de Carvalho, ambos da ASDI, opuseram-se à legalização do aborto.

Com o chumbo do projeto de lei favorável à despenalização do aborto, tornou-se evidente o divórcio entre mentalidades, a existência entre dois “Portugais”. Almeida Santos, do PS, diria no hemiciclo: “E nós, os homens? Só nos dirá respeito porque somos pais, maridos e irmãos das mulheres que abortam? Ou também porque a mulher pode abortar sozinha, mas não pode conceber sem nós? Entre o homem e a mulher, a dor foi injustamente repartida. Couberam à mulher os incómodos da gravidez, as dores lancinantes do parto, o desgaste da aleitação, a solicitude de uma prolongada criação”. E concluía: “Os homens concebem as leis, as mulheres concebem os filhos...”.

Em contrapartida, o projeto de proteção à maternidade (também do PCP) foi votado e ganhou, assim como o projeto alternativo do PSD de planeamento familiar (o CDS votou contra todos os diplomas, incluindo o dos sociais-democratas).

No dia seguinte, a 12 de novembro de 1982, a manchete do *Diário de Lisboa* proclamava, ironicamente, na primeira página: “Aborto clandestino aprovado em S. Bento”. No in-

terior, sobre aquele debate – um dos mais participados da Assembleia da República –, Fernanda Mestrinho revelava que às cinco da madrugada, no próprio hemiciclo, choveram os protestos e as acusações contra quem optou pela continuação do aborto clandestino. Já o jornal *O Dia*, de 14 de novembro, publicava um artigo de Adelino Alves, com o título “Exco-munhão para deputados católicos que apoiaram projeto do aborto”.

Ainda em 1982, Natália Correia editou diversos ensaios e antologias: *Notas para uma Introdução às Cantigas d'Escárnio e Mal Dizer Galego-Portuguesas* (parte do Cancioneiro Medieval transposto por ela para o português contemporâneo), *Antologia da Poesia do Período Barroco* (a introdução e a organização eram suas) e *A ilha de Sam Nunca: Atlantismo e Insularidade na Poesia de António de Sousa* (antologia que coordenou e que seria o primeiro e único volume da coleção “Antília”, por ela dirigida).

No ano seguinte, editou *A ilha de Circe* (dois contos, “Mãe, Mãe, por que me abandonaste?” e “As Nações Unidas”, a sua estreia no género, e a novela que dá o título ao livro), que terá começado a escrever por volta de 1978, no período em que visitou os Açores, e a peça de teatro *A Pécora* (cuja primeira edição fora proibida pela Censura). No prefácio a esta última (escrito a 20 de outubro de 1983) confessava que o texto era de 1967 e tinha sido proibido “pela jagunçada do regime que exerceu sobre a tipografia que a imprimia a ameaça de fechar-lhe as portas, caso a obra prosseguisse. Ficou, assim, *A Pécora* no purgatório das gavetas, à espera de provar que nem todas estavam vazias quando a liberdade as abrisse”.

Em 1983, Natália Correia saiu do Parlamento. Pouco depois, foi aos EUA, em representação do Presidente da Repú-

blica, para intervir nas comemorações do 10 de Junho daquele ano, tendo percorrido Nova Iorque, Boston (incluindo Providence e Newark) e a Califórnia. Durante essa viagem, escreveu mais algumas impressões sobre a sociedade norte-americana, marcada por um egocentrismo que não andava muito distante daquele que tinha alimentado a Alemanha hilteriana.

Em setembro desse ano, fazendo um balanço da sua passagem pelo Parlamento – onde as suas emoções facilmente extravasavam, tornando-se irritadíssima (quando discordavam dela, podia tornar-se desagradável) –, afirmou que tinha valido a pena e que a enriquecera sob vários aspectos: “(...) considero o Parlamento uma grande escola da democracia, não pelo que se passa, necessariamente, no hemiciclo, mas sobretudo pelo convívio que se estabelece nas comissões e a minha participação na Comissão de Cultura foi muito frutuosa, foi muito animadora do ponto de vista cultural e democrático”. Quanto ao partidos, via-os “um defeito necessário, porque dividem, mas é uma divisão necessária para agrupar, para reunir a ideia da democracia parlamentar”.

Numa altura em que se falava cada vez mais da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE),¹⁰⁶ Natália declarava-se “ibericista” (e não como “iberista”,¹⁰⁷ tal como se dizia “femininista” e não “feminista”, ou “politeísta” e não “fundamentalista”). Por outras palavras, era contrária à própria ideia de CEE e, pior ainda, de uns Estados Unidos da Europa. Não por acaso, em maio de 1984, Natália Correia passou um fim de semana em Troia, para intervir no I Simpósio de Escritores Ibéricos; em 1988, editou o polémico *Somos Todos Hispanos*, obra a contracorrente da euforia associada à integração europeia de Portugal (que esgotaria), onde examinava

e discutia, entre outras, a temática da ibericidade comum a Portugal e à Espanha.

O ano de 1984 marcou também o início do período em que passou a apresentar, na RTP, um dos seus programas (em duas séries) mais conhecidos e aquele que lhe daria bastante notoriedade pública: *Mátria*. A primeira série do programa terminava no século XVII, a segunda (iniciada em abril de 1988) começava a partir de figuras de mulheres que se tinham notabilizado no século XVIII e culminava com Florbela Espanca.

Em finais do referido ano, Natália Correria aplaudiu a fundação de um novo partido – o Partido Renovador Democrático (PRD) – em torno da figura de Ramalho Eanes, com o objetivo declarado de ocupar o espaço entre o PS e o PSD, e de dar respostas aos problemas do país, algo que, segundo o general, nem um nem outro se mostravam capazes de apresentar. Ao mesmo tempo, continuava a expandir a sua produção literária, lançando mais uma obra de poesia, *O Armistício* (Publicações Dom Quixote, 1985), um misto de poemas de “amor ao sagrado” e de reflexão “mitofilosófica”.

Nos anos da década de 1980, multiplicou-se em entrevistas, concedeu declarações aos jornais, deixou-se fotografar, interveio em júris de prémios literários (por exemplo, no Grande Prémio de Poesia da APE de 1984, atribuído a Alexandre Pinheiro Torres pelo livro *A Flor Evaporada*), enfim, aceitou que o semanário *Expresso* lhe fizesse o horóscopo.¹⁰⁸

Sempre atenta às novas propostas políticas que surgiam, interveio, em 1986, na Convenção da Esquerda Democrática, apoiada pelo PS, em cuja Comissão Organizadora estavam António Barreto (ex-ministro da Agricultura e Pescas) e Jorge Strecht Ribeiro, tendo Nuno Brederode como um

dos seus principais animadores. Na sua comunicação, Natália Correia propôs que a esquerda adotasse “expressões vivenciais libertadoras como coração, alma, espírito, prazer, sonho, sentimento, paixão”.

Na mesma altura, apoiou a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, como independente, às eleições presidenciais de 1986, as mais competitivas e polarizadas da democracia portuguesa (e onde, pela primeira vez, os candidatos já não eram militares, mas civis). Não gozando do apoio de quaisquer máquinas partidárias, Pintasilgo oficializou a sua candidatura a 9 de dezembro de 1985, dois dias depois do encerramento da Convenção da Esquerda Democrática.

Em 1987, Natália Correia foi eleita deputada independente à Assembleia da República, nas listas do PRD.

CAPÍTULO 14

SHOW ERÓTICO EM SÃO BENTO

No dia 19 de novembro de 1987, chegava a Portugal a famosa atriz pornográfica e deputada italiana Ilona Staller, que respondia pelo nome artístico Cicciolina, militava no Partido Radical e era “contra a hipocrisia” e a favor dos “valores da natureza”.

Semanas antes, aproveitando a presença de Natália Correia no lançamento do livro *Maria Ruth*, a autobiografia da atriz, empresária e política Ruth Escobar, onde também estiveram outras personalidades, como António Alçada Baptista, Sérgio Godinho, Io Apolloni, Júlio Pomar, Maria Cavaco Silva, Helena Roseta e o embaixador do Brasil (Ruth Escobar tinha alcançado notoriedade no Brasil como atriz e deputada pelo PMDB), a poeta de *Cântico do País Emerso*, considerada uma das “atrações” daquela sessão de lançamento, foi interrogada pelos jornalistas para comentar a “dissolução” das instituições políticas operada pelo Partido Radical, em Itália, e a iminente chegada daquela famosa ativista, ao que Natália Correia respondeu: “Acho que é muito salutar a existência deste partido. Num país onde há um Vaticano tem de haver uma Cicciolina...”.

O responsável pela vinda de Cicciolina era o semanário *Tal & Qual*, que a convidou a trazer a Portugal o seu “*Show*

Erótico” (para maiores de 18 anos), a realizar no Coliseu de Lisboa, no dia 19 de novembro de 1987, às 22 horas (os bilhetes custavam entre mil e quatro mil escudos, tendo ela contracenado com uma jiboia – embalsamada, segundo as más línguas). Para esse efeito, foi instalada na sala da Rua das Portas de Santo Antão uma arena central, onde Cicciolina executaria o seu espetáculo de hora e meia.

Cicciolina chegou no dia 18. Horas depois estava a conceder uma entrevista para o programa de televisão de Joaquim Letria, *Já está!*. No dia seguinte, a porno-deputada almoçou no Hotel do Guincho com representantes de vários órgãos da comunicação social. Ali, momentos antes do almoço ser servido (que incluía um doce batizado com o nome “crepes de *soufflé* à Cicciolina”), mostrou os seios e não se eximiu de mostrar a sua desenvoltura erótica, simulando gestos lânguidos de masturbação, simultaneamente a dois homens.

Entretanto, e segundo algumas vozes, Helena Roseta teria convidado Ilona Staller a visitar o Parlamento português. Já passava das 17 horas de 19 de novembro, quinta-feira, quando Cicciolina começou a subir a escadaria exterior da Assembleia da República, ladeada pelos dois leões do escultor Raul Xavier, simbolizando o poder associado à casa da democracia.

Com o seu famoso vestido branco de rendas e sem alças, levando nas mãos o inseparável boneco de peluche (a quem a própria dera o nome do líder do Partido Radical, Marco Pannella), calçando sapatos de salto alto cor-de-rosa, ostentando na cabeça a sua igualmente famosa fita florida e uma maquiagem que imitava o rubor que sobe pelas maçãs do rosto, a deputada-porno foi rodeada pelas câmaras fotográficas dos repórteres e pousou para todos. Antes de começar o matraquear das máquinas, um dos acompanhantes pusera-lhe à

volta do tronco uma fita de pano com as cores portuguesas e na cabeça um capuz, também vermelho e verde. Lá em baixo, na rua, no meio de um rumor de vozes e risos, o trânsito parava. Face aos pedidos, cada vez mais insistentes, dizendo “A figura da República tem as mamas de fora!”, Cicciolina resolveu mostrar, com orgulho, um seio.

Subindo mais alguns degraus, em direção à porta principal, a deputada radical deteve-se junto a um dos dois elementos solenes da GNR que ali estavam de guarda ao Parlamento, estáticos e em sentido, de fato e arma na mão, ao alto. A posição de Cicciolina ao lado do militar, que dela desviou rapidamente os olhos, foi aclamada com grande entusiasmo pelo novo matraquear das câmaras fotográficas. Apesar de habituado ao calor, ao frio, à incomodidade, à fome e ao sono, o GNR, começando a mostrar uma expressão incômoda, decidiu abandonar a atitude de reverenda paciência, para afastar Cicciolina com um pequeno safanão do braço. A um tempo satisfeita e divertida, a deputada galgou mais alguns degraus e voltou a concentrar todas as atenção quando expôs, novamente, o seio nu a todos os olhares.

Atingida a entrada nobre do Palácio de São Bento, a estrela subiu ao segundo piso, deslocou-se à Sala dos Passos Perdidos e foi imediatamente rodeada de funcionários curiosos, a que se juntaram os jornalistas e outra gente tratando de assistir ao momento mais palpitante do dia. Foi então que os olhos de todos bateram na figura robusta e bem nutrida, de pele clara, da poeta Natália Correia, que daí a segundos já estava de mão dada a Cicciolina e a dizer-lhe em português: “Tenho ouvido falar muito de si”. A atriz porno, habituada a fingir muitas vezes que sabia coisas que desconhecia, disse-lhe na língua de Dante: “E eu de si também!”.

No meio daquela fusão e confusão de pessoas, alguém puxou a vedeta porno um pouco para trás e segredou-lhe a uma orelha: “É a deputada Natália Correia, tem-te apoiado muito aqui. Disse que num país onde há um Vaticano tem de existir uma Cicciolina”. Quando estas palavras se agarraram aos seus ouvidos, a italiana, espevitada e aos pulinhos, retomou o seu lugar junto a Natália Correia, encostou o seu rosto ao da deputada portuguesa, para depois lhe plantar um beijo na cara, sem que os seus olhos jamais se esquecessem, enquanto o fazia, das máquinas fotográficas e da câmara da RTP. Ao mesmo tempo, dizia sobre a autora de *A Pécora*: “É muito doce, muito doce”.

As duas foram para a Galeria do Corpo Diplomático, mesmo por cima da Sala das Sessões (ou Hemiciclo), numa altura em que os deputados conversavam informalmente, antes do reinício do debate parlamentar. Natália Correia relembrou-lhe – não fosse ela esquecê-lo – que “nós, o sexo feminino, temos uma missão importante: desafiar as instituições masculinas”. Apesar de não ter percebido patavina do que a portuguesa disse, Cicciolina aplaudiu sem condições e repetiu o que já dissera antes sobre a nossa deputada: “É muito doce, muito inteligente”.

Subitamente, apercebendo-se de que os deputados e o público das outras galerias concentravam nela toda a sua atenção, Cicciolina superou as expectativas de todos, destapando não um, mas os dois ousados seios, debruçando-os sobre o hemiciclo (feliz ou infelizmente, não há imagens da cena). Facto que escandalizou muito os deputados e provocou a interrupção dos trabalhos, vendo-se ela obrigada a abandonar as galerias, acontecimento comentado pelos parlamentares no reinício da sessão. Altura em que Helena Roseta, deputa-

da independente pelo PS, esclareceu que não tinha convidado Cicciolina a visitar o Parlamento, como afirmava o jornalista que a acompanhava.

Por seu lado, Vítor Crespo, Presidente da Assembleia da República, condenou aquilo a que chamou “ato publicitário”, e Nogueira de Brito, do conservador CDS, sublinhou a sua enorme perplexidade e indignação declarando à mesa da presidência da Assembleia da República – onde se sentava a vice-presidente (e deputada do PSD), Manuela Aguiar, dirigindo aquela sessão –, que “não pode continuar a sessão com um espetáculo público que ofende a nossa dignidade de deputados”. Já os deputados de esquerda romperam em grande galhofa, rindo a bom rir e lamentando estar de costas para a galã porno. Concordando sem dificuldade, a social-democrata decidiu marcar o reinício da sessão para as 18 horas. Eram então 17h30. Um incidente, enfim, cujo único resultado apreciável seria o poema que Natália Correia escreveu, inspirando-se nele:

“Estava o Parlamento em tédio morno/Do Processo Penal a lei moendo/Quando carnal a deputada porno/ Entra em S. Bento. Horror! Caso tremendo!//Leda à tribuna dos solenes sobe/A lasciva *onorevole*¹⁰⁹ Cicciolina/E seus pares saudando ali descobre/O botão rosado da *tettina*.//Para que dos pais da Pátria o pudor vença,/Do castro bracarense o verbo chispa:/'Cesse a sessão em nome da decência/Antes que a Messalina mais se dispa'.//Mas — ó partidas que prega a estatuária! —/Que fazer no hemisíclo avesso ao nu/Daquela estátua que a nudez plenária/ Ali ostenta sem pudor nenhum?//Eis que o demo-cristão então concebe/As vergonhas velar da escultura./Honest

inspiração do céu recebe/E moção apresenta de censura:// 'Poupado seja à nudez viciosa/O olhar parlamentar votado ao bem./Da estátua tapem-se as partes vergonhosas./Ponham-lhe cuequinhas e *soutiens*'.¹¹⁰

O final da década de 1980 ficou ainda marcado pela morte de Alfredo Machado Lage (a 22 de janeiro de 1989), o homem que permaneceu a seu lado durante quase 40 anos, e pela perda definitiva de contacto com a irmã Cármen (a última carta que recebeu do Brasil remontava de 25 de outubro de 1988 e traduzia-se numa despedida da irmã, porque, explicava esta, passara a fazer parte de uma seita religiosa que não autorizava contactos com o mundo exterior, razão pela qual deixariam de saber do seu paradeiro).

Em 1989, seria apoiante de Jorge Sampaio, quando o então líder do PS se candidatou à Câmara Municipal de Lisboa; viu a sua peça *A Pécora* ser levada à cena no I Festival de la Convention Théâtrale Européenne (Saint-Étienne, França), no âmbito das comemorações do II Centenário da Revolução Francesa, no Festival Internacional de Teatro da Irlanda, e no Teatro da Comuna em Lisboa, sempre com encenação de João Mota, e concluiu a escrita de *Auto do Solstício de Inverno* (texto dramático que ficaria inédito até 2005).

CAPÍTULO 15

MORRER É TRIUNFAR SOBRE A MORTE

No ano seguinte, a 17 de março de 1990, a poeta desposou Dórdio Guimarães: “É um esposo-irmão”, foi “um casamento casto” (recusava quartos comuns para si e para Dórdio, e nunca terá dormido com ele), afirmaria a própria Natália Correia. A festa de celebração fez-se no Botequim, com champanhe, piano e canções. Um grupo de ecologistas levou-lhe, numa gaiola, um casal de pombos para serem libertados após a boda. Todos saíram à rua, deambulando, saltitantes e noctívagos, pelo Jardim Augusto Gil, contíguo à Igreja e antigo Convento da Graça. Mais tarde, sobre Dórdio Guimarães, uma das mais íntimas amigas de Natália Correia, e companheira de quarto da poeta nas muitas viagens da escritora, afirmaria numa entrevista ao jornal *Expresso*, de 13 de setembro de 1997: “Tratou-se sobretudo de uma relação platónica – até porque a Natália não gostava de cama, gostava dos preliminares da sedução. Estou convencida de que terá ido umas vezes com o Dórdio, até por obrigação, para manter o fogo. Acho que a Natália experimentou tudo e nada a interessou muito, na medida em que ela não conseguia dar-se. Isso também é uma impotência”. Sobre Dórdio, declarou: “Ele não foi uma companhia; fez-lhe a vida negra. O Dórdio envenenava-a contra as pessoas”.

Em junho de 1990, na introdução à sua entrevista, o jornalista Carlos Vaz Marques afirmava que Natália Correia se demonstrara apreensiva quanto ao seu futuro parlamentar, tendo ela confessado que não fazia “ideia do que lhe poderá acontecer na próxima legislatura. A única coisa que sabe, diz sem dramatismo, é que terá de ganhar a vida 'de qualquer maneira'.” É que, segundo as palavras da entrevistada, “não possuo bens materiais, nem terminado este mandato tenho direito a reforma e, como não sou uma escritora comercial, não posso viver da literatura”.¹¹¹

Sem nunca deixar de lutar contra a falta de empenho dos intelectuais nas grandes causas do mundo, a poesia mantinha-se a sua principal razão de ser. Tudo o mais era secundário. Nesse ano de 1990, cinco anos após a publicação do seu último livro de poemas (*O Armistício*), lançou *Sonetos Românticos*, onde anunciava a urgência da “subversão romântica”.

Aqueles 43 *Sonetos Românticos* vinham, como a própria admitia, em linha reta de Camões, depois passavam por Boccage, Antero de Quental, Florbela Espanca e José Régio, até chegarem a ela. Como se pode constatar, aliás, pelo seguinte exemplo: “A luz meridional que rigorosa/Infunde o mar no mármore, cobiou/A Musa – júbilo azul – e a radiosa/Matéria no soneto repousou”. Para ela, o soneto é “uma síntese do universo, onde se expressa a harmonia do Cosmos”, é “o ouro”, a “culminação da obra poética”, por intermédio do qual os portugueses demonstraram o seu génio romântico (nomeadamente na lírica camoniana). Tratando-se da “fórmula poética perfeita”, que procurava a unidade, o soneto era o tipo de escrita capaz de harmonizar o feminino e o masculino.

Em 1991, o livro seria distinguido com o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores/CTT (para

as obras daquele género publicadas no ano anterior, cujo júri era constituído por Albano Martins, Cristina Almeida Ribeiro, José Carlos Seabra Pereira, Manuel Frias Martins e Maria Teresa Horta). No discurso de entrega, a 26 de novembro de 1991, diria: “Os prémios não se agradecem nem se desagradecem. Agradecê-los é auto-subestimação da autenticidade do iluminante no ser, que se manifesta no ato criador da obra. Desagradecer é má-criação ou pose fiteira que não é mais do que uma outra forma de chamar a atenção na sociedade do espetáculo”. Na mesma ocasião, seria condecorada pelo então Presidente da República, Mário Soares, que a fez Grande-Oficial da Ordem da Liberdade. Já com a condecoração ao peito, disse ao “Sr. Presidente da República e, neste caso, também amigo, pois que o sei amigo de poetas!” que acolhia “comovidamente esta condecoração” e acrescentou: “Particularmente tocante me é ter sido seu critério distinguir-me com a Ordem da Liberdade no mesmo momento em que recebo o Grande Prémio de Poesia da APE, pois que, para o poeta, poesia e liberdade são um só valor”.

Já em 1992, lançou o romance *As Núpcias* (edições *O Jornal*, coleção Dias de Prosa), onde tratava o tabu do incesto (o maior tabu entre os tabus: a proibição de relações sexuais entre membros da mesma família, sobretudo quando consanguíneos), mas numa perspetiva sagrada (como recriação das primeiras cosmogonias ligadas à origem do mundo), suscitando, com isso, alguma polémica.¹¹²

Nos primeiros meses de 1992, Natália Correia voltou a assumir protagonismo na vida política, fundando e encabeçando a Frente Nacional para a Defesa da Cultura (FNDC), um movimento cívico de defesa dos valores culturais e patrimoniais da identidade portuguesa, por um lado, e contra “a

uniformização imposta pela supremacia dos interesses económicos euro-comunitários, essa ameaça de descaracterização cultural, solicita a coesão defensiva dos que estão unidos pela mesma língua e cultura”, por outro.

Em torno da FNDC – ideia que partiu inicialmente de um grupo muito reduzido, no qual se encontrava Natália Correia – agruparam-se diversas individualidades bem conhecidas do campo cultural, como Miguel Torga (enquanto figura tutelar, a convite de Natália Correia), David Mourão-Ferreira, José Saramago, Luís Francisco Rebelo, José Cardoso Pires, Ana Hatherly, Urbano Tavares Rodrigues, Manuel da Fonseca, Paulo Rocha, Monteiro Gil, Fernando de Azevedo, Carlos Lança, José Mattoso, Armindo Magalhães ou Manuel Villaverde Cabral. O respetivo grupo executivo incluía representantes da SPA, APEL, CNC, SNBA e APE, e era secundada por entidades como a SEDES, a UGT, a CGTP e a Liga de Proteção da Natureza.

Apercebendo-se desta invulgar convergência de forças sociais dispostas a bater-se pela cultura – o movimento chegou a integrar mais de 60 associações artísticas e culturais (e também as duas centrais sindicais, a Associação Portuguesa de Municípios e organismos de defesa do consumidor e ecológicos, escritores, intelectuais, cineastas, artistas plásticos, encenadores, atores, críticos, arquitetos aderiram), de Norte a Sul do país –, Mário Soares colou-se à FNDC, impulsionando-a e instrumentalizando-a em benefício próprio, para com isso fazer oposição ao governo social-democrata de Aníbal Cavaco Silva.

Criada oficialmente, no início de março de 1992, para combater “a irresponsabilidade das medidas previstas de reestruturação da SEC” (reforma, ainda por cima, que estava

a ser feita no maior secretismo, sem que tivesse sido promovido um debate alargado) – por exemplo, o acordo ortográfico, a fusão da BNP e do IPLB, a extinção da Direção-Geral da Ação Cultural e do São Carlos (contra esta última fez-se um abaixo-assinado a que aderiram mais de 500 personalidades) –, bem como “os efeitos perversos da aplicação da taxa de cinco por cento” sobre o preço de capa dos livros (o detonador principal da FNDC, diga-se em prol da verdade, foi esta questão do IVA), a FNDC contrapunha-se, genericamente, à política economicista da SEC de Pedro Santana Lopes, que ameaçava descaracterizar, no contexto da CEE, “os valores culturais e patrimoniais da identidade portuguesa”, como foi referido na conferência de imprensa de lançamento da sua ação, um encontro que encheu o auditório da SPA. Durante a reunião, Natália Correia leu o poema “Profecia”, de Miguel Torga, que segundo ela sintetizava o espírito do movimento, destacando-se na assistência a presença da primeira-dama, Maria Barroso, bem como do assessor da presidência para os assuntos culturais, o que irritou o governo, considerando-o bem significativo da guerrilha que Mário Soares estava a fazer contra o primeiro-ministro Cavaco Silva.

Em março, a reestruturação da SEC foi ratificada em Conselho de Ministros (2 de abril) e a FNDC divulgou publicamente um conjunto de resoluções, a primeira das quais passava pelo “alargamento da Frente por forma a abranger todas as entidades e organizações empenhadas em valorizar o património cultural e natural do país”.

A 20 de abril, Mário Soares, que não se limitava a seguir atentamente os acontecimentos na sombra, acolheu e jantou em Belém com 20 representantes da FNDC, entre os quais David Mourão-Ferreira, José Saramago, Paulo Rocha, He-

lena Roseta, Luís Francisco Rebelo e Natália Correia (a qual explicaria, na ocasião, que a FNDC se batia pela “salvaguarda da cultura que está a ser fortemente ameaçada em todo o mundo ocidental” devido à “supremacia do poder económico”, aproximando-se assim da esquerda, contra a “asfixia cultural dos governos de Cavaco Silva”).

Em abril, a FNDC pediu à Assembleia da República um debate público sobre política cultural. Posicionando-se contra a “nova invasão de bárbaros que já não trazem as lanças nem as espadas mas o poder do dinheiro para esmagar os valores ético espirituais contidos na Cultura”, a FNDC promoveu uns Estados Gerais da Cultura e um grande espetáculo de protesto contra a política cultural do governo, na Aula Magna, denominado Festa da Solidariedade Cultural (23 de abril de 1992), que reuniu com a participação de várias figuras de relevo da vida cultural portuguesa. Nessa altura, um dos casos mais escandalosos em que FNDC se viu envolvida foi a polémica gerada em torno da retirada do romance de José Saramago, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, da candidatura a um prémio literário europeu, determinada pelo então subsecretário da cultura António Sousa Lara.

Em 1993, Natália Correia publicou mais um livro de poemas, *O Sol Nas Noites e o Luar nos Dias*, reunindo toda a sua obra poética, incluindo éditos e inéditos. A noite de 15 de março passou-a, em grande parte, no Botequim, juntamente com Dórdio Guimarães. Quando regressava a casa, de madrugada (dia 16, portanto), demasiado cansada pelos anos de tabaco, uma sensação estranha apoderou-se dela. Chegada ao apartamento da Rodrigues Sampaio, sentiu uma certa paralisia facial, perda de força ou dormência num braço, e a fala tornou-se arrastada ou incompreensível. Estava a sofrer

um acidente vascular cerebral. Daí a alguns minutos, ao lado do companheiro, que assistiu ao seu último sopro, morreu. Tinha 69 anos. Antes dela, no mesmo ano, tinham morrido os seus amigos Rogério Paulo, Manuel da Fonseca, António José Saraiva e António Quadros.

O corpo da poeta permaneceu em câmara ardente na Casa dos Açores, em Lisboa, durante duas noites e dois dias. De todo o país foram chegando flores, enviadas por músicos, cantores, ranchos folclóricos, tunas, estudantes, portugueses anónimos. Ao terceiro dia, quinta-feira de manhã, seguiu para os fornos crematório do cemitério do Cemitério do Alto de São João. Em sua homenagem, José Mário Branco voltou a musicar e a cantar o poema *Queixa das Almas Jovens Censuradas*. As suas cinzas seriam depois levadas para o Panteão dos Escritores do Cemitério dos Prazeres, onde permaneceriam até 2016, ano em que seriam finalmente levadas para a ilha de São Miguel (Açores), ficando depositadas no jardim interior da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada.

NOTAS

- ¹ Filho de um proprietário de terras (Manuel de Medeiros Correia, irmão do padre Francisco de Medeiros Correia) e de uma professora (Antónia Ermelinda de Souza), o pai de Natália Correia casou em segundas núpcias com Maria José de Oliveira, depois da morte da primeira mulher, Maria Isabel Bettencourt Correia, falecida a 4 de junho de 1914, com a qual não tivera filhos.
- ² Esta, depois de ter sido sufragista, tornar-se-ia um devota quase fanática da religião de Cristo: “A tia Hortênsia era um misto de feminista e beata. Flagelava-se com cilícios...” (Natália Correia em entrevista a Edite Soeiro, “A escritora e a mulher”, *Noção*, 25 de janeiro de 1969, incluída em Zetho Cunha Gonçalves, ed., *Entrevistas a Natália Correia*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2004, p. 38).
- ³ A tia Santo Cristo, de acordo com a sobrinha, era a tia boa e morreria de amor, daí ter merecido mais tarde a admiração da romântica Natália Correia.
- ⁴ Filipa Martins, *O Dever de Deslumbrar. Biografia de Natália Correia*, Lisboa, Contraponto, 2023, p. 14..
- ⁵ Ana Isabel do Rego casara com Justino José de Oliveira, homem de ideologia liberal, ligado à Carbonária.
- ⁶ Natália Correia, *Não Percas a Rosa. Diário e algo mais (25 de abril de 1974 – 20 de dezembro de 1975)*, Lisboa, Ponto de Fuga, 2025, p. 48 (3.ª edição; 1.ª edição de 1978).
- ⁷ Ana Saldanha, *O canto livre de Afrodite. Uma biografia de Natália Correia*, Açores, Presidência do Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura, 2009 (ilustrações de José Miguel Ribeiro).
- ⁸ Nuno Câmara, a quem Natália Correia tratava como “o meu irmão”, era filho do médico-cirurgião António Câmara, oriundo de uma família distinta, casado com uma mulher da alta burguesia de S. Miguel, por sua vez filho de um médico de Vila Franca do Campo, o primeiro a fazer a distribuição de eletricidade ao domicílio em S. Miguel.
- ⁹ Em Zetho Cunha Gonçalves (ed.), *Entrevistas a Natália Correia...*, p. 38.
- ¹⁰ Em Zetho Cunha Gonçalves (ed.), *Entrevistas a Natália Correia...*, p. 40.
- ¹¹ Entrevista a Antónia de Sousa, em Zetho Cunha Gonçalves (ed.), *Entrevistas a Natália Correia*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2004, p. 55.
- ¹² Artur Vaz, *Natália Correia. Escritora do Amor e da Liberdade*, Fajã de Baixo

- (Ponta Delgada/Açores), [s.n.], 2003, p. 13.
- ¹³ “A minha causa é combater a extinção das causas” (entrevista a Natália Correia), *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 19 de abril de 1988, p. 8.
- ¹⁴ “Dois dedos de conversa com... Natália Correia”, *Signo (Jornal de Letras e Artes)*, abril de 1986, p. 3.
- ¹⁵ Entrevista a Antónia de Sousa, *Diário de Notícias*, suplemento *Domingo*, 11 de setembro de 1983, incluída em Zetho Cunha Gonçalves (ed.), *Entrevistas a Natália Correia*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2004, p. 56..
- ¹⁶ Dois dedos de conversa com... Natália Correia”, *Signo (Jornal de Letras e Artes)*, abril de 1986, p. 3.
- ¹⁷ Zetho Cunha Gonçalves (ed.), *Entrevistas a Natália Correia...*, p. 55.
- ¹⁸ Luís Cajão, *Um Secreto Entardecer*, Lisboa, Editorial Escritor, 1998, p. 84.
- ¹⁹ O espólio de Natália Correia contém inúmeras fotografias dessa exposição.
- ²⁰ Curiosamente, em *Plano Inclinado* anunciava-se que a mãe de Natália Correia tinha em preparação um novo livro, intitulado *Casa de Hóspedes*, que nunca foi publicado, tão-pouco se sabe onde estará ou sequer se foi destruído ou se perdeu.
- ²¹ Humberto de Mergulhão, “Uma Poetisa Açoreana cantou na Emissora Nacional e é Locutora de Rádio Clube Português”, *O Século Ilustrado*, 29 de abril de 1944, p. 22.
- ²² Citado em Luiz Fagundes Duarte, *O Essencial sobre Natália Correia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2024, p. 13..
- ²³ Em Zetho Cunha Gonçalves, *Entrevistas a Natália Correia...*, p. 41.
- ²⁴ “A homenagem à escritora Ana Maria foi uma justa consagração”, *Portugal, Madeira e Açores*, 17 de março de 1945, p. 1.
- ²⁵ Natália Correia, “À volta da nova lei eleitoral nos parágrafos que se referem à mulher”, *Portugal, Madeira e Açores*, 10 de março de 1946, p. 1
- ²⁶ Luiz Pacheco, *Memorando Mirabolando*, Setúbal, Contraponto, 1995, p. 21-24.
- ²⁷ Vítor Neto, “Natália Correia e a PIDE: Vigilância e Controlo”, *Revista de História das Ideias*, vol. 38, 2.ª série, 2020, p. 312.
- ²⁸ Natália Correia, *Breve história da mulher e outros escritos* (ed. de Zetho Cunha Gonçalves), Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003.
- ²⁹ Maria João da Câmara, Vera Lagoa. *Um Diabo de Saias*, Alfragide, Oficina do Livro, 2021, p. 55.
- ³⁰ Mário Soares em AA.VV., *Natália: arte e poesia: coleções de arte do espólio de*

Natália Correia e Dórdio Guimarães, Lisboa/Ponta Delgada, Câmara Municipal de Lisboa e Governo Regional dos Açores, 1999, p. 6.

³¹ *Idem*, p. 4.

³² Citada em Fernando Dacosta, *O Botequim da Liberdade...*, p. 43.

³³ Em Zetho Cunha Gonçalves (ed.), *Entrevistas a Natália Correia...*, p. 53.

³⁴ *Idem*, p. 53.

³⁵ Miguel Gonçalves de Magalhães, *Natália Correia: escritos autobiográficos...*, p. 52.

³⁶ Natália Correia, “Um encontro inesperado em Ponte de Lima: o ambiente em que vive o general Norton de Matos”, *Sol*, 20 de novembro de 1948.

³⁷ Isabel Meyrelles era sobrinha-neta do almirante Quintão Meyrelles. O seu irmão, João Carlos Sobral Meireles, era genro do Cupertino de Miranda, pois casara com uma filha deste último, de seu nome Maria Augusto Cupertino de Miranda. Licenciado em Engenharia, o irmão de Isabel Meyrelles trabalhou como executivo no Banco Português do Atlântico, no Banco Português de Investimento, na Fundação Cupertino de Miranda e na Lusotur, S.A., tendo tido participação ativa no Museu da Fundação Cupertino de Miranda e no Centro Português de Surrealismo, ao qual doou um importante espólio, com destaque para as obras que comprou a Cruzeiro Seixas.

³⁸ Susana Moreira Marques, “Branças são as madrugadas. De olhos abertos com Isabel Meyrelles”, *Colóquio/Letras*, n.º 174, maio de 2010, p. 157-177.

³⁹ Filipa Martins, *O Dever de Deslumbrar...*, p. 111-112.

⁴⁰ A escultura não resistiria aos ciúmes do terceiro marido de Natália, Alfredo Machado, que a comprou por um preço avultado (dinheiro que permitiria a Isabel Meyrelles ir viver em Paris) e a fez desaparecer, havendo apenas uma fotografia da mesma.

⁴¹ Citação feita por Gabriela Henriques em conversa com Ângela Almeida, em *Retrato de Natália Correia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 41. Referido também em Ana Paula Costa, *Natália Correia. Fotobiografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005, p. 21.

⁴² Natália Correia, *Não Percas a Rosa. Diário e algo mais (25 de abril de 1974 - 20 de dezembro de 1975)*, Lisboa, Ponto de Fuga, 2015, p. 47 (3ª edição; 1.ª edição de 1978).

⁴³ Natália Correia, *Descobri Que Era Europeia – Impressões duma viagem à América*, Lisboa, Ponto de Fuga, 2018 (1.ª ed. de 1951), p. 21-22.

- ⁴⁴ Helena Cantos, citada por Ana Paula Costa, em *Natália Correia. Fotobiografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005, p. 21.
- ⁴⁵ Citada em Miguel Gonçalves de Magalhães, *Natália Correia: escritos autobiográficos...*, p. 60.
- ⁴⁶ Miguel Gonçalves de Magalhães, *Natália Correia: escritos autobiográficos. Edição e estudo. I volume*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL), 2006, p. 35.
- ⁴⁷ Citada em Filipa Martins, *O Dever de Deslumbrar...*, p. 146.
- ⁴⁸ Luís Cajão, *Um Secreto Entardecer*, Lisboa, Editorial Escritor, 1998, pp. 84-85.
- ⁴⁹ Terá ela dito, segundo Fernando Dacosta, em *O Botequim da Liberdade*, Alfragide, Casa das Letras, 2013, p. 43.
- ⁵⁰ Margarida Viegas, “Natália Correia: ‘Dos meus amores falarei quando for velha’”, *Tempo*, 17 de abril de 1980, p. 3 e 10.
- ⁵¹ Luiz Pacheco, “Exercício de Estilo ou O Caso das Donas e Donzelas Arrebata-das”, *Exerícios de Estilo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 83-84 (3.^a edição).
- ⁵² Sobre esta representação da obra de Sartre, veja-se Cristina A. M. de Marinho, “Jean-Paul Sartre à porta fechada: uma tradução e representação de Huis-Clos, em Portugal” em AA.VV., *Natália Correia 10 anos depois*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 69-81.
- ⁵³ Durante a década de 1960, Natália assinaria outras traduções, como *Peribáñez e o Comendador de Ocanã*, *O Cachorro do Hortelão* e *Fuenteovejuna*, de Lope de Vega (1967); *Teologia do Mundo*, de J. B. Metz (1969); *Ifigénia em Áulis*, *As Bacantes* e *Electra*, de Eurípides (1969).
- ⁵⁴ Mais concretamente, na colecção “Teatro no Bolso” (n.º 6), constituída por livros de pequeno formato, vendidos à porta dos teatros (e em algumas livrarias ou no meio da rua, a quem passava), onde foi publicada, por exemplo, a primeira tradução portuguesa de um texto do Marquês de Sade (*Diálogo Entre um Padre e um Moribundo*, o número 10 da colecção), entre outros autores consagrados, ora estrangeiros, como Ibsen (*João Gabriel Borkman*), Molière (*As Velhacarias de Scapin*), Alfonso Castelao (*Os Velhos Não Devem Namorar*), Luigi Pirandello (*Seis Personagens à Procura de Autor*), Eugène Ionesco (*A Cantora Careca*), Ariano Suassuna (*Auto da Compadecida*) ou Jules Supervielle (*A Primeira Família*), ora portugueses, como António Ferreira (*Castro*), Raul Brandão (*O Gebo e a Sombra*), Almeida Garrett (*Falar Verdade a Mentir*), Camilo Castelo Branco (*O Morgado de Fafe em Lisboa*) e Luís Francisco Rebelo (*D. João da Câmara e os Caminhos do Teatro Português*).

RETRATOS POLÍTICOS III

- ⁵⁵ Referido em Luiz Pacheco, *Pacheco versus Cesariny*, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, p. 28.
- ⁵⁶ Filipa Martins, *O Dever de Deslumbrar...*, p. 112.
- ⁵⁷ Técnica ou jogo coletivo associado aos surrealistas, com cada um dos autores escrevendo uma frase num papel (de preferência com palavras invulgares ou insólitas, com a seguinte estrutura sintáctica: artigo, substantivo, adjectivo e verbo), para depois o dobrar e o passar a outro, sem que os demais tenham conhecimento do que foi escrito antes.
- ⁵⁸ Quando editou em França, na Gallimard, a *Anthologie de la poésie portugaise du XIIIème au XXème siècle*, corria o ano de 1971, Isabel Meyrelles incluiu uma das primeiras traduções de Natália Correia.
- ⁵⁹ Entrevista a Edite Soeiro..., incluída em Zetho Cunha Gonçalves (ed.), *Entrevistas a Natália Correia*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2004, p. 42.
- ⁶⁰ Entrevista de Margarida Viegas, “Natália Correia: ‘Dos meus amores falearei quando for velha’”, *Tempo*, 17 de abril de 1980, p. 3.
- ⁶¹ Luiz Pacheco, *Memorando, Mirabolando*, Setúbal, Contraponto, 1995, p. 20.
- ⁶² Ângela Almeida, *Retrato de Natália Correia...*, p. 44.
- ⁶³ Vítor Neto, “Natália Correia e a PIDE...”, p. 321.
- ⁶⁴ Citado em Cândido de Azevedo, *Mutiladas e Proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, p. 111.
- ⁶⁵ *Idem*, p. 20.
- ⁶⁶ Luiz Fagundes Duarte, *O Essencial sobre Natália Correia...*, p. 71.
- ⁶⁷ Entrevista a Bruno da Ponte, *Jornal de Letras e Artes*, 22 de novembro de 1961, incluída em Zetho Cunha Gonçalves (ed.), *Entrevistas a Natália de Sousa...*, p. 23.
- ⁶⁸ Filipa Martins, *O Dever de Deslumbrar...*, p. 209.
- ⁶⁹ Sobre o encerramento da SPE, veja-se João Pedro George, “Campo Literário Português? O Caso da Extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 21 – História e Literatura, 2000, p. 461-499; ou, do mesmo autor, *O Meio Literário Português: Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos (1960-1999)*, Lisboa, Difel, 2002.
- ⁷⁰ Francisco Topa, “A Sádica Nostalgia das Fogueiras do Santo Ofício: o processo judicial contra a Antologia de poesia portuguesa erótica e satírica”, *Historiæ*, volume 6, n.º 1, 2015, p. 122-141.

- ⁷¹ Em Filipa Martins, *O Dever de Deslumbrar...*, p. 161-162.
- ⁷² *Idem*.
- ⁷³ Para uma leitura da sentença, veja-se o blogue Malomil, em <https://malomil.blogspot.com/2012/04/sentenca-proferida-pelo-juiz-dr.html>. Para uma descrição mais pormenorizada do livro e do processo, leia-se, por exemplo, Joana Meirim, *O Essencial sobre As Três Marias*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2023. Veja-se também Regina Louro, “Três Marias – Fim de Um Escândalo”, *Flama*, 17 de maio de 1974.
- ⁷⁴ Filipa Martins, *O Dever de Deslumbrar...*, p. 335.
- ⁷⁵ Filipa Martins, “O botequim de onde Natália Correia mudou Lisboa e o mundo”, *Mensagem de Lisboa*, 25 de março de 2022. DOI: <https://amensagem.pt/2022/03/25/estamos-ha-30-anos-sem-natalia-correia-cronica-filipa-martins/>
- ⁷⁶ Mais tarde, o Botequim passaria a cooperativa, com Helena Roseta como gerente. Helena Roseta foi pela primeira vez ao Botequim em 1978, quando era diretora do *Jornal Novo*, altura em que conheceu pessoalmente Natália Correia e Dórdio Guimarães. Numa carta que escreveu mais tarde à amiga, Helena Roseta referir-se-ia a “uma amizade que apesar de não vir de muito longe ocupava dentro de mim um lugar muito importante”. Depois da morte de Natália, o bar seria recuperado pela Associação José Afonso, que manteve as suas características originais.
- ⁷⁷ Jean-Luc Moreau (org. e dir.), *Dominique de Roux*, Lausanne, Les Dossiers H, L'Age d'Homme, 1997, p. 25; Jean-Luc Barré, *Dominique de Roux: Le provocateur (1935-1977)*, Paris, Fayard, 2005.
- ⁷⁸ Natália Correia, *Não Percas a Rosa...* (edição da Ponto de Fuga).
- ⁷⁹ Natália Correia, *Não Percas a Rosa...* (edição da Ponto de Fuga), p. 49.
- ⁸⁰ A expressão Processo Revolucionário em Curso (ou Período Revolucionário em Curso) serve para designar, em sentido genérico, os acontecimentos ocorridos entre a Revolução do 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição Portuguesa de abril de 1976. Por vezes é utilizada, em sentido mais restrito, para fazer referência ao período do chamado Verão Quente de 1975, que culminou na crise do 25 de novembro desse ano.
- ⁸¹ Cândida Pinto, *Snu e a Vida Privada com Sá Carneiro*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2011, p. 151.
- ⁸² *Idem*, p. 70.

- ⁸³ Redação do *Diário de Notícias*, “O discurso da vida de Soares no comício da Fonte Luminosa”, *Diário de Notícias*, 19 de julho de 2005. DOI: <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/o-discurso-da-vida-de-soares-no-comicio-da-fonte-luminosa.html>
- ⁸⁴ Segundo Maria João da Câmara, na sua biografia de Vera Lagoa, este elogiou a decisão de Mourão-Ferreira: “(...) nem todos os diretores de jornais são como David Mourão-Ferreira que se demitiu por não publicarem uma crónica de Natália Correia. Grande David. Grande Natália. A maior solidariedade da Vera Lagoa” (em *Vera Lagoa. Um Diabo de Saias...*, p. 263).
- ⁸⁵ *Idem*, p. 262.
- ⁸⁶ “Crónica de Natália Correia não publicada em *A Capital*”, *A Capital*, 14 de agosto de 1975, p. 1-11.
- ⁸⁷ Natália Correia, “Pede-se um rosto”, *Portugal Socialista*, 30 de julho de 1975, p. 18.
- ⁸⁸ Vera Lagoa, “Eu não arquivo queixas”, *O Diabo*, 10 de fevereiro de 1976, p. 1.
- ⁸⁹ Natália Correia, *Não Percas a Rosa...* (3.ª edição), p. 319.
- ⁹⁰ “Entrevista com Natália Correia”, *A Capital*, 26 de novembro de 1974, p. 8.
- ⁹¹ *Diário de Notícias*, suplemento *Domingo*, 11 de setembro de 1983, p. 36-38.
- ⁹² Cândida Pinto, *Snu e a Vida Privada...*, p. 125.
- ⁹³ Miguel Pinheiro, *Sá Carneiro*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p. 439.
- ⁹⁴ Miguel Pinheiro, *Sá Carneiro...*, p. 439.
- ⁹⁵ *Idem*, p. 440.
- ⁹⁶ Cândida Pinto, *Snu e a Vida Privada...*, p. 169.
- ⁹⁷ Roby Amorim, “O Século ao sabor das correntes do século”, *Vida Mundial*, 13 de janeiro de 1977, p. 40.
- ⁹⁸ Carta citada por Filipa Martins, *Idem*, p. 456.
- ⁹⁹ Filipa Martins, *O Dever de Deslumbrar...*, págs. 459 e 460.
- ¹⁰⁰ Isabel Tavares, *Ramalho Eanes. O Último General*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2017, p.167.
- ¹⁰¹ ANTT, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria Geral, Fundo Fomento Cultural, Apoio Financeiro, Cx. 77, 6 de março de 1979.
- ¹⁰² Encenador, realizador, escritor, professor e crítico, português por opção. Saído, jovem, da Checoslováquia (por ter sido nomeado adido em Paris), viveu em França até que se casou com uma senhora portuguesa, radicando-se em

Lisboa no princípio da década de 1960. Encenou *Diário de um Louco*, de Gogol, *O Porteiro*, de Harold Pinter, *O Fim*, de António Patrício, *A dança da morte*, de Strindberg, e *A porta fechada*, de Jean-Paul Sartre. Autor de programas televisivos como *A arte de ser português* e de textos como *O Elefante* e *Secos & Molhados*. Era então um dos responsáveis pelos programas culturais do 1.º canal da RTP.

- ¹⁰³ “Pulido Valente: cartas na mesa”, *O Jornal* (secção Periscópio), 11 de novembro de 1980, p. 22.
- ¹⁰⁴ *Idem*, p. 490.
- ¹⁰⁵ Luiz Fagundes Duarte, *O Essencial sobre Natália Correia...*, p. 83-84.
- ¹⁰⁶ Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Adesão à CEE no dia 12 de junho de 1985, mas a união só se tornou efectiva a 1 de janeiro de 1986.
- ¹⁰⁷ O “iberismo” é uma doutrina e um movimento político e cultural que defende a aliança das relações a todos os níveis entre Portugal e Espanha, embora nem todos sejam partidários da transformação de ambos num único país.
- ¹⁰⁸ Mário Filipe, “Natália Correia: período literariamente fértil em 1982”, *Expresso*, 23 de dezembro de 1981.
- ¹⁰⁹ Termo italiano que significa digno de honra ou de respeito. É utilizado como título honorífico para designar os deputados ou senadores, podendo ser traduzido por “Senhor Deputado” ou “Senhora Deputada”.
- ¹¹⁰ Secção “Periscópio”, “... e Natália Fala de Ciciolina”, *O Jornal*, secção “Periscópio”, 13 de novembro de 1987, p. 26; José Plácido Júnior, “Ciciolina faz strip-tease em São Bento”, *O Jornal*, 20 de novembro de 1987, p. 5.
- ¹¹¹ “Chamem-me romântica, se quiserem” (entrevista de Carlos Vaz Marques), *O Jornal*, suplemento *O Jornal Ilustrado*, 8 de junho de 1990, p. 6.
- ¹¹² Sobre isto leia-se Teresa Coelho, “A Revolução Nupcial”, *Público*, suplemento “Leituras”, 4 de setembro de 1992.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *Natália: arte e poesia: coleções de arte do espólio de Natália Correia e Dórdio Guimarães*, Lisboa/Ponta Delgada, Câmara Municipal de Lisboa e Governo Regional dos Açores, 1999.
- “A homenagem à escritora Ana Maria foi uma justa consagração”, *Portugal, Madeira e Açores*, 17 de março de 1945, p. 1.
- “A minha causa é combater a extinção das causas” (entrevista a Natália Correia), *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 19 de abril de 1988, p. 8.
- Almeida, Ângela, *Retrato de Natália Correia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Amorim, Roby, “O Século ao sabor das correntes do século”, *Vida Mundial*, 13 de janeiro de 1977, p. 40.
- ANTT, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria Geral, Fundo Fomento Cultural, Apoio Financeiro, Cx. 77, 6 de março de 1979.
- Azevedo, Cândido de, *Mutiladas e Proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997.
- Barré, Jean-Luc, *Dominique de Roux: Le provocateur (1935-1977)*, Paris, Fayard, 2005.
- Barros, Pedro José, “1982: Natália Correia, o vulcão açoriano que abriu um bar icônico e deixou a Assembleia da República em alvoroço”, *Expresso*, 28 de setembro de 2022.
- Cajão, Luís, *Um Secreto Entardecer*, Lisboa, Editorial Escritor, 1998.
- Câmara, Maria João da, Vera Lagoa. *Um Diabo de Saias*, Alfragide, Oficina do Livro, 2021.
- “Chamem-me romântica, se quiserem” (entrevista de Carlos Vaz Marques), *O Jornal*, suplemento *O Jornal Ilustrado*, 8 de junho de 1990, p. 6.
- Coelho, Teresa, “A Revolução Nupcial”, *Público*, suplemento “Leituras”, 4 de setembro de 1992.
- Correia, Natália, *Não Percas a Rosa. Diário e algo mais (25 de abril de 1974 – 20 de dezembro de 1975)*, Lisboa, Ponto de Fuga, 2025, p. 48 (3.ª edição; 1.ª edição de 1978).
- Correia, Natália, *Obra Dramática Completa de Natália Correia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2023.

- Correia, Natália, *Descobri Que Era Europeia – Impressões duma viagem à América*, Lisboa, Ponto de Fuga, 2018 (1.^a ed. de 1951).
- Correia, Natália Correia, *Breve história da mulher e outros escritos* (ed. de Zetho Cunha Gonçalves), Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003.
- Correia, Natália, “Pede-se um rosto”, *Portugal Socialista*, 30 de julho de 1975, p. 18.
- Correia, Natália, “Um encontro inesperado em Ponte de Lima: o ambiente em que vive o general Norton de Matos”, *Sol*, 20 de novembro de 1948.
- Correia, Natália, “À volta da nova lei eleitoral nos parágrafos que se referem à mulher”, *Portugal, Madeira e Açores*, 10 de março de 1946, p. 1.
- Costa, Ana Paula, *Natália Correia. Fotobiografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005.
- “Crónica de Natália Correia não publicada em *A Capital*”, *A Capital*, 14 de agosto de 1975, p. 1-11.
- Dacosta, Fernando, *O Botequim da Liberdade*, Alfragide, Casa das Letras, 2013.
- Diário de Lisboa*, 11 de março de 1982, p. 2 e 4.
- Diário de Notícias*, suplemento *Domingo*, 11 de setembro de 1983, p. 36-38.
- “Dois dedos de conversa com... Natália Correia”, *Signo (Jornal de Letras e Artes)*, abril de 1986, p. 3.
- Duarte, Luiz Fagundes, *O Essencial sobre Natália Correia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2024.
- “... e Natália Fala de Cicciolina”, *O Jornal*, secção “Periscópio”, 13 de novembro de 1987, p. 26.
- “Entrevista com Natália Correia”, *A Capital*, 26 de novembro de 1974, p. 8.
- Filipe, Mário, “Natália Correia: período literariamente fértil em 1982”, *Expresso*, 23 de dezembro de 1981.
- George, João Pedro, *O Meio Literário Português: Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos (1960-1999)*, Lisboa, Difel, 2002.
- George, João Pedro, “Campo Literário Português? O Caso da Extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965”, *Revista de História das Ideias, Vol. 21 – História e Literatura*, 2000, p. 461-499.
- Gonçalves, Zetho Cunha, ed., *Entrevistas a Natália Correia*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2004.

<https://malomil.blogspot.com/2012/04/sentenca-proferidapelo-juiz-dr.html>.

Júnior, José Plácido, “Cicciolina faz *strip-tease* em São Bento”, *O Jornal*, 20 de novembro de 1987, p. 5.

Lagoa, Vera, “Eu não arquivo queixas”, *O Diabo*, 10 de fevereiro de 1976, p. 1.

Louro, Regina, “Três Marias – Fim de Um Escândalo”, *Flama*, 17 de maio de 1974.

Magalhães, Miguel Gonçalves de, *Natália Correia: escritos autobiográficos. Edição e estudo. I volume*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL), 2006.

Marinho, Cristina A. M. de, “Jean-Paul Sartre à porta fechada: uma tradução e representação de Huis-Clos, em Portugal” em AA.VV., *Natália Correia 10 anos depois*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 69-81.

Marques, Susana Moreira, “Branças são as madrugadas. De olhos abertos com Isabel Meyrelles”, *Colóquio/Letras*, n.º 174, Maio de 2010, p. 157-177.

Martins, Filipa, *O Dever de Deslumbrar. Biografia de Natália Correia*, Lisboa, Contraponto, 2023.

Martins, Filipa, “O botequim de onde Natália Correia mudou Lisboa e o mundo”, *Mensagem de Lisboa*, 25 de março de 2022. DOI: <https://amensagem.pt/2022/03/25/estamos-ha-30-anos-sem-natalia-correia-cronica-filipa-martins/>

Meirim, Joana, *O Essencial sobre As Três Marias*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2023.

Mergulhão, Humberto de, “Uma Poetisa Açoreana cantou na Emissora Nacional e é Locutora de Rádio Clube Português”, *O Século Ilustrado*, 29 de abril de 1944, p. 22.

Moreau, Jean-Luc (org. e dir.), *Dominique de Roux, Lausanne, Les Dossiers H, L'Age d'Homme*, 1997.

Neto, Vítor, “Natália Correia e a PIDE: Vigilância e Controlo”, *Revista de História das Ideias*, vol. 38, 2.ª série, 2020.

Pacheco, Luiz, “Exercício de Estilo ou O Caso das Donas e Donzelas Arrebatadas”, *Exercícios de Estilo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 83-84 (3.ª edição).

Pacheco, Luiz, *Memorando Mirabolando*, Setúbal, Contraponto, 1995.

Pacheco, Luiz, *Pacheco versus Cesariny*, Lisboa, Editorial Estampa, 1974.

Pinheiro, Miguel, *Sá Carneiro*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

Pinto, Cândida, *Snu e a Vida Privada com Sá Carneiro*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2011.

“Pulido Valente: cartas na mesa”, *O Jornal* (secção Periscópio), 11 de novembro de 1980, p. 22.

Redação do Diário de Notícias, “O discurso da vida de Soares no comício da Fonte Luminosa”, *Diário de Notícias*, 19 de julho de 2005. DOI: <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/o-discurso-da-vida-de-soares-no-comicio-da-fonte-luminosa.html>

Saldanha, Ana, *O canto livre de Afrodite. Uma biografia de Natália Correia*, Presidência do Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura, 2009 (ilustr. de José Miguel Ribeiro).

Tavares, Isabel, Ramalho Eanes. *O Último General*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2017.

Topa, Francisco, “A Sádica Nostalgia das Fogueiras do Santo Ofício: o processo judicial contra a Antologia de poesia portuguesa erótica e satírica”, *Historiæ*, vol. 6, n.º 1, 2015, p. 122-141.

Vaz, Artur, *Natália Correia. Escritora do Amor e da Liberdade*, Fajã de Baixo (Ponta Delgada/Açores), [s.n.], 2003, p. 13.

Viegas, Margarida, “Natália Correia: ‘Dos meus amores falarei quando for velha’”, *Tempo*, 17 de abril de 1980, p. 3 e 10.

João Pedro George nasceu em Moçambique, em 1972. Licenciou-se em Sociologia (1994), concluiu o mestrado em Sociologia e Economia Históricas (1999) e doutorou-se em Sociologia da Cultura (2011), na Universidade Nova de Lisboa, com uma tese intitulada "Maldição e consagração no meio literário português: o caso de Luiz Pacheco".

Foi professor no Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (1998-2014), onde lecionou cadeiras como Sociologia da Cultura e Sociologia da Literatura.

É autor de obras como, entre outras: *O Meio Literário Português: Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos (1960-1999)*, *Não é Fácil Dizer Bem – Críticas, Obsessões e outras Ficções*, *Putá Que os Pariu! – A Biografia de Luiz Pacheco*, *O Que é Um Escritor Maldito? – Estudo de Sociologia da Literatura*, *Chatear o Camões – Inquérito à Vida Cultural Portuguesa*, *O Super-Camões – Biografia de Fernando Pessoa*, *O Império às Costas – Retornados, Racismo e Pós-Colonialismo*, *O Cemitério do Elefante Branco – Retornados e Ficções do Império Português* e *Se Eu Quisesse, Enlouquecia – Biografia de Herberto Helder*, considerada livro do ano pelo jornal *Público*.

Fez um pós-doutoramento em História, intitulado "Descolonização e Democratização em Portugal: O Caso dos Retornados", na Universidade Nova de Lisboa.

Colaborou no semanário *O Independente* (1998-2006) e foi cronista da revista *Sábado* (2018-2022), onde tem publicado algumas reportagens. Vive exclusivamente da escrita.



RETRATOS POLÍTICOS **BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES I**

- 01. ANTÓNIO OLIVEIRA SALAZAR POR JOAQUIM VIEIRA**
- 02. MARCELLO CAETANO POR ANTÓNIO ARAÚJO**
- 03. ÁLVARO CUNHAL POR ADELINO CUNHA**
- 04. FRANCISCO SÁ CARNEIRO POR JOÃO PACHECO**

BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES II

- 01. HUMBERTO DELGADO POR ANTÓNIO ARAÚJO**
- 02. ANTÓNIO DE SPÍNOLA POR BRUNO VIEIRA AMARAL**
- 03. DIOGO FREITAS DO AMARAL POR JOAQUIM VIEIRA**
- 04. ANTÓNIO RAMALHO EANES POR ISABEL TAVARES**



Leia o QR Code para
comprar online.

Para adquirir coleções anteriores ou alguns dos seus volumes, entre em contacto connosco através de pedidos@coleccionanteriores.pt ou 218 367 007.

Inteligente, arrojada, autoconfiante, Natália Correia foi, antes de tudo, uma combatente – contra o Estado Novo, contra o dogmatismo revolucionário, contra a mediocridade do poder em todas as suas formas. Assinou manifestos, discursou em comícios, apoiou Humberto Delgado, conspirou no seu Botequim e assumiu a decisão corajosa de publicar o livro *Novas Cartas Portuguesas*, das «três Marias». Apreensiva com o evoluir dos acontecimentos nos meses seguintes ao 25 de Abril, parecia-lhe que a democracia se abeirava perigosamente do abismo de uma nova ditadura. Deputada independente pelas listas do PSD e do PRD de Ramalho Eanes, voz incómoda no Parlamento, fundadora da Frente Nacional para a Defesa da Cultura, nunca foi de nenhum partido – foi sempre de si própria. A trajetória política de uma figura que atravessou o século XX português com a boquilha na boca e os versos na ponta da língua.

«A MAIOR PARTE DAS PESSOAS VIA EM MIM A FÊMEA, O CORPO, SÓ DEPOIS PERCEBIAM QUE EU TINHA IDEIAS, TALENTO. ISSO MAÇAVA-ME MUITO. REVOLTAVA-ME.»

